8º FPMU

FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Coleções, museus universitários e sociedade: elos entre ciência, cultura e comunidade

FORTALEZA/CE

Tecituras do Conhecimento: Caderno de Resumos Expandidos

Volume III

https://doi.org/10.5281/zenodo.20057955

8º FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS
Tecituras do Conhecimento: Caderno de Resumos Expandidos do 8º FPMU”
(Coleção em 3 volumes - E-book)

Copyright © 2026 by Jéssica Tarine Moitinho Lima (organizadora)
Todos os direitos reservados
Museu de Arte da UFC (Mauc/UFC)
Av. da Universidade, 2854 – Benfica – Fortaleza – Ceará

Organização
Jéssica Tarine Moitinho de Lima

Revisão
Graciele Karine Siqueira
Rebeca Maria Gadelha de Sousa
Tatiana Alves de Almeida
Tamara Fernanda Carneiro Evangelista

Identidade Visual e Comunicação Visual
Rodrigo Luiz dos Santos
Norton Falcão

Editoração e Diagramação
Rodrigo Luiz dos Santos

Fotografias
Flávio Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Larisse Macêdo de Almeida CRB-3/1276

As opiniões e conteúdos apresentados nos textos deste Caderno de Memórias são de responsabilidade exclusiva de suas autoras e seus autores.

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Larisse Macêdo deAlmeida CRB-3/1276

F745t Fórum Permanente de Museus Universitários (8. : 2025 : Fortaleza, CE)
Tecituras do Conhecimento [recurso eletrônico] : Caderno de Resumos Expandidos, Volume 3 / Jéssica Tarine Moitinho de Lima, org.
Fortaleza, CE : Mauc Edições, 2026.

42800kb. ; PDF

Coleção em 3 volumes.
ISBN: 978-65-85071-12-3 v. 1
ISBN: 978-65-85071-13-0 v. 2
ISBN: 978-65-85071-14-7 v. 3

1. Museus Universitários. 2. Museologia. 3. Memória. I. Lima, Jéssica Tarine Moitinho de, org. II. Museu de Arte da UFC. III. Título.

CDD 069

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Reitor
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Vice-Reitora
Profª. Diana Cristina Silva de Azevedo

PRÓ-REITORIA DE CULTURA

Pró-Reitor
Prof. Sandro Thomaz Gouveia

Pró-Reitora Adjunta
Profª. Glícia Maria Pontes Bezerra

MUSEU DE ARTE DA UFC – MAUC

Diretora
Graciele Karine Siqueira



8º FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS - 8FPMU

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Coordenação Geral

Graciele Karine Siqueira (UFC)
Saulo Moreno Rocha (UFC)

Região Centro-Oeste

Renato Fonseca de Arruda (UNEMAT)

Região Nordeste

Allyson Pontes Pinheiro (URCA)
Cristiane Xerez Barroso (UFC)
Márcia Pereira de Oliveira (UFC)
Rebeca Gadelha (IFCE)
Roberto Moreira Chaves (UFC)
Tatiana Alves de Almeida (UFBA)
Vinicius Melquíades dos Santos (UFPI/ Universidade Lusófona)

Região Norte

Jéssica Tarine Moitinho de Lima (UFPA)
Gerson Rodrigues de Albuquerque (UFAC)

Região Sudeste

Maurício Candido da Silva (USP/RBCMU)
Rodrigo Luiz dos Santos (PUC-Campinas)

Região Sul

Ana Luisa de Mello Nascimento (UFPR)
Eliane Muratore (UFRGS)
Tamara Fernanda Carneiro Evangelista (UFPR)

Bolsistas

Ana Júlia de Souza Neves Ladislau
Américo Silvestre Costa Filho
Carlos Eduardo Barbosa de Sousa
Francisco Clenival da Silva Filho
Guilherme da Silva Linhares
Iury Nobre de Sousa
Joana de Medeiros Isidio
Joyce Oliveira da Silva
Júlia Assunção Amado de Oliveira
Larissa Medeiros Rodrigues
Lilian de Sousa Leitão
Nathan de Brito Leitão
Sophia Ferreira Gomes de Oliveira e Silva
Thaiana Barros dos Santos



COMISSÃO CIENTÍFICA

Coordenação

Jéssica Tarine Moitinho de Lima (UFPA)

Região Centro-Oeste

Andrea Fernandes Considera (UnB)
Carlos Augusto Ribeiro Jotta (UFG)
Cláudia Landin Negreiros (UNEMAT)
Renato Fonseca de Arruda (UNEMAT)
Rossana Klippel de Souza José (UFG)
Ryanddre Sampaio de Souza (UFMT)

Região Sudeste

Adriana Mortara Almeida (UFMG)
Aline Cristina Gomes Ramos (UFES)
Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro (UFRJ)
Giulia Villela Giovani (UFMG)
Luciana Menezes de Carvalho (Unirio)
Maurício Candido da Silva (USP)

Região Nordeste

Allyson Pontes Pinheiro (URCA)
Amanda Aline Pinheiro (UFC)
Ana Cláudia de Araújo Santos (UFPE)
Elane Santos Gonçalves (UFBA)
Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro (FUNDAJ)
Isabela Marques Leite de Souza (UFBA)
Joana Angélica Flores Silva (UFRB)
Saulo Moreno Rocha (UFC)
Simone Almeida Gavilan (UFRN)
Tatiana Alves de Almeida (UFBA)
Vinícius Melquíades dos Santos (UFPI)

Região Sul

Aline Escandil de Souza (UFRGS/COREM 3R)
Aline Portella Fernandes (UFRGS)
Ana Luisa de Mello Nascimento (UFPR)
Bruna Marina Portela (UFPR)
Diego Lemos Ribeiro (UFPEL)
Eliane Muratore (UFRGS)
Elias Palminor Machado (UFRGS)
Idemar Ghizzo (FEBAVE)
Keila Cristina A. Villamayor Gonzalez (UDESC)
Tamara Fernanda Carneiro Evangelista (MAE-UFPR)

Região Norte

Guilhermina de Melo Terra (UFAM)
Paola Haber Maués (UFPA)
Jones da Silva Gomes (UFPA)
Lilian Débora Lima de Oliveira (UFAM)
Wanessa Pires Lott (UFPA)
Doriene Monteiro Trindade (UFPA)

Internacional

Luis Pablo Orozco Varela (Universidad Nacional Costa Rica - UNA)
José da Graça (Museu da Universidade de Cabo Verde)



Sumário

Apresentação 09

Curadoria Científica e Construção Coletiva 12

SALA 05 CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE ACERVOS 13

Revitalização da Infraestrutura Expográfica do Centro de Memória da Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais 19

A revitalização do mobiliário do Herbário da UFMG como estratégia de preservação 22

A coleção Solenopsis: gavetas que guardam histórias 25

Filmes fotográficos como patrimônio cultural e científico: estudo aplicado ao acervo do Festival de Inverno da UFMG 28

Impactos dos incêndios nos acervos museológicos: o caso das cerâmicas do Vale do Jequitinhonha do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG 32

SALA 06 GESTÂO E ADMINISTRAÇÃO DE MUSEUS 36

Gestão financeira em museus universitários e políticas institucionais de patrimônio: um estudo a partir da Universidade Federal de Pernambuco 39

Ecomuseu Ilha Grande e ecologia de saberes: Identificação, representação, reconhecimento e transformação 42

A competência em informação e interlocuções: O Plano estratégico do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais 46

SALA 06 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MUSEUS 50

Um modelo didático para Planos museológicos: gestão museal e participação social na UFPB 54

Políticas Institucionais e Patrimônio Universitário: Reflexões a partir da Rede de Coleções e Museus da UFPA 57

A gestão do patrimônio cultural universitário: um estudo a partir da Universidade Federal da Bahia 61

Rede de Museus e Acervos da UnB: experiências iniciais 65

A eficácia das políticas de financiamento nos museus universitários: um estudo a partir dos museus da USP 68

Rede de Conservação de Coleções e Museus: Diagnóstico de Gestão de Risco e Protocolos de Gestão de Conservação 71

SALA 07 DOCUMENTAÇÃO E CATALOGAÇÃO 75

Diagnóstico de Acervo Arqueológico: Um Estudo de Caso no MAP-UFPI 80

Inventário do acervo de bens móveis da Escola de Belas Artes: documentação para valorização do design de mobiliário brasileiro 83

Inventário analítico documental do acervo da Confeitaria Nogueira 86

Museu de tecnologia da SATC: proposta de catalogação no formato MARC 21 89

Inventário de acervos de jogos: experiência do museu do jogo da Universidade Federal da Paraíba 92

Protocolos de documentação de Museus de Antropologia e Arqueologia: O guia de inventário do Museu Arqueológico da Lapinha 96

SALA 07 DOCUMENTAÇÃO E CATALOGAÇÃO 99

Relato sobre a documentação museológica digital no Projeto"Memória Cultural das Infâncias na Amazônia - MRE" 104

Museu do jogo da UFPB: missão e mediação pela Pedagogia da Corporeidade 107

Documentação integral do patrimônio industrial: protocolos museológicos para incorporar a memória social e a história oral 111

Inventário e Resgate do Acervo do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB 115

Entre a Técnica e a Comunicação: A Requalificação da Documentação Museológica no Museu de Ciência e Técnica da Escola e Minas/UFOP 119

SALA 08 PESQUISA MUSEOLÓGICA, POLÍTICAS CULTURAIS E MUSEOLOGIA CRÍTICA 123

Um olhar reflexivo sobre os acervos de sítios arqueológicos históricos do MAP/UFPI e do NAP/UFPI 127

Construção de políticas públicas para museus federais vinculados ao Ministério da Educação: contribuições de Consultoria Especializada 131

Coleção Amazoniana de Arte da UFPA: tradições míticas amazônicas e ecofeminismo queer em "Uiaras defendendo o Paraíso" 135

Aspectos éticos na exposição de corpos humanos: uma experiência no Museu de Anatomia Humana da UFCSPA 139

SALA 08 PESQUISA MUSEOLÓGICA, POLÍTICAS CULTURAIS E MUSEOLOGIA CRÍTICA 143

SIMAP, museus e entes museais, algumas reflexões 148

Museus Universitários em Perspectiva Comparada: Os Casos Do Museu De Cultura Popular Da Una (Costa Rica) E Do Museu Do Vale Do Arinos Da UNEMAT (Brasil) 151

O Museu de Anatomia Patológica de Manguinhos nas correspondências entre Henrique da Rocha Lima e Oswaldo Cruz (1902-1909) 155

Museu dos Dinossauros e seu entorno: tensões e negociações em partilha de espaços 159

Tiradentes Passado Presente: uma expografia para um Museu em movimento 164

Quando o Museu Universitário encontra a Museologia Social? A criação do Museu Indígena Pyulaga Waujá 168

Acervo e decolonialidade: Sidney Amaral no MAC USP 172

SALA 09 PESQUISA MUSEOLÓGICA, POLÍTICAS CULTURAIS E MUSEOLOGIA CRÍTICA 176

Conhecer para preservar: levantamento preliminar das Coleções e Museus de Anatomia no Brasil 180

O museu como espaço cultural acadêmico: ações e vivências no Museu de Cultura Sertaneja - MCS/CAPF/UERN 181

Olhares multissemióticos por meio de fotografias do Museu de Cultura Popular de Francisco Dantas/RN: arte popular em linguagens museais 188

Denilson Baniwa no MAC USP: musealização de arte indígena 192

SALA 09 EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL 196

Educação patrimonial itinerante: o museu vai à escola 199

Como somos por dentro do corpo? Educação museal e valorização do patrimônio universitário no Museu de Anatomia da UFRJ 203

Visitas desenhadas: observar, entender e criar 207

Na Trilha do Patrimônio – Memória e Pertencimento 211

Imaginários sobre animais peçonhentos de jovens de comunidades rurais na Bahia: A experiência de ações educativas de um Museu Universitário Itinerante 215

SALA 10 MEMÓRIA E HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO 220

Museu de Cultura Popular: caminhos percorridos 225

Sociogênese do campo museal na Universidade Federal da Bahia 228

Museus e colecionismo: formação do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (Pelotas/RS) 232

Pátio da Ciência da UFG: resultados parciais sobre a divulgação das coleções nos museus universitários de C & T 236

Artefatos inventariados da Coleção Histórica do Museu de História Natural da Bahia (2015-2025) 240

Agradecimentos 244

APRESENTAÇÃO

A realização periódica do Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU) tem se consolidado como uma estratégia fundamental para o fortalecimento do campo dos museus e das coleções universitárias no Brasil. Ao longo de suas edições, o Fórum tem promovido não apenas o debate técnico, institucional e político, mas também a construção de uma rede colaborativa capaz de articular diferentes realidades, experiências e perspectivas. Sua circulação pelas diversas regiões brasileiras reafirma o compromisso com a representatividade territorial, a descentralização das discussões e a aproximação com iniciativas locais, muitas vezes emergentes, ampliando o alcance e o impacto das ações desenvolvidas no campo.

Para além de sua relevância como espaço de articulação institucional, o FPMU destaca-se também como ambiente privilegiado de circulação e difusão do conhecimento, especialmente por meio de sua seção científica. A chamada pública para submissão de resumos expandidos e a articulação com periódicos científicos para publicação de artigos completos evidenciam o compromisso com a produção, sistematização e compartilhamento de saberes, fortalecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. Manifestamos, aqui, nosso sincero agradecimento às pesquisadoras e aos pesquisadores, estudantes, profissionais e docentes que confiaram no 8º Fórum Permanente de Museus Universitários e compartilharam suas pesquisas, produções e experiências nesta edição, tornando possível a riqueza e a diversidade de contribuições que compõem estes cadernos. Nesse contexto, os Cadernos de Resumos Expandidos (coleção em três volumes) assumem papel central como registro qualificado das reflexões, práticas e investigações desenvolvidas junto às coleções, museus e universidades brasileiras.

Nesta edição do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários foram **167 trabalhos submetidos**, **160 aprovados** e **130 apresentados**, culminando na entrega de **10 Prêmios Edna Taveira** aos melhores trabalhos. A criação do Prêmio Edna Taveira de Excelência e Inovação, instituído nesta edição, representa um importante marco de reconhecimento à qualidade das pesquisas e ao compromisso das(os) participantes com o desenvolvimento do campo dos museus e das coleções universitárias. Ao valorizar trabalhos que se destacam pelo rigor, pela relevância e pelo caráter inovador, o prêmio reafirma a importância da produção científica e das práticas qualificadas, estimulando a continuidade das investigações e o fortalecimento de uma cultura de partilha, reconhecimento e excelência no âmbito do Fórum.

A constituição de uma Comissão Científica plural e representativa é elemento essencial para a qualidade e a legitimidade desse processo. Ao reunir pesquisadoras e aos pesquisadores, profissionais e docentes, com diversidade regional, institucional e de áreas de atuação, a Comissão assegura não apenas o rigor na avaliação dos trabalhos, mas também a valorização de múltiplas abordagens e experiências que compõem o universo dos museus e das coleções universitárias no país. Agradecemos, de forma especial, a todas e todos os avaliadores que se dedicaram à leitura atenta e criteriosa dos resumos expandidos, contribuindo de maneira decisiva para a qualificação deste material, bem como para a indicação dos trabalhos que integraram a primeira edição do Prêmio Edna Taveira de Excelência e Inovação. Estendemos nosso reconhecimento àquelas(es) avaliadoras(es) que estiveram presentes no 8º FPMU, atuando na mediação de salas, na avaliação das apresentações e na construção de debates tão potentes e necessários para o campo.

Registramos, ainda, nosso profundo agradecimento a Jéssica Tarine, por aceitar o desafio de presidir a Comissão Científica e conduzir, com rigor, sensibilidade e dedicação, a organização desta seção na programação do evento, bem como a publicação *Tecituras do Conhecimento: Resumos Expandidos do 8º FPMU* (coleção em três volumes). Agradecemos igualmente a Rebeca Gadelha, Tatiana Almeida e Tamara Evangelista pelo apoio na revisão e estruturação dos cadernos, e a Rodrigo Luiz dos Santos pelo trabalho primoroso de diagramação e editoração, que conferiu unidade, cuidado estético e qualidade editorial a estes volumes tão ricos em conhecimento e experimentações.

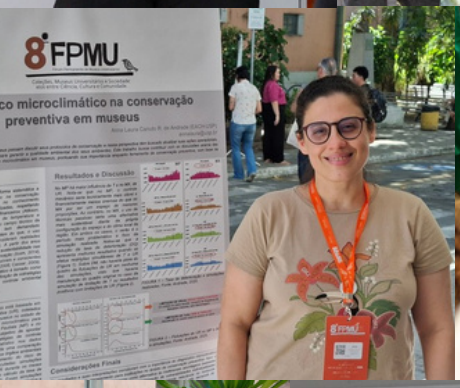
Que este material siga como fonte de consulta, inspiração e continuidade, contribuindo para o fortalecimento das práticas, das pesquisas e das redes que sustentam o campo dos museus e das coleções universitárias no Brasil. Nos vemos em breve na 9ª edição, em Belém do Pará.

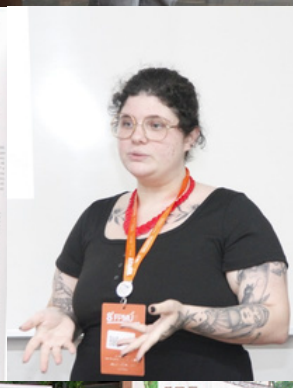
Graciele Karine Siqueira
Coordenadora-Geral do 8º FPMU
Museóloga e Diretora do Museu de Arte da UFC

Saulo Moreno Rocha
Coordenador-Geral do 8º FPMU
Museólogo do Museu de Arte da UFC


IMAGENS DE
MINAS

FPMU



FPMU
co microclimático na conservação
preventiva em museus


FPMU
"Diagnóstico do acervo do Museu Didático de História Natural "Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto" - UNESP/IBILCE: Gestão e reconhecimento do material museal."


FPMU

Frontview

FPMU

FPMU
SANDIRAS





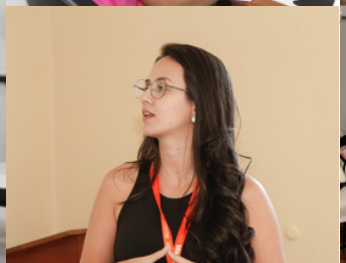




FPMU
Do Silêncio à Voz: O Museu da Resistência co
da Comunidade da Boa Esperança, Teresi









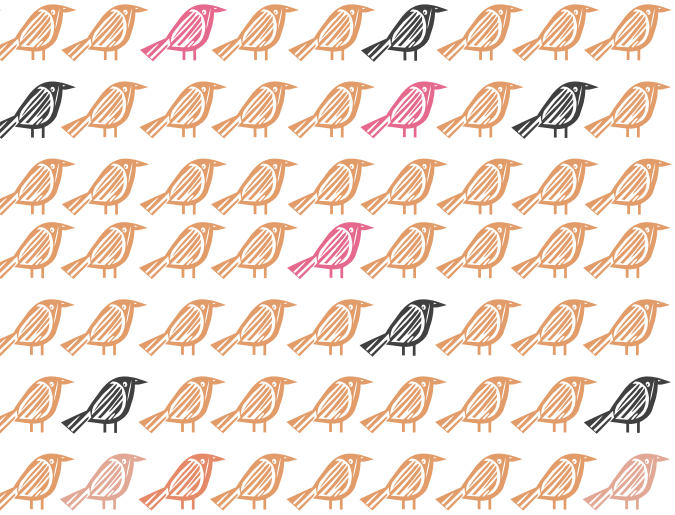
O 8º Fórum Permanente de Museus Universitários reuniu uma ampla diversidade de pesquisas e experiências, refletindo a vitalidade e a pluralidade do campo museológico em contexto universitário. Os trabalhos apresentados contemplaram diferentes formatos, desde comunicações orais até apresentações em pôsteres, evidenciando o compromisso da comunidade acadêmica em compartilhar práticas, reflexões teóricas e resultados de pesquisa.

As comunicações orais permitiram a troca direta de ideias entre os(as) pesquisadores(as), favorecendo o debate e o aprofundamento das temáticas propostas. Já os pôsteres configuraram um espaço de diálogo visual, que possibilitou a apresentação sintética e criativa de estudos em andamento ou concluídos, ampliando a interação entre autores(as) e público. Essa variedade de formatos consolidou o evento como um espaço democrático de circulação de conhecimento.

A riqueza dos temas apresentados reforça a amplitude da Museologia universitária, que vai desde a conservação preventiva, documentação e comunicação museológica até a gestão de acervos, patrimônio imaterial, acessibilidade, sustentabilidade e tecnologias digitais aplicadas aos museus. Também se destacaram pesquisas que abordam a relação dos museus com comunidades, práticas decoloniais, inclusão social e a valorização de saberes tradicionais e locais.

Este e-book reúne os resumos expandidos dos trabalhos aprovados, compondo um registro da produção atual e dos debates que atravessam o campo museológico no Brasil. Mais do que um repositório de experiências, ele se coloca como um instrumento de memória e reflexão, contribuindo para fortalecer redes, inspirar novas pesquisas e estimular o diálogo interdisciplinar que caracteriza as coleções e os museus universitários.

Comissão Científica do 8ºFPMU



SALA 5
CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE ACERVOS

Mediador
Amanda Aline Pinheiro

Bolsista
Júlia Assunção Amado de Oliveira

1° Apresentação

por Gabriela de Souza Souto, aluna do 6° semestre do curso de Revitalização da UFMG, sobre A Revitalização da Infraestrutura de Minas Gerais. A apresentação se iniciou às 14h22 e se encerrou às 14h40.

A aluna explica que o intuito da Rede de museus é realizar a articulação entre o espaço e os alunos. 6 espaços ao total da Rede de Museus demonstraram interesse em fazer parte do Projetos da Redes, a participação dos estudantes no projeto se dava por integração em uma disciplina específica ofertada para o curso de restauro, para alunos bolsistas a presença exigida era de 3 turnos e sua comunicação se dava por grupo no whatsapp, o trabalho final foi a apresentação de relatório final para a turma. Fala sobre o CMO, seu acervo advém sobretudo do curso de odontologia. Previamente a esse projeto, realizou um projeto de diagnóstico dos espaços para posteriormente ser realizado o projeto em questão, o resultado advindo do diagnóstico foi que os acervos se encontravam sobretudo em estado ruim ou regular. A reserva técnica do espaço, não constava com organização e era uma sala que não era propícia para a reserva, pois não possuía imobiliário adequado, dividindo seu espaço com a sala do DCE e cantina dos estudantes, o que por vezes leva à atração de agentes biológicos. O processo de revitalização, constou com remodelação do lugar, mudando de 2 espaços de acervos, para apenas 1 local único, a escolha foi realizada devido o espaço ser maior. No local foi incrementado mobiliário adequado para o armazenamento do acervo, dessa maneira a escolha foi feita de forma minuciosa, contando com controle climático, proteção de luz direta, presença de circulação de ar, minimizando a absorção da umidade. Como o projeto não conta com processo de restauro, a atividade realizada pelos alunos era puramente de higienização. Os livros deteriorados, fotografias, acervo dimensional, etc., todos forma armazenados levando em conta suas especificadas. Ao fim da higienização o acervo era armazenado de forma que não fossem empilhados em grande quantidade para não danificar as obras. A conclusão do trabalho é de que após o projeto ser realizado foi de que apesar de ter diminuído de 2 espaços para 1, esse único lugar encaixou adequadamente todo o material, ainda sobrando espaço para pesquisadores o adentrarem e usarem do seu acervo confortavelmente. A estudante ainda acrescentou que experiência muito significante pois sua primeira graduação é odontologia e ela já possuía o desejo de fazer parte do CMO.

2° Apresentação

Por Rafaela Barbosa Fonsato sobre a revitalização do herbário da UFMG. A apresentação se iniciou às 14h22 e se encerrou às 15hs.

A aluna fala que a revitalização do herbário foi fruto da cadeira de experiência profissional. A atuação foi realizada no arquivo do Centro de Coleções Taxonômicas, sua finalidade é catalogar, organizar e apresentar a grande variedade dos espécimes biológicos. O projeto era vinculado ao curso de Ciências Biológicas. O projeto foi também organizado por meio de grupos de whatsapp, diferenciando-se apenas a forma de registro de frequência que era realizada por meio de lista presencial contando com horário de entrada e saída. O acervo conta com 3 espaços, 1, e 3 andar, o projeto focou na revitalização do 3 andar. As plantas eram armazenadas em exsicatas que por sua vez eram armazenadas em armários pequenos para a quantidade de material, todos com a mesma dimensão de 2m, deixando a sala extremamente apertada. Apesar de na análise prévia o espaço ser avaliado como um bom local, com pequenos pontos de atualização, foi necessário o restauro da sala sobretudo pelo material estar organizado de forma desorganizada. A aluna afirma que o treinamento que recebeu previamente não foi usado no herbário em si, mas foi útil para adquirir experiência para trabalhos futuros. A revitalização teve como guia um arquiteto, tendo como principal pontos a re-etiquetação das exsicatas, organização do mobiliário antigo, aquisição e alocação de novo mobiliário. A equipe se organizou de forma que uma retirava os materiais e as subsequentes dispostas de um em, preparam o material para a retirada do local, visando a reestruturação da sala, para só após o material ser ajustado de forma correta no mobiliário. Os problemas encontrados foram de muita poeira e excremento no local, com elevador instável e compartilhado com outros setores. Devido as condições do local foi necessário o uso de máscaras com filtro. A segunda etapa constou com etiquetação das pastas. A terceira etapa constou com a devolução do acervo para a sala original. Após a limpeza e aquisição de novo mobiliário, foi mantida a ordem filogênica das excitas já presente no local. O resultado foi satisfatório, contando com melhor aproveitamento do espaço e finalizando o projeto antes do previsto e evitando a desmonte das excitadas. Os resultados só foram possíveis devido a articulação apropriada da parte que necessitava desse auxílio.

3° apresentação

Por Brenda Miranda de Moraes, sobre a coleção Solenopsis. A aluna é bióloga e traz o trabalho como um resultado proveniente de sua atuação por 1 ano e 8 meses. A atuação se iniciou às 15hs e encerrada às 15h25.

Seu enfoque no depósito das formigas foi no LAMAT, vinculado a Universidade de Mogi das Cruzes. Muito do trabalho do laboratório advém de o fator da universidade não perceber a importância da devida conservação desse material. A formiga é de difícil identificação, identificada a partir do uso de lupa para diferenciação de

espécimes similares, a pesquisa com o animal é necessário sobretudo para controle de pragas, e seu impacto ambiental e na saúde pública. A pesquisadora teve como objeto de estudo as formigas, a coleta em diferentes regiões do Brasil por meio de busca ativa e deslocamento ao laboratório. A coleção pesquisada na Universidade veio por meio de doação de arquivo pessoal do ex-retior falecido da universidade. O objetivo desse trabalho foi a realização da curadoria, elaborando a coleção desse exemplar presente na Mata Atlântica. A curadoria usou como padrão o armazenamento de laboratórios próximos e foi realizado com as 1) coletadas e 2) doadas/herdadas. Essa segunda espécime contava com grande presença de fungo e deterioração, dessa maneira foi limpa a partir de 'banho' de álcool de forma cuidadosa para não deterioras as etiquetas já existentes nesse material. Durante a realização do estudo foi realizado todo o processo de higienização, breve organização, diferenciação de via seca e via úmida, catalogação por esses dois tipos, e preparo apropriado de armazenamento levando em conta as duas catalogação, a formiga nessa última etapa é aberta, seca, esterilizada, (o material foi remontado esse passo a passo nas herdadas, nas coletadas apenas foi realizado). O material é guardado em caixa, banhada em cânfora e guardada em gavetas de madeira com tampo de vidro. A cânfora é necessária para espantar o risco da atração de outros seres vivos. Ao todo foram catalogados cerca de 2872 exemplares de solonopolis. Como o estudo continua sendo realizado, a pretensão é de realizar arquivo em mídia digital do processo de curadoria que vier a ser realizado.

4° apresentação

Por Jussara Vitoria de Freitas, professora de curso de conservação, sua pesquisa remonta a 68 asnos atrás, sobre o armazenamento e releitura de acervo foto biográfico.

A apresentadora fala de sua admiração pela realização das pesquisas em sua área de paixão, pois segundo ela apenas é uma orientadora e não a pesquisadora em si que desenvolveu as pesquisas apresentadas por ela no fórum. Ela ressalta a convergência de todas as pesquisas sendo o cuidado e o amor pela conservação de seus objetos de pesquisa. Tendo a sua pesquisa o objeto de pesquisa os filmes cinematográficos, o acervo conta com filmes e seus materiais de transmissão. A preservação aqui das obras é mostrada como uma prática de rememorar os costumes e vestes para estudo, rememorar a tradição de aulas gravadas em Super oito pela Escola de Belas Artes, material didático desenvolvido pela universidade. A importância desse armazenamento adequado destaca a preservação das pesquisas gravadas e sua divulgação externa e acessível, visando o fortalecimento a memória universitária e sua relação com a sociedade. Bem como de materiais de transmissão iniciais. O acervo relatado é a base para o que formou o Cine imagens. Dentre os eventos realizados visando o ressalte do acervo, destaca-se o Festival de Inverno da UFMG e exposições foto biográficas de professores aposentados da instituição,

auxiliando na realização e de guia para oficinas do tipo cianotipia. Entre os processos de conservação descobertas, está surpreendentemente o arquivo de rolos de filmes em solo de calcário por mais de 20 anos, sem nenhum tipo de deterioração. A pesquisa ressalta para além da necessidade de preservação dos processos museológicos, a necessita de termos consciência da nossa história.

5° apresentação

Por Agesilau Neiva Almada conservador e restaurador apaixonado pelo estudo de cerâmica. Conclusão às 16h30.

A pesquisa é fruto da tese de mestrado sobre esculturas de cerâmica sacras, com enfoque na Coleção de Arte Popular do Museu de História Nacional e Jardim Botânico. A pesquisa ocorria durante a pandemia, teve de ser interrompida e logo após veio o grande incêndio nesse acervo, assim a pesquisa se tornou sobre os impactos do incêndio nos processos de armazenamento das cerâmicas históricas do Vale de Jequitinhonha, de origem indígena e técnica “rudimentar” de rolinhos, pintada com o próprio barro para produzir e decorar suas peças antes do processo de queima, em fornos rudimentares específicos para essa queima. Esse acervo foi categorizado na pesquisa, pois o próprio museu não possui esse banco de dados e com o auxílio de bancos de dados externos foi possível ir sendo reconstituído o que eram as cerâmicas, sendo no total 125 objetos utilitários, 42 objetos decorativos, 29 transmitindo cenas do cotidiano. A historiografia do vale ressalta de uma origem muito pobre gerido por chefes de famílias femininas, que colocavam dinheiro em casa a partir da construção de cerâmicas, contendo apenas 1 homem artesão nesse entremeio. Em relação ao incêndio na reserva técnica em 15 de junho de 2020, ele aconteceu devido um equipamento doméstico usado para conservação que se aqueceu demais e incendiou o acervo, o desastre atingiu 2 salões por inteiro e parte de um terceiro que continha o material aqui estudado. Dentro da pesquisa foi realizado o resgate de peças por um grupo de arqueólogos e restauradores, assim, foi percebido que parte e dos acervos foram degradados pela interação do fogo com o próprio material usado para o armazenamento. A pesquisa consistiu sobretudo na realização de um banco de dados acerca do acervo, buscando identificar as degradações causadas pelo fogo, pelo material armazenamento e pela interação do fogo com o material de armazenamento. Acompanhado de análise quantitativa, dividindo todas as peças uma por uma em dois grupos: 1) acervo incendiado e 2) acervo preservado. Buscando identificar a técnica de produção, as tipologias de etiquetação e o motivo da degradação. A análise usou de base um levantamento sobre o acervo, realizado em 2010, comparando as peças danificadas para realização de identificação pós-tragédia. O quantitativo final do museu diminuiu para um número mínimo de peças preservadas. A análise contava basicamente com uma planilha de Excel com todos os dados recolhidos e analisados de forma minuciosa com a foto de antes e após o incêndio, transformada em dois banco de dados, um

de peças preservadas e um de peças perdidas, em que cada peça se transforma em um dado no banco. O método usado de separação de grupos de tratamento e grupo de controle, original da área da saúde, foi usada pela primeira vez na área artística através dessa pesquisa. A principal conclusão é de que o processo de fuligem interfere para além da pintura inicial, também interfere no processo identificação da peça original e que a degradação por peça de fuligem e outra degradação. A dissertação gerada pela pesquisa, originou também um livro com enfoque no estudo de cerâmicas.



Apresentações de comunicação oral, na sala 5 pela tarde, sobre Conservação e Restauro de Acervos - Fotógrafo: Flávio Almeida



Apresentações de comunicação oral, na sala 5 pela tarde, sobre Conservação e Restauro de Acervos - Fotógrafo: Flávio Almeida

Revitalização da Infraestrutura Expográfica do Centro de Memória da Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais

Gabriela de Souza Souto (UFMG) - gabrielasouzass26@gmail.com
Ana Julia de Carvalho Soares (UFMG) - anajulicsoares@gmail.com
Alice Cota Marques (UFMG) - alicecota03@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde 2001, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem promovido uma política de gestão de acervo de seus 25 espaços científico-culturais, por meio da criação da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, ela tem a missão de promover a integração e o fortalecimento dos espaços museológicos e culturais da universidade, visando à preservação, pesquisa e comunicação de seus acervos. Em 2021, professores do Curso de Conservação-Restauração da UFMG elaboraram um projeto junto à Rede de Museus, intitulado "Diagnóstico para o Aprimoramento da Gestão de Riscos em Espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG", com apoio de Emenda Parlamentar, utilizando a metodologia do ICCROM apresentada no "Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico" (2016). Dois projetos foram contemplados: "Revitalização da Infraestrutura Expográfica e de Guarda das Coleções dos Espaços de Ciência e Cultura da Rede de Museus-UFMG"; aprovado pelo CNPq, em 2022 e "Desenvolvimento de Protocolos para revitalização da Infraestrutura de Preservação e Acesso de Coleções Científicas", aprovado pela Fapemig. Considerando estes projetos, o Centro de Memória da Faculdade de Odontologia (CMO), avaliado em 2022, recebeu recursos para a reorganização de sua infraestrutura de guarda de coleções. Visando a efetiva implantação das atividades previstas, o projeto contou com a participação de nove estudantes do Curso de Conservação-Restauração, por meio da disciplina Vivência Profissional, ofertada entre 2023 e 2025, dos quais, alguns receberam bolsa de extensão.

O CMO, criado em 2007, é formado por um espaço expositivo, um laboratório de pesquisa histórica, um espaço de exposição, uma Reserva Técnica (RT) e uma Sala de Triagem, voltadas à conservação e à gestão da memória da educação e pesquisa em Odontologia em Minas Gerais, com itens museológicos, uma biblioteca e um acervo arquivístico. Sua coleção apresenta variadas tipologias, desde material didático, fotografias até instrumentais odontológicos, que foram devidamente realocadas e acondicionadas no espaço de RT, revitalizado a partir dos projetos mencionados. Este trabalho tem por objetivo apresentar a experiência de dois anos dos discentes do Curso de Conservação-Restauração, a partir da revisão do diagnóstico; acompanhamento do projeto e implantação do mobiliário compactador;

treinamento e execução de embalagens especiais, considerando a natureza atípica dos objetos de ciência-tecnologia musealizados do CMO, os quais trazem desafios singulares e expandem o olhar do estudante sobre os espaços de memória potenciais de trabalho em universidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

No campo da Conservação Preventiva, a discussão de que a metodologia de embalagem envolve a pesquisa científica sobre materiais inertes, fisicamente estruturados e mais adequados ao acondicionamento, além da demanda de treinamentos prévios, visando a capacitação dos alunos, como o "Curso de Acondicionamento", ofertado durante a disciplina, em distintos espaços, permitiu decidir os sistemas mais adequados para a embalagem do acervo do CMO. Com a criação da Sala de Triagem e Higienização do CMO, foram discutidos os problemas de infestação de acervos e as metodologias de desinfestação e controle, além de um treinamento especializado no uso da Mesa de Higienização adquirida ao longo do projeto. A antiga RT do CMO (14,8 m^2) não comportava o acervo de forma adequada, que eram acondicionados em arquivos, armários, estantes e o restante sobre mesas em caixas de papelão ou no chão. Uma nova sala (44,6 m^2) foi destinada para esse fim, bem como a aquisição de novos mobiliários. O processo se iniciou com a instalação do mobiliário compactador deslizante e de dois traineis de parede para os quadros. Após a implantação do mobiliário, o acondicionamento dos itens nos armários se iniciou com o acervo bibliográfico e fotográfico; depois os objetos tridimensionais e, em seguida, os arquivísticos, finalizando com os quadros. Cada tipologia recebeu uma embalagem adequada, seguindo preceitos encontrados na literatura da área de Conservação Preventiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho foi registrado fotograficamente e o acervo foi documentado em tabelas no programa Excel, cujos dados foram, introduzidos na plataforma In Patrimonium. Ao final de cada semestre, um relatório geral foi elaborado e os resultados apresentados. A principal mudança foi a otimização e o ganho de espaço na RT que agora conta com 6 armários com 3 estantes e sete prateleiras cada, totalizando 126 metros corridos de espaço. Onde todo o acervo foi acondicionado em seu interior, reduzindo riscos de deterioração. Foi visto, na prática, como é difícil trabalhar com coleções científicas e modelos pedagógicos dentro de instituições públicas. Por isso, projetos como esses são precisos dentro de universidades para, não só dar incentivo para esses espaços continuarem a atuar, mas para que os próprios alunos reflitam e queiram fazer parte da salvaguarda da memória acadêmica para os futuros estudantes e profissionais da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de atuação de um Conservador-Restaurador é muito vasto e isso se comprova ao passar pela disciplina de Vivência Profissional, onde trabalhamos com diversas tipologias não convencionais de acervos. Para além das melhorias no espaço físico da RT, o projeto confere aos seus participantes a oportunidade de lidar, na prática, com situações e imprevistos que apenas a graduação os não submete. Ademais, contribui e incentiva a tomada de decisões como uma equipe, agregando valores e experiências únicas que serão úteis na futura vida profissional. Os acervos universitários são uma forma essencial de agregar e disseminar os três pilares constituintes de ensino, pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE

Coleções Universitárias. Conservação-Restauração. Reserva Técnica. Gestão de Riscos. Diagnóstico.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio do projeto "Desenvolvimento de Protocolos para revitalização da Infraestrutura de Preservação e Acesso de Coleções Científicas, Edital FAPEMIG 012/2023 e do programa de bolsas de extensão da Rede de Museus-PROEX-UFMG, aos quais agradecemos imensamente. Ao CNPq, pelo investimento e incentivo à preservação da cultura. À professora Yacy-Ara Froner, coordenadora do projeto e aos discentes, que estão realizando um trabalho de excelência.

REFERÊNCIAS

FRONER. Yacy-Ara. Relatório Parcial - 01/2023 a 04/2025 Revitalização da Infraestrutura Expográfica e de Guarda das Coleções dos Espaços de Ciência e Cultura da Rede de Museus UFMG. Belo Horizonte: UFMG, Abril/2025.
FRONER. Yacy-Ara. Tópicos em Conservação preventiva : avaliação e diagnóstico de coleções. Caderno Técnico 8: Reserva Técnica. Belo Horizonte: UFMG. 2008.
ICCROM. Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. 2016.

A revitalização do mobiliário do Herbário da UFMG como estratégia de preservação

Rafaela Barbosa Fonsato (UFMG) - fonsato123@gmail.com
Camila Brandão Pereira Silva (UFMG) - cambrps@gmail.com
Enrico Nolasco (UFMG) - enriconolasco1@gmail.com
Gustavo Santos Silva - gustavosantosbio@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reúne diversos espaços dedicados à divulgação científica, salvaguarda do patrimônio cultural e promoção de programas de extensão. A Rede-UFMG atua como uma estrutura de conexão que fomenta uma gestão colaborativa das áreas do patrimônio material e imaterial da universidade. O presente trabalho reflete as experiências desenvolvidas no espaço de guarda das coleções do Herbário, vinculado ao Centro de Coleções Taxonômicas (CCT) do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, através do Projeto de "Revitalização da Infraestrutura Expográfica e de Guarda das Coleções dos Espaços de Ciência e Cultura da Rede de Museus - UFMG" coordenado pela Dra. Yacy-Ara Froner, com apoio do CNPq e Fapemig. O Herbário BHCB, comporta uma coleção científica de mais de 223.000 exsicatas[1], voltada ao estudo da flora brasileira, objetivando o armazenamento, a catalogação e a disponibilização de espécimes para pesquisa, ensino e extensão. Por se tratar de um acervo orgânico, a preservação das coleções exige práticas rigorosas de conservação e adequado acondicionamento das amostras, vulneráveis à umidade, iluminação e temperatura. A partir do "Diagnóstico de Gestão de Riscos", em 2022-2023, foi priorizada a reorganização do espaço físico de armazenamento das coleções, com a implantação de um novo projeto que contemplou a instalação de um armário deslizante compactador, visando a otimização do espaço (Froner, 2008; Rose; Rose, 1995). O Herbário possuía 44 armários de aço antigos, utilizados para acondicionar a coleção; apesar da boa condição do mobiliário, o mesmo não comportava de forma adequada a totalidade do acervo.

[1] Exsicata é uma amostra seca de parte ou total de um vegetal, prensada e montada em uma folha de papel próprio para herbário, acompanhada de uma etiqueta com informações detalhadas sobre a planta coletada. A exsicata é utilizada para documentar e preservar espécimes vegetais com diversas finalidades, principalmente estudos científicos.

O projeto permitiu um acondicionamento adequado às necessidades numéricas e materiais do acervo, aprimorando a organização das pastas das exsicatas por meio da maximização e aproveitamento do espaço disponível, além de possibilitar o aumento da capacidade de armazenamento do acervo. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar o processo de implantação da reorganização física das coleções científico-culturais do Herbário BHCB, aprimorando as condições de armazenamento e acesso à pesquisa e extroversão.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi iniciado a partir do planejamento do mobiliário pelo arquiteto bolsista do projeto Gustavo Alcântara; identificação dos espaços de manobra e estabelecimento da equipe de alunos de graduação do Curso de Conservação-Restauração da Escola de Belas Artes da UFMG, que atuaram, inicialmente como discentes da disciplina de Planejamento de Reserva Técnica e posteriormente da disciplina de Vivência Profissional. Após ciência dos documentos de identificação e diagnóstico relacionado ao setor, a equipe determinou três etapas de atuação: a primeira consistiu na retirada do acervo para os espaços de manobra, incluindo o mobiliário antigo; a segunda, a instalação do novo mobiliário e a sua identificação; e a terceira, a introdução do acervo no mobiliário novo, conforme as orientações relacionadas à organização por grupos taxonômicos.

A primeira etapa, iniciada em 2023, foi executada pela equipe de alunos, organizados ao longo da semana em turnos de 4h. O acervo foi embalado em sacos plásticos, para proteger as exsicatas durante a remoção para os espaços de manobra, e foram feitas etiquetas para identificar a localização original de cada pasta de exsicata, mantendo a lógica organizacional da coleção. Paralelamente, à medida que os armários eram esvaziados, eram transferidos para os espaços de manobra. Todo o processo foi registrado fotograficamente, além do relatório de acompanhamento. A segunda etapa determinou o acompanhamento e o registro fotográfico da montagem do mobiliário compactador, o qual foi avaliado a partir de sua normatização técnica. Ao final da montagem, o mobiliário foi etiquetado seguindo a ordem MÓDULO-ESTANTE-COLUNA. A terceira etapa significou o retorno do acervo, seguindo a ordem e identificação estabelecida na primeira etapa do trabalho. Assim, os sacos plásticos eram alocados na bancada de trabalho, as fitas adesivas que fechavam os sacos foram removidas e as exsicatas retiradas. Cada exsicata foi colocada no armário, em ordem alfabética de acordo com a família taxonômica. Foram deixados vazios dois escaninhos em cada estante para futuras adições ao acervo. A localização das exsicatas no compactador foi registrada em planilhas de Excel, incluindo a data e os responsáveis pelas atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado obtido neste projeto foi o aprimoramento e a otimização de espaço de armazenamento, permitindo que a coleção do Herbário continue se expandindo. Com a grande movimentação realizada ao retirar as pastas de exsicatas de sua localização original para uma área de manobra, o risco de dissociação era muito grande, dessa forma, o registro continuado das atividades permitiu que não ocorresse a sua dissociação. A equipe desenvolveu medidas organizacionais eficientes ao criar etiquetas compostas pela Família taxonômica e pela localização dentro do armário original (numerados de 1 a 44) e ao manter o controle do acervo por meio de uma planilha. O processo de realocação do acervo no novo mobiliário compactador foi concluído de forma organizada e eficiente, superando as expectativas e respeitando o prazo previsto. A equipe adotou rotinas de trabalho adaptadas à realidade do acervo, garantindo agilidade e segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação do novo sistema foi crucial para a maximização e melhor aproveitamento da área disponível, além de aumentar a capacidade de armazenamento, de modo a permitir que a base de dados científica composta por exsicatas possa continuar a crescer, a partir da demanda do acervo do Herbário. A reorganização e otimização do espaço melhoraram o acondicionamento, garantindo mais facilidade no acesso e manejo da coleção. O bom relacionamento da equipe de alunos de Conservação e Restauração com a equipe técnica do espaço reforçou a importância da experiência didática para o aprendizado voltado à preservação de coleções científicas. Por fim destaca-se também o papel essencial do conservador-restaurador na conservação e gestão qualificada de acervos científicos.

PALAVRAS-CHAVE

Herbário. Reserva Técnica. Conservação. Mobiliário compactador.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento pela oportunidade de realizar a pesquisa desenvolvida por meio do projeto "Desenvolvimento de Protocolos para revitalização da Infraestrutura de Preservação e Acesso de Coleções Científicas", Edital FAPEMIG 012/2023 e do programa de bolsas de extensão da Rede de Museus-PROEX-UFMG.

REFERÊNCIAS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - REDE MUSEUS. Laudo Técnico Diagnóstico do Centro de Coleções Taxonômicas do Instituto de Ciências Biológicas (CTT-UFMG). 2023.
FRONER, Yacy-Ara. Reserva Técnica. In: Tópicos em Conservação Preventiva - 8. Belo. Horizonte: IPHAN, 2008.

A coleção Solenopsis: gavetas que guardam histórias

Brenda Miranda de Moraes (UMC) moraesbm@outlook.com.br

INTRODUÇÃO

Os museus de história natural são instituições que atuam na salvaguarda do patrimônio natural, cultural e histórico da sociedade. Para além da proteção, dedicam-se à coleta, preservação, pesquisa e exposição de coleções. Segundo Landim e Ruiz (2023), o sucesso de um museu depende menos de sua estrutura física e mais da atuação qualificada de seus curadores. Nesse sentido, a curadoria assume um papel essencial ao assegurar a integridade, organização e acessibilidade dos acervos biológicos, promovendo sua permanência como fontes de dados e testemunhos (BRANDÃO et al., 2021).

O Laboratório de Mirmecologia do Alto Tietê (LAMAT), vinculado à Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), é um exemplo na formação, manutenção e depósito de coleções biológicas em instituições de ensino e pesquisa. Entre seus acervos, destaca-se a Coleção de Referência Silvia Sayuri Suguituru, que abriga mais de oito mil exemplares de formigas coletadas em diferentes áreas do bioma Mata Atlântica (SOUZA-CAMPANA et al., 2020). No conjunto de espécimes presentes na coleção, sobressai o gênero Solenopsis Westwood, 1840. Popularmente conhecidas como “fire-ants”, essas formigas desempenham papéis ecológicos significativos e apresentam desafios particulares para identificação e conservação em acervos taxonômicos (PACHECO et al., 2013).

Este trabalho teve como objetivo elaborar uma coleção de exemplares do gênero Solenopsis do Domínio Atlântico brasileiro. Especificamente, buscou-se: (1) confirmar a identificação dos espécimes analisados em outras coleções ou recebidos por doação; e (2) aplicar procedimentos de curadoria conforme os protocolos do Departamento de Hymenoptera do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZSP), visando à sua incorporação inicial na Coleção de Referência do Alto Tietê e, posterior, depósito no acervo institucional do MZSP.

MATERIAIS E MÉTODOS

As informações das etiquetas dos espécimes foram transcritas para um banco de dados, conforme padrões de coleções zoológicas, abrangendo dados como: data de coleta, localidade, coordenadas geográficas, altitude, habitat, coletor e identificação taxonômica. Informações ausentes foram complementadas com o apoio do grupo

de pesquisa. Para a identificação das espécies utilizou-se a chave de identificação de Trager (1991) e Pitts et al. (2018). Para os espécimes cujas coordenadas geográficas não estavam disponíveis, utilizou-se o software Google Earth para localizar os pontos de coleta. Essa busca foi realizada com base nas informações de localidade presentes nas etiquetas (como nome da cidade ou região) ou nos cadernos de campo dos coletores. Os espécimes preservados em via úmida foram montados segundo as orientações de preparação entomológica descritas por Triplehorn e Johnson (2015).

À medida que os dados eram inseridos no banco, sua organização foi padronizada de acordo com a estrutura exigida pelo sistema Specify. Os exemplares receberam o código provisório ‘CSLAMAT’ e as caixas entomológicas foram identificadas com o código 'CSLAMATC', ambos seguidos de numeração. Esse sistema de codificação permitiu a rastreabilidade dos espécimes e das suas respectivas informações. Após esse processo, os espécimes foram analisados sob microscópio estereoscópico, e aqueles que apresentavam contaminação fúngica foram submetidos a um protocolo de limpeza, conforme descrito por Moleiro et al. (2023). Paralelamente, as etiquetas foram higienizadas com álcool etílico 70%.

A etiquetagem definitiva seguiu o padrão adotado pelo MZSP. Cada exemplar recebeu um número de tombo fornecido pela instituição e duas etiquetas: uma com as informações taxonômicas (espécie, autor, determinador e ano); e outra com os dados da localidade (país, estado, município, coordenadas geográficas, data da coleta, método de coleta e coletores). Para a colocação dos espécimes no alfinete e inserção das etiquetas foram utilizados blocos de alfinetagem, que permitiram a disposição adequada do exemplar, número de tombo e demais etiquetas associadas.

RESULTADOS

As ações preliminares incluíram a identificação e confirmação dos espécimes de Solenopsis spp. amostrados entre 1985 e 2024. Os resultados apontam que o acervo possui cerca de 4.000 exemplares de formigas do gênero Solenopsis. Os espécimes, pertencentes ao grupo “fire-ants”, somam 3.826 indivíduos, dos quais, 1.845 são pertencentes ao grupo S. saevissima, 1.134 são de S. macdonaghi (Santschi, 1916), 841 de S. invicta (Buren, 1972), 6 de S. xyloni (McCook, 1880) e 1 de S. interrupta (Santschi, 1916).

A curadoria dos exemplares de Solenopsis spp. permitiu sua adequada documentação, assegurando a integridade dos dados e sua futura utilização em estudos comparativos, ecológicos, taxonômicos e evolutivos. Após a finalização desse processo, cerca de 3.000 espécimes serão incorporados à coleção de Hymenoptera do MZSP, com as suas respectivas informações disponibilizadas na plataforma Specify.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção dos espécimes de Solenopsis seguiu padrões museológicos, incluindo a adoção de números de tombo, prática até então não utilizada na coleção de referência do LAMAT. A curadoria realizada no laboratório foi fundamental para garantir a integridade dos dados, a padronização das informações e a preservação do material biológico. Com a incorporação da coleção ao MZSP, assegura-se sua conservação, ampliando o uso do acervo em estudos científicos, ações educativas e divulgação científica. Esse processo evidencia a relevância de laboratórios como o LAMAT, na valorização e depósito de materiais biológicos e reforça o papel dos museus na salvaguarda e democratização do conhecimento sobre a biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE

Solenopsis. Coleções. Curadoria. Patrimônio Natural. Museu de Zoologia da USP.

AGRADECIMENTOS

À FAPESP, processos nº 2023/17547-4 e nº 2024/06080-0.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. F.; RAMOS, K. S.; ULYSSÉA, M. A.; SANTOS, A. D.; & ANDRADE, T. O. (2021). Princípios para a curadoria técnica do acervo entomológico do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, 29, 1-20.

LANDIM, M. I. & RUIZ, J. G. (2023). A Nova ideia de museu (Flower, 1893): reflexões sobre a forma e a função dos museus de história natural. Anais do Museu Paulista, 31.

PACHECO, J. A.; MACKAY, W. P.; & LATTKE, J. (2013). The systematics and biology of the New World thief ants of the genus Solenopsis (Hymenoptera: Formicidae). Lewiston: Edwin Mellen Press.

SOUZA-CAMPANA, D.; WAZEMA, C. T.; MAGALHÃES, F. S.; SILVA, N. S.; NAGATANI, V. H.; SUGUITURU, S. S.; GOTO, M. A.; & MORINI, M. S. C. (2020). Coleção de referência do Laboratório de Mirmecologia do Alto Tietê, São Paulo, Brasil: status atual e perspectivas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais, 15(1), 317-336.

Filmes fotográficos como patrimônio cultural e científico: estudo aplicado ao acervo do Festival de Inverno da UFMG

Vitor Marques de Assis (UFMG) - vma2020@ufmg.br
Jussara Vitória de Freitas (UFMG) - jussaravitoria@ufmg.br

INTRODUÇÃO

A compreensão do patrimônio cultural e científico exige mais que a análise da materialidade dos objetos, incorporando contextos históricos, sociais e afetivos que lhes dão sentido. Na museologia e historiografia, reconhece-se que documentos fotográficos, especialmente filmes analógicos, são testemunhos materiais que condensam aspectos culturais, estéticos e tecnológicos de sua época.

Com o tempo, o conceito de documento expandiu-se além do texto escrito, abrangendo imagens, filmes, gravações e objetos científicos, como câmeras, lentes e sistemas de captação de som, utilizados para registrar, manipular e traduzir visualmente a narrativa fílmica. Essa ampliação redefiniu a valorização e a preservação da memória coletiva. Este estudo enfoca o filme fotográfico como documento técnico e histórico, que requer metodologias específicas de conservação, digitalização e difusão.

O uso de slides em carretel com áudio marcou uma etapa intermediária na transição do cinema mudo para o sonoro, ao combinar imagens fixas projetadas em sequência com trilhas sonoras, narrações ou músicas gravadas, ampliando as possibilidades expressivas do audiovisual e antecipando a integração plena entre som e imagem, sendo empregada em contextos educativos, científicos e culturais. A coleção analisada integra a história do Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, desempenhando papel crucial em sua formação e consolidação, sobretudo nas últimas décadas do século XX principalmente nos anos 80 e 90, como instrumento de educação, arte e cultura, com ações itinerantes em cidades do interior de Minas Gerais. Essa coleção fomentou experimentações artísticas e narrativas visuais, sendo precursora de práticas audiovisuais contemporâneas no festival.

Considerando esses aspectos, a pesquisa de técnicas de preservação de acervos fotográficos propõe parâmetros técnicos e metodológicos para digitalização e conservação de filmes fotográficos, com foco na coleção do Festival, que representa um momento de intercâmbio cultural entre universidade e sociedade. Ao sistematizar esses processos, visa-se fortalecer seu uso acadêmico e social, promovendo acesso inclusivo e sustentável à informação e consolidando políticas universitárias de memória, tecnologia e educação, com potencial de uso em ensino, pesquisa e extensão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem metodológica que articula revisão bibliográfica, análise documental e experimentação prática, com base em acervos doados ao projeto Imagens de Minas, que preserva parte da memória fotográfica e cinematográfica da UFMG. A pesquisa bibliográfica contemplou normas técnicas e diretrizes internacionais voltadas à conservação e digitalização de filmes fotográficos, orientando os parâmetros técnicos e metodológicos utilizados.

O processo de tratamento e digitalização dos negativos fotográficos (35mm e médio formato) foi conduzido de forma sistemática, abrangendo as seguintes etapas:

1. Levantamento Inicial
Os negativos foram classificados quanto à quantidade, estado de conservação e formatos. A partir desse diagnóstico, estabeleceram-se metas voltadas à preservação, difusão e acessibilidade, com base em critérios técnicos de conservação e restauração.

2. Higienização
A limpeza dos materiais incluiu técnicas a seco, como o uso de pincel antiestático, soprador de ar e flanela de microfibra, e a úmido, com aplicação de álcool isopropílico. Em casos específicos, utilizou-se percloroetileno[1] para estabilização da imagem.

3. Captura de Imagens (Digitalização)
A digitalização foi realizada com scanners Epson V600 e V850, operando em resoluções entre 2400 e 4800 dpi. Complementarmente, utilizou-se câmera digital com lente macro, com os softwares DSLR Scanner e Negative Lab Pro. As imagens foram capturadas em modo positivo, com ajustes manuais de foco e exposição, assegurando fidelidade visual.

4. Salvamento dos Arquivos
Os arquivos digitais receberam nomenclatura padronizada para garantir organização e rastreabilidade. Durante o pós-processamento, aplicaram-se correções leves de cor, brilho e riscos, respeitando a integridade dos originais. Metadados como autor, data e palavras-chave foram inseridos para facilitar a indexação.

5. Preservação Física
Os negativos originais foram acondicionados em papel neutro e armazenados em caixas apropriadas, sob temperatura controlada (15–18 °C) e condições que evitam exposição à luz, calor e umidade, assegurando sua preservação a longo prazo.

6. Gestão das Coleções
Na etapa final, os arquivos digitalizados foram inseridos em um módulo de gestão de coleções, promovendo acessibilidade estruturada e permanente ao acervo digital.

[1] Emprega-se o percloroetileno no processo de estabilização da imagem, visando à consolidação e preservação de suas características físicas e visuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os negativos foram devidamente catalogados e registrados na plataforma de gestão de coleções, o In Patrimonium, seguindo os parâmetros de documentação criteriosamente estabelecidos pela gestão de documentos. Este processo integrou as etapas de digitalização, elaboração de fichas de conservação e tratamento das imagens, resultando em registros digitais organizados e acessíveis, o que facilita o acesso à informação e reforça a importância dos acervos universitários como fontes essenciais para a pesquisa e alicerces do conhecimento acadêmico.

A metodologia adotada garantiu não apenas a preservação das imagens, mas também a democratização possibilitando o seu acesso, com um processo que pode ser replicado em outros acervos com infraestrutura similar. Foram asseguradas qualidade técnica e o alinhamento com as melhores práticas de conservação. Dessa forma, o estudo fortaleceu a preservação e o acesso ao acervo, criando uma base sólida para seu uso acadêmico e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de filmes fotográficos em carretel com áudio foi crucial na consolidação do Festival de Inverno da UFMG, especialmente em suas primeiras edições. Ao permitir a exibição de narrativas visuais com som sincronizado, esses slides atuaram como meio de mediação entre a universidade e comunidades locais, sobretudo em áreas com infraestrutura precária. Além de ampliar o acesso ao conhecimento e à expressão artística, contribuíram para a documentação e a preservação da memória institucional do evento.

Os resultados do estudo evidenciam que a preservação e a valorização do acervo foram alcançadas por meio de um processo estruturado: levantamento técnico, higienização, digitalização, tratamento das imagens e catalogação na plataforma In Patrimonium. Além de assegurar a salvaguarda dos materiais, o estudo reforça o papel das coleções acadêmicas como instrumentos de pesquisa, memória e produção de conhecimento, de modo que contribui para a valorização do patrimônio científico e cultural da UFMG foi fortalecida, oferecendo base sólida para seu uso acadêmico, institucional e museológico, garantindo continuidade e relevância a longo prazo, a preservação da memória universitária, o fortalecimento da identidade institucional e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. Essa valorização também amplia o acesso da sociedade ao conhecimento produzido na universidade, promovendo a difusão cultural e o diálogo entre ciência e público, em consonância com as demandas contemporâneas de democratização do saber.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural. Filmes Fotográficos. Coleções Universitárias. Festival de Inverno da UFMG

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa teve o apoio por meio do Programa institucional de bolsas de iniciação científica – Probic / Fapemig- Edital 05/2025.

REFERÊNCIAS

ACERVO do Festival de Inverno – Sistema de Bibliotecas da UFMG. Memória intelectual da UFMG. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/especiais-e-raros/memoria-intelectual-da-ufmg/acervo-festival-de-inverno/. Acesso em: 30 abr. 2024.

RIBEIRO, Alessandra. Histórias do Festival. Disponível em: https://www.ufmg.br/festivaldeinverno-noticias/historias-do-festival/. Acesso em: 15 jan. 2025.

ROGERS, Richard. Digital preservation of photographs. [S.l.]: ResearchGate, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279113909_Digital_preservation_of_photographs. Acesso em: 30 abr. 2024

Impactos dos incêndios nos acervos museológicos: o caso das cerâmicas do Vale do Jequitinhonha do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG

Agesilau Neiva Almada (PPGArtes/EBA/UFMG) – agealmada@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão das degradações sofridas pelas cerâmicas em decorrência de incêndios ocorridos em museus e instituições que abrigam acervos culturais. Para desmistificar a ideia de que tais eventos sejam isolados ou de baixa frequência, toma-se como ponto de partida o incêndio ocorrido em 15 de junho de 2020 no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB-UFMG). A análise centra-se nos impactos do fogo sobre as reservas técnicas, com ênfase nos objetos de suporte cerâmico da Coleção de Arte Popular do Vale do Jequitinhonha, MG. Destaca-se a vulnerabilidade desses materiais às altas temperaturas e aos agentes de degradação térmica, bem como as alterações físicas e químicas de seus suportes provocadas pelo incêndio. Ademais, investiga-se a relação entre os materiais utilizados nos mobiliários e sistemas de acondicionamento das peças e a propagação do fogo, mapeando seus efeitos, considerando fatores internos e externos relacionados à infraestrutura, manutenção e gestão de riscos

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo, foram elaborados bancos de dados a partir de análises organolépticas de todo o acervo cerâmico da Coleção de Arte Popular do MHNJB-UFMG. Assim, foram constituídos dois bancos de dados: um com 180 peças armazenadas na Reserva Técnica 1 (RT1), diretamente atingidas pelo fogo, e outro com 28 objetos que se encontravam expostos na Sala de Exposição Temporária 3, em edificação distinta dentro da área do museu, que permaneceram preservados do incêndio. Além das peças, foram incluídas variáveis relacionadas aos diferentes tipos de etiquetas de identificação das peças que foram afetadas pelo evento.

Adotou-se o modelo metodológico “tratamento-controle” ou “caso-controle”, tradicionalmente utilizado nas ciências médicas e da saúde e também das ciências sociais, e, de forma inovadora, aplicado ao campo das artes neste estudo. O objetivo

foi comparar as tipologias de degradação em peças cerâmicas da Coleção de Arte Popular do MHNJB-UFMG, afetadas pelo incêndio, ocorrido em junho de 2020, decorrente de um curto-circuito em um aparelho de ar-condicionado doméstico instalado na Reserva Técnica 1.

A metodologia possibilitou a comparação entre os danos observados nos dois conjuntos de objetos cerâmicos, fundamentando-se na pesquisa ex postfacto, conforme definido por Gil (2002), em que dois grupos similares são analisados, diferenciando-se apenas pela variável de exposição, neste caso, o incêndio. Estudos de Aragão (2011) e Rêgo (2010) reforçam a importância de uma seleção criteriosa dos grupos e da análise da frequência de exposição a fatores de risco. As peças analisadas compartilham características essenciais: originam-se da região do Vale do Jequitinhonha, resultam de uma produção artesanal em barro com composição mineral semelhante, utilizam técnicas construtivas e decorativas idênticas (como o uso de rolinhos na modelagem e a aplicação de oleio (a tinta do barro) na pintura antes da queima), processos de queima similares (fornos rudimentares ou de barracos com queima à lenha), paleta cromática restrita (tons de terracota, branco, rosa e vermelho) e datadas da década de 1970. Essas semelhanças justificam e validam a aplicação do método adotado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa possibilitou, como resultado, a elaboração de uma tipologia de degradações relacionadas às cerâmicas, considerando os efeitos do suporte cerâmico, como fraturas, trincas, rachaduras, fissuras, craquelês etc., decorrentes do processo de manufatura das peças (fatores intrínsecos) e também do envelhecimento natural do suporte e os impactos sofridos ao longo do tempo (fatores extrínsecos), além das degradações específicas provocadas pelo incêndio, denominadas de degradações extrínsecas pós-incêndio (ALMADA & QUITES, 2025).

A fuligem foi a degradação mais prevalente em todas as peças afetadas, presente em 98,3% do acervo, ou seja, em 177 objetos. Das peças incendiadas, apenas três não apresentaram fuligem devido às condições de armazenamento em armários metálicos, que as protegeram da impregnação. A segunda degradação mais comum foi a presença de manchas diversas, como as amarronzadas, solubilizadas por materiais líquidos utilizados na contenção do incêndio; as esbranquiçadas, causadas por agentes de controle da conflagração; além das manchas de adesivos (de intervenções anteriores ou de etiquetas de identificação) que se solubilizaram com o calor, deixando marcas visíveis sobre o suporte. Essas manchas atingiram 54,6% (99 peças) do acervo afetado. Por fim, o material de acondicionamento aderido às peças, como plásticos bolha, espumas e TNTs utilizados na embalagem e acondicionamento dos objetos cerâmicos, que foi constatado em 36 objetos, representando 20,0% do total do acervo incendiado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o impacto do incêndio sobre as peças cerâmicas foi relativamente limitado em termos de resistência mecânica, graças ao uso de mobiliário metálico resistente, que absorveu parte dos impactos do colapso do telhado e à alta resistência intrínseca das peças cerâmicas. Contudo, a presença significativa de fuligem resultou em danos estéticos relevantes. A pesquisa também contribuiu para a compreensão aprofundada das diferentes degradações que afetam a cerâmica, de origem intrínseca e extrínseca, incluindo aquelas propiciadas por eventos adversos, como o incêndio. Essas informações fortalecem as estratégias de conservação e restauração no âmbito das instituições museais.

A produção cerâmica do Vale do Jequitinhonha é o resultado de uma mescla cultural entre grupos indígenas, africanos e os brancos europeus, e de uma produção pautada pelo respeito à natureza, pelo saber popular e pela religiosidade de seu povo, representando assim uma síntese do conhecimento ancestral transmitido de geração em geração. A análise do incêndio revelou, ainda, a escassez de estudos específicos sobre os efeitos do fogo em objetos cerâmicos na literatura acadêmica, embora as causas dos incêndios em museus e instituições culturais, frequentemente relacionadas a problemas em equipamentos e redes elétricas, tenham sido identificadas por fontes oficiais. No caso do MHNJB-UFMG, o incêndio teve início pelo superaquecimento de um ar-condicionado doméstico instalado na reserva técnica afetada, evidenciando a necessidade de monitoramento e revisões periódicas dos sistemas elétricos e dos usos dos equipamentos.

Apesar de o acervo cerâmico ter sido protegido por mobiliário metálico resistente, o impacto estético causado pela fuligem — a degradação mais presente mapeada no acervo — foi severo, reforçando a importância do uso de materiais de acondicionamento que protejam melhor as peças e que não adiram sob calor, como o ethafoam e produtos da linha Tyvek®. Além disso, recomenda-se a adoção de móveis metálicos com acabamentos resistentes ao calor e aos impactos mecânicos. Por fim, destaca-se a urgência de que os museus implementem medidas rigorosas de conservação preventiva, incluindo revisões sistemáticas de suas instalações elétricas, hidráulicas, redes de gases e sistemas de segurança, de modo a proteger seus acervos de eventos adversos, como incêndios, e assegurar a preservação do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Acervo museológico; Incêndio; Cerâmica; Vale do Jequitinhonha; Conservação preventiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG pelo suporte e acesso ao acervo. Este trabalho contou com o apoio financeiro da CAPES (Código de Financiamento 001).

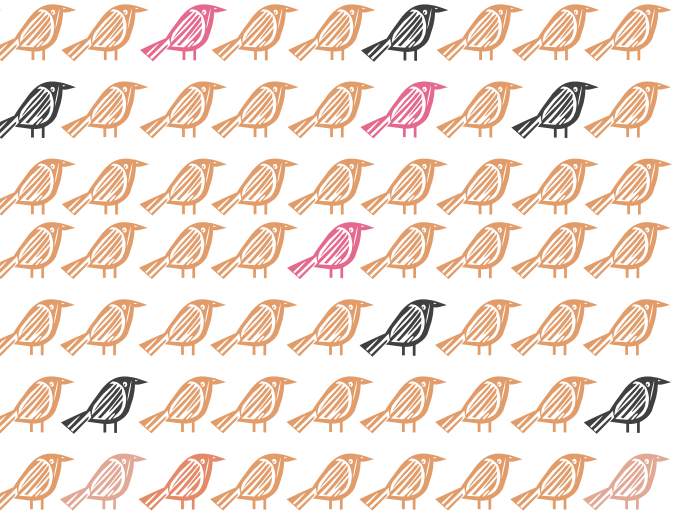
REFERÊNCIAS

ALMADA, Agesilau Neiva; QUITES, Maria Regina Emery. Cerâmica do Vale do Jequitinhonha: Uma coleção do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais. Veranópolis, RS: Diálogo Freiriano, 2025. 366 p.

ARAGÃO, Júlio. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. Revista Práxis, Ano III, nº 6. Volta Redonda, RJ: Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), 2011, p. 59-62.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002. 176 p.

RÊGO, Marco Antônio V. Estudos caso-controle: uma breve revisão. Gazeta Médica da Bahia, n. 1 (144), jan-abr. Salvador, BA: Faculdade de Medicina da Bahia (UFBA), 2010, p. 101-110.



SALA 6
GESTÂO E ADMINISTRAÇÃO DE MUSEUS

Mediador
Allyson Pinheiro

Bolsista
Sophia Ferreira Gomes de Oliveira e Silva

A sessão começou com a apresentação “Ecomuseu Ilha Grande e ecologia de saberes: identificação, representação, reconhecimento e transformação”, do Prof. Gelsom Rozentino de Almeida. Situada entre camadas de memória prisional e colonial, hoje reconhecida como patrimônio mundial da UNESCO, a Ilha Grande abriga comunidades diversas e um amplo campo de atuação da UERJ em museologia e pesquisa. O Ecomuseu, estruturado em núcleos, reúne patrimônio cultural e memorial dessas comunidades, ao mesmo tempo em que preserva a biodiversidade local. A proposta articula democratização do acesso à cultura e à educação, educação ambiental e objetivos de sustentabilidade, promovendo ações em diálogo com escolas, bibliotecas, eventos culturais, jardim botânico e espaços públicos da ilha — sempre com foco em melhores condições de vida para seus moradores.

Na sequência, a Profa. Cláudia Maria Alves Vilhena apresentou “A competência em informação e interlocuções: o plano estratégico do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG”. O CEMENF, museu universitário dedicado à história da saúde, medicina, enfermagem e nutrição, foi analisado a partir da relação entre seu Plano Estratégico, as práticas museais e a competência em informação (CoInfo). O plano se materializa especialmente em visitas mediadas voltadas a estudantes das áreas da saúde, incentivando leitura crítica de acervos e contextos. Como resultados, destacou-se um plano construído de modo colaborativo, o papel da CoInfo na formação crítica do profissional de museus e uma equipe engajada ao longo de todo o processo.

Encerrando as apresentações, o Prof. Bruno Melo de Araújo e a Profa. Emanuela Ribeiro discutiram “Gestão financeira em museus universitários e políticas institucionais de patrimônio: um estudo a partir da UFPE”. O trabalho mapeou entraves de gestão e compras, cotejando a função social dos museus com a criação da DPM/UFPE e com as recomendações do IBRAM sobre itens básicos de funcionamento. Apesar do esforço normativo, a solicitação de materiais permanece morosa e pouco transparente; os gastos se concentram em manutenção predial, consumo e equipamentos básicos, enquanto permanecem frágeis as dotações para preservação, digitalização e conservação de acervos. A criação da DPM/UFPE aparece, assim, como medida estruturante para políticas de memória e patrimônio, com o grande desafio de consolidar essas diretrizes dentro da universidade e avançar na democratização cultural. Após as falas, abriu-se a discussão com o público e, em seguida, foi concluído o turno da manhã.



Apresentações de comunicação oral, na sala 6 pela manhã, sobre Gestão e Administração de Museus - Fotógrafo: Flávio Almeida



Apresentações de comunicação oral, na sala 6 pela manhã, sobre Gestão e Administração de Museus - Fotógrafo: Flávio Almeida

Gestão financeira em museus universitários e políticas institucionais de patrimônio: um estudo a partir da Universidade Federal de Pernambuco

Bruno Melo de Araújo – bruno.meloaraujo@ufpe.br (UFPE)
Emanuela Sousa Ribeiro – emanuela.sousaribeiro@ufpe.br (UFPE)

INTRODUÇÃO

Os museus universitários, ao ocuparem um papel estratégico nas instituições federais de ensino superior, enfrentam desafios complexos relacionados à sua gestão financeira e às políticas institucionais voltadas à preservação de patrimônio e memória. Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a criação recente da Diretoria de Patrimônio e Memória (DPM), vinculada à Superintendência de Cultura, marca um importante passo para a institucionalização das políticas de museus e acervos na universidade, promovendo uma reflexão sobre a função social e acadêmica dessas estruturas. Conforme aponta Chauí (2001), as universidades não apenas produzem conhecimento, mas também constroem identidades culturais, sendo responsáveis pela preservação da memória coletiva. Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como as universidades organizam e financiam seus museus, observando os marcos legais e normativos que regem sua atuação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizou uma análise documental e estatística a partir de dados obtidos em fontes oficiais como o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e o Painel de Compras do Governo Federal, com foco nos museus universitários vinculados às universidades federais. Foram utilizadas metodologias de gestão de risco aplicadas ao setor museal (BARBOZA, 2011; AZEVEDO, 2022), aliadas a uma revisão bibliográfica que inclui marcos legais como a Lei nº 11.904/2009 (Estatuto de Museus) e o Acórdão TCU nº 1.243/2019. Também foram analisadas produções acadêmicas, como o estudo de Oliveira (2015) sobre a gestão de museus na UFPE, e diretrizes de formação como o curso de Conservação Preventiva para Acervos Museológicos do IBRAM.

Os dados foram organizados por elemento de despesa, classificados por tipo de acervo e natureza das compras, buscando identificar padrões de financiamento e gestão. A investigação foi orientada pela reflexão crítica sobre políticas públicas culturais (CALABRE, 2005; GRANATO, 2012), com ênfase na articulação entre planejamento, orçamento e valorização dos museus universitários como equipamentos culturais estratégicos.

RESULTADOS

A sistematização dos dados revelou a existência de padrões recorrentes nos gastos dos museus universitários, com destaque para a predominância de despesas com serviços de manutenção predial, material de consumo e aquisição de equipamentos básicos. A pesquisa também evidenciou a fragilidade do planejamento orçamentário específico para ações estruturantes de preservação, digitalização e conservação de acervos museológicos. Esse cenário reforça a importância de políticas institucionais integradas.

A criação da Diretoria de Patrimônio e Memória da UFPE, nesse contexto, poderá contribuir nesse cenário como resposta às lacunas históricas de governança dos bens culturais na universidade, estruturando um campo de atuação específico para a formulação e acompanhamento de políticas voltadas à preservação, difusão e valorização de acervos e museus universitários. Essa iniciativa está em sintonia com as proposições de autores como Granato (2012), que defende a necessidade de marcos institucionais claros para garantir a continuidade e efetividade das políticas culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu constatar que os museus universitários enfrentam dificuldades recorrentes de financiamento, gestão e institucionalização de suas ações, o que compromete seu potencial de atuação como espaços de ensino, pesquisa, extensão e democratização cultural. A experiência da UFPE, com a criação da Diretoria de Patrimônio e Memória, representa um avanço no campo das políticas universitárias para a cultura, abrindo espaço para a formulação de diretrizes permanentes que considerem as especificidades dos museus universitários.

Conforme aponta Calabre (2005), as políticas culturais devem ser construídas a partir de uma visão sistêmica, integrando os diversos agentes e instituições envolvidas. Nesse sentido, a construção de políticas institucionais de memória e patrimônio, ancoradas na gestão pública e na cultura democrática, representa um desafio para os gestores e como uma necessidade para o fortalecimento do campo da cultura no âmbito das universidades públicas brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas. Museus universitários. Gestão. Compras Públicas. UFPE

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. S. Museus universitários e gestão de risco: caminhos para políticas preventivas. Revista Museologia e Patrimônio, v. 15, n. 1, 2022.
BARBOZA, C. A. Gestão de risco em museus: diretrizes para a preservação do patrimônio cultural. IBRAM, 2011.
CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: uma leitura a partir da redemocratização. Revista Brasileira de Política Cultural, n. 1, 2005.
CHAUÍ, Marilena. Universidade e sociedade. In: _____ (Org.). Universidade em ruínas. São Paulo: UNESP, 2001.
GRANATO, Marcus. Museus universitários: papel e desafios no Brasil contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM MUSEOLOGIA, 5., 2012, Salvador. Anais [...].
OLIVEIRA, Maria Creuza de. Panorama da gestão de museus da Universidade Federal de Pernambuco no período de 2004 a 2014. Recife: UFPE, 2015.
BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus.
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 1.243/2019 – Plenário.

Ecomuseu Ilha Grande e ecologia de saberes: Identificação, representação, reconhecimento e transformação

Gelsom Rozentino de Almeida – rozentino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Considerando a função social do museu e da universidade, o Ecomuseu Ilha Grande torna-se uma importante ferramenta e espaço que proporciona o encontro de diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social da Ilha Grande. O Ecomuseu Ilha Grande trabalha através da problematização, contextualização e aplicação prática dos conhecimentos para o desenvolvimento de competências valorativas do ser humano, tendo como consequência direta a elevação da capacidade do indivíduo em desenvolver competências científicas ou técnicas. Neste sentido, o Ecomuseu torna-se potência dos diferentes processos de interação e integração de saberes e sujeitos diversos, investe-se no potencial transformador do conhecimento e das suas próprias formas de produção, possibilitando a realização de uma "ecologia de saberes".

MATERIAIS E MÉTODOS

A missão do Ecomuseu Ilha Grande é incorporar a comunidade como sujeito do processo de desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande, por meio da preservação, pesquisa, valorização e difusão de sua história, memória, cultura, identidade, de seu patrimônio natural, material e imaterial, promovendo a reflexão e a ação consciente. O Ecomuseu Ilha Grande tem desenvolvido projetos de preservação e recuperação dos patrimônios arquitetônico, histórico, natural e cultural, visando à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos de Ilha Grande, a partir da valorização da memória coletiva, sem desvincular as dimensões ambiental, social, educativa, cultural, política e econômica. Tem buscado proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social.

Para conduzir uma reflexão crítica sobre o Ecomuseu Ilha Grande, partimos de algumas questões: Quais os principais desafios enfrentados pelo museu para manter suas atividades diante de pressões políticas, econômicas e ambientais em seus territórios? Como o museu articula a relação entre memória, território, diferentes saberes, educação e transformação social em suas práticas museológicas/museais?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ecomuseu Ilha Grande - criado em 1999, reconhecido formalmente pela UERJ em 20 de dezembro 2007, inaugurando seu primeiro núcleo em 05 de junho de 2009 - fica localizado no Brasil, em Angra dos Reis (RJ), desenvolve atividades que promovem conhecimento entre amplos setores da população, através de exposições, cursos gratuitos, arte-educação, atendimento a escolas e a grupos de visitantes. Tais atividades, de maneira essencial, se direcionam não apenas aos visitantes - turistas nacionais e estrangeiros - pesquisadores e alunos, mas à comunidade local.

O Ecomuseu Ilha Grande é ao mesmo tempo um ecomuseu e um museu universitário, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O Ecomuseu Ilha Grande (ECOMIG) é uma unidade da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR3) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que realiza atividades de preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da Ilha. É composto por quatro núcleos: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia. Com sede em Vila Dois Rios, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro[1].

Um ecomuseu constitui-se a partir do entrelaçamento de diferentes forças sociais colocadas em movimento por uma população local, operando com uma noção de território e um conceito de patrimônio global, historicamente determinados. No caso do Ecomuseu Ilha Grande, o território é a própria Ilha, ainda que os principais núcleos do museu estejam instalados no campus da UERJ, em Vila Dois Rios; a população local é constituída pelos moradores das 18 comunidades da Ilha Grande e pela comunidade acadêmica que ali desenvolve suas pesquisas; o patrimônio integral envolve os bens naturais e culturais da região. Esse conjunto museal articula-se a uma perspectiva de desenvolvimento socioambiental que tem vínculos estreitos com comunidades globais.

O Território Social, na medida em que desnaturaliza a noção de região, é espaço de relações de poder e representação social. É neste território, perpassado por contradições e conflitos, muito longe da ideia de “paraíso”, que a atuação do Ecomuseu Ilha Grande tem realizado novas contribuições. O Ecomuseu Ilha Grande tem desenvolvido projetos de preservação a partir da valorização do bem-viver de todos, sem desvincular as dimensões ambiental, social, educativa, cultural, política e

[1] Para saber mais sobre o Ecomuseu Ilha Grande, seus núcleos, projetos e ações ver:
Site:https://www.ecomuseuilhagrande.uerj.br/ Instagram:
https://www.instagram.com/ecomuseuilhagrande/
Facebook:https://www.facebook.com/ecomuseuilhagrande Youtube:
https://www.youtube.com/@EcoMuseuIlhaGrande

econômica. Tem buscado proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, tradicionais e científicos. É um museu que, com suas bases firmemente assentadas no passado, convida a todos a vislumbrar o presente de forma sustentável e a participar da construção de um futuro melhor e mais justo socialmente.

Assim, na interação e integração de saberes, sujeitos e interesses, investe-se no poder transformador do conhecimento e das suas próprias formas de produção, possibilitando a realização de uma "ecologia de saberes". O ecomuseu torna-se campo de pesquisas múltiplo, abrangendo como objeto de estudo e patrimônio o território da Ilha Grande, com sua fauna, flora, rios, mar, os processos antrópicos, histórias e memórias da população local, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O museu não é uma instituição do passado, mas do presente, com um olhar - e uma ação – para o futuro. O museu deve se ocupar da comunicação, da educação e da formação do seu público, da sociedade. Deve estar conectado com o tempo da comunidade, com o tempo presente. Mas não só. Deve saber ouvir e ter o que dizer.

Desta forma, não busca ocupar um "lugar de fala" de autoridade diante da comunidade, ao contrário. O Ecomuseu Ilha Grande busca estar ao lado e junto com a(s) comunidade(s), como parceiro de vida, numa relação de trocas, confiança e integração. O Ecomuseu continua cumprindo sua função sociocomunitária, com a coletividade, com a resiliência e resistência das comunidades na superação dos problemas atuais e perspectivas futuras.

O Ecomuseu Ilha Grande é relação. É ao mesmo tempo um museu universitário e um ecomuseu, que identifica e busca mediar os conflitos e que realiza a interlocução e o encontro institucional, político e organizativo das comunidades locais, da comunidade acadêmica, poderes públicos, unidades de conservação, ONG's. Propomos, como museu, ocuparmos esse lugar de memória de forma libertadora. De construção coletiva, democrática, participativa, conhecendo o passando, vivendo o presente e projetando o futuro.

PALAVRAS-CHAVE

Ecomuseu Ilha Grande, Comunidade, Território, Educação ativa, Ecologia de saberes,

AGRADECIMENTOS

FAPERJ. UERJ e CNPQ

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Climateactions of the Ecomuseu Ilha Grande (Brazil) for the Sustainable Development Goals. In: BORRELI, Nunzia, DAVIS, Peter, DAL SANTO, Raul. Ecomuseums and Climate Change. Milano: Ledizioni, 2022.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Ecomuseu Ilha Grande: entre ações, desafios e conflitos. In: SCHEINER, Teresa C.; GRANATO, Marcus. (Org.). Museus e Museologia na América Latina: compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional e a valorização de estratégias inclusivas [recurso eletrônico]. 1ed.Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-PMUS/MAST, 2020, v. 1, p. 129-150.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; VALENÇA, Vivianne Ribeiro. Ecomuseu Ilha Grande: musealização e construção coletiva. CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA, Lisboa: CEIED/Universidade Lusófona, v. 59, p. 77-102, 2020.

VALENÇA, Vivianne Ribeiro. Ecomuseu Ilha Grande: (re)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado. Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio. Orientação de Teresa Scheiner.Rio de Janeiro: PPG-PMUS/UNIRIO, 2021. Download: http://www.unirio.br/estudante/ppg-pmus/vivianne_ribeiro_valena.pdf

A competência em informação e interlocuções: O Plano estratégico do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais

Cláudia Maria Alves Vilhena (UFMG) – claudia_mavilhena@hotmail.com
Ana Paula Meneses Alves (UFMG) – apmeneses@gmail.com
Beatriz de Godoy Gomes Salgueiro (UFMG) – beatrizdegodoysalgueiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

É importante entender a informação como essencial na consolidação dos trabalhos em qualquer atividade organizacional. Nos estudos de Miranda e Alcará (2024), a competência em informação (CoInfo), sob o ponto de vista da perspectiva social e multidimensional, possui ética e responsabilidade para com o acesso a informação por qualquer pessoa. Em conformidade com a Política Nacional de Museus (PNM), instituída em maio de 2003, os museus não são instituições estáticas: são processos a serviço da sociedade. No que tange aos museus universitários, estes são importantes para a preservação da memória acadêmica (Bruno, 2022). O Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (CEMENF) é um museu universitário que salvaguarda a memória e a história da saúde, da enfermagem e da nutrição em geral, constituindo em um centro dinâmico da reflexão e do fazer histórico. Destaca-se que o CEMENF, de acordo com seu plano estratégico (2025/2029) desenvolve várias atividades, entre elas: Projeto de Extensão Visita Mediada2: o CEMENF de portas abertas, Capacitação em História da Enfermagem, e Internacionalização do CEMENF-UFMG. É de suma importância destacar que todas essas ações empreendidas pelo Centro de Memória só são possíveis por meio critérios primordiais, tais como um plano museológico robusto e uma equipe coesa e capaz de absorver e praticar as atividades museais de acordo com o que consta no plano institucional, uma vez que ele foi pensado e estruturado pela própria equipe do museu. Tais afirmativas levam ao uso da informação com criticidade e responsabilidade. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo refletir e demonstrar a interlocução entre as práticas museais do CEMENF e a competência em informação (CoInfo), na execução do plano estratégico revisto do CEMENF. A justificativa da investigação está no processo de realização do plano estratégico que, para sua revisão, foi elaborado em conformidade com a legislação museológica e com os princípios da competência em informação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os museus universitários estão associados aos princípios das universidades, quais sejam: pesquisa, ensino e extensão. Com características distintas, as instituições museais universitárias possuem uma diversidade de acervos e formas de atuação (Carvalho; Julião; Cunha, 2022). Seguindo essa direção, Silva (2023) explica que de acordo com a significância patrimonial, as centenas de coleções e museus universitários existentes possuem um papel de destaque no campo museal brasileiro e mundial, o que encerra como um campo de análise seminal, com múltiplas possibilidades de conexões e análises. Assim, a metodologia utilizada foi por meio de pesquisas documental e bibliográfica. No que tange a pesquisa documental, esta ocorreu pela leitura dos documentos do CEMENF, tais como: o plano estratégico institucional, bem como o regimento interno. Quanto a pesquisa bibliográfica, as fontes de informação foram artigos científicos, teses acadêmicas e a legislação museológica brasileira. A realização da pesquisa ocorreu entre os meses de fevereiro e abril/2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da investigação demonstraram, de acordo com o que preconiza o Estatuto de Museus (2009), em relação ao plano museológico, para sua realização e execução, este deve ser antecedido de um diagnóstico institucionalizado. Segundo a Lei, tanto o diagnóstico, quanto o plano museal, devem ser confeccionados de forma participativa entre todos os setores e membros da instituição museológica, sendo uma exigência legal desde os anos 2012. Este processo importantíssimo, o levantamento situacional do museu universitário, bem como a realização do planejamento estratégico foram efetivados durante a produção do plano estratégico do CEMENF, que acaba de ser revisto e atualizado para o período de 2025 a 2029. O plano museológico do CEMENF foi elaborado de forma participativa por diretores e profissionais que atuam no CEMENF, o que denota o uso ético e responsável, a busca, avaliação, recuperação e compartilhamento da informação. A competência em informação se insere neste contexto, como a capacidade de identificar, interpretar e comunicar, em um processo contínuo de aprendizagem, capaz de proporcionar às pessoas novos conhecimentos, participação plena em sua comunidade e na sociedade em geral. Portanto, com base nos documentos pesquisados do CEMENF, o plano estratégico e o regimento interno, a pesquisa verificou uma interlocução com a (CoInfo). Contudo, ainda que o Centro de Memória desconheça o processo da CoInfo como um facilitador para minimizar a necessidade de informação, a equipe de trabalhadores do CEMENF desenvolve práticas museológicas e informacionais que vão de encontro com os princípios da competência em informação, quais sejam: pensamento crítico e criativo, aprendizado ao longo da vida, aprendizagem significativa e a autonomia do sujeito.

Não por acaso, o CEMENF é um museu universitário referência no Brasil. Este fato só é possível pela sinergia dos colaboradores da instituição. A partir destas reflexões, fica evidente a importância da criação de um plano estratégico como um instrumento institucionalizado a ser consultado para implementar as diversas ações que estão descritas no documento, fato importante para o cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazo que foram estipulados para serem atingidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu o objetivo ao demonstrar a presença da CoInfo nas práticas museológicas e informacionais executadas durante a realização e revisão do plano estratégico do CEMENF. A revisão do plano estratégico foi elaborada de forma participativa pelos membros da equipe de trabalhadores, demonstrando um repertório compartilhado, atitude crítica e criativa, respeito mútuo e troca de informações técnicas relativas ao fazer museológico. A competência em informação contribui, enquanto um processo para reconhecer a necessidade de informação, na busca, recuperação e seleção da informação, avaliando criticamente a informação recuperada, para produzir, comunicar e usar a informação de maneira ética e responsável. Isto contribui junto ao museu universitário para a aprendizagem coletiva e continuada do corpo de funcionários, e reverbera diretamente na função social do Centro de Memória.

PALAVRAS-CHAVE

Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Competência em informação. Plano estratégico do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Práticas museológicas e informacionais.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis informacionais – NERSI.

REFERÊNCIAS

BRASIL, POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. 2003. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-nacional-de-museus-2013-memoria-e-cidadania. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRUNO, M. C. Museus universitários e a comunicação museológica características e perspectivas futuras. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 505 – 514, jul./dez. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42251/32218. Acesso em: 18 abr. 2025.

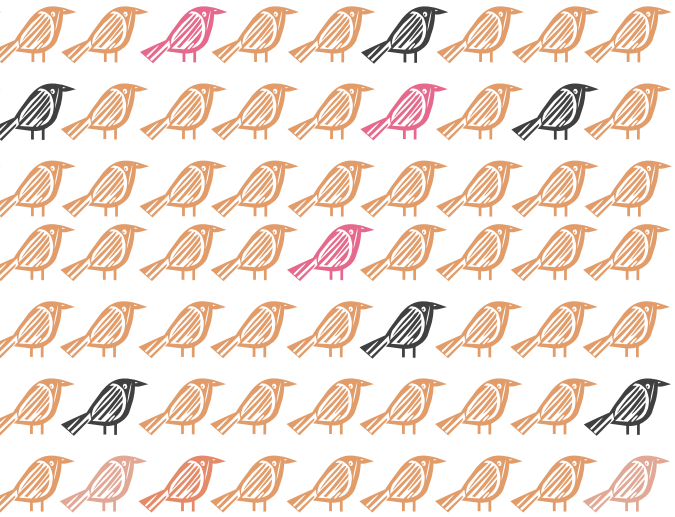
CARVALHO, C. R; JULIÃO, L; CUNHA, M. N. B da. Museus universitários no Brasil: diagnóstico e proposições. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 409 – 431, jul./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42505/32334. Acesso em: 19 abr. 2025.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM. Plano estratégico. 2025/2029.

BRASIL. ESTATUTO DE MUSEUS. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

MIRANDA, A. M. M; ALCARÁ, A. R. Competência em informação, acesso à informação e
desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 20, p. 01-26, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2062/1516. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, M. C. Universidades, coleções, museus universitários e sociomuseologia: rede híbrida de diálogos. Cadernos de Sociomuseologia, v. 66, n. 22. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/851. Acesso em: 19 abr. 2025.



SALA 6
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MUSEUS

Mediador
Maurício Candido da Silva (USP/RBCMU)

Bolsista
Iury Nobre de Sousa

Avaliador dos trabalhos indicados à premiação
Maurício Candido da Silva (USP/RBCMU

Apresentação 1
Autora presente: Maíra de Oliveira Dias
Título:Modelo didático para planos museológicos: Gestão museal e participação social na UFPB.

A autora apresentou o contexto de 12 museus e 25 espaços museais da UFPB. O projeto trabalha ao entorno da extensão ProMus, iniciativa que se fundamenta na necessidade de estruturação museológica, através da capacitação da equipe a partir de leituras e pesquisa ativa de planos museológicos. O projeto desenvolve modelos didáticos, oficinas de capacitações de planejamento museológico, dialogando com estratégias pedagógicas. Plano arquitetado por meio de uma minuta disponibilizada via Google docs, seguindo uma ordem de preenchimento em uma sequência didática. O projeto tem caráter experimental, com a proposta de ser disseminado por diferentes museus universitários em território nacional.

Apresentação 2
Autora presente: Celina Rosa Santana
Título: A gestão do patrimônio cultural universo: um estudo a partir da UFBA.

O projeto apresentado parte da busca da definição de cultura na universidade. Ele visa contribuir para uma política de patrimônio cultural institucional na UFBA. Metodologias com abordagens quantitativas, bibliográficas documental e instrumentos de coletas buscaram uma base de dados comum. O projeto analisou a partir de fontes documentais a invisibilidade da temática, pensar as dimensões além dos muros da UFBA. Atividades anteriores buscaram ativamente a proposição de políticas de patrimônio além dos espaços museais. A pesquisa revela um cruzamento de fontes da presença da UFBA em diferentes plataformas de museus universitários, além de um levantamento de palavras-chave nas atas do Consuni (910 atas) que se relacionam com a temática de patrimônio cultural. Conclui-se uma inadequação dos espaços e estruturas físicas e desconexão entre as nomenclaturas utilizadas e a terminologia do campo.

Apresentação 3
Autora presente: Yasmin Corrêa, Wanessa Lott
Título: Políticas institucionais e patrimônio universitário: reflexões a partir da rede de coleções e museus da UFPA.

A apresentação abordou o levantamento e diagnóstico das coleções da UFPA e da viabilização da democratização do seu acesso. A rede surge como uma alternativa, unindo, organizando e dando visibilidade a esses espaços com potencial museológico, a partir do mapeamento das coleções universitárias, diagnóstico das mesmas, gestão colaborativa entre cursos, pesquisadores e curadores, formando

estudantes e curadores para a experiência prática. A rede auxilia na difusão do patrimônio universitário dentro e fora dos muros da universidade, através do ensino, pesquisa e extensão. São objetivos futuros o reconhecimento institucional das coleções e da rede da UFPA, exaltando a importância de preservar a memória e identidade local, convidando a comunidade interna e externa no debate da preservação do patrimônio universitário.

Apresentação 4
Autor presente: Raniel da Conceição Fernandes
Título: Rede de museus e acervos da UnB: Experiências iniciais.

O projeto é um relato da constituição da rede de museus e acervos da UnB (rede musa), a partir do cenário museal na UnB, suas iniciativas e primeiros passos. O cenário da UnB sempre teve museus no planejamento inicial da UnB, contando com 40 núcleos museológicos universitários, com 25 atuais em funcionamento. A rede Musa surge como um projeto revitalizador de iniciativas anteriores, fomentada inicialmente por uma comissão de revisão e atuações extensionistas, articulando institucionalmente os espaços museais da UnB. Possui como objetivos futuros a gestão compartilhada e participativa, financiamento e fomento, mapeamento e sistema de integração de documentação e elaboração do plano museológico e gerenciamento de risco

Apresentação 5
Autor presente: José Machado Netto
Título: A eficácia das políticas de financiamento nos museus universitários: Um estudo a partir dos museus da USP

A pesquisa se inicia com referenciais teóricos para pensar e debater as instituições museais e suas eficácias de financiamento em diferentes dos pontos de vistas tradicionais no gerenciamento e distribuição de recursos públicos. A pesquisa apresenta dois modelos de pensamento de eficácia (DEA e BSC) para indagar a utilização desses modelos, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também do bem-estar do cidadão. Propõe pensar esse bem-estar unindo aos demais fatores de eficácia. O projeto busca estabelecer uma ferramenta que une esses dois modelos nos museus universitários de São Paulo.

Apresentação 6
Autor presente: Gabriela Lima Gomes
Título: Rede mineira de conservação: diagnóstico de risco e protocolos de gestão.

A pesquisadora relatou as vivências das experiências museais no Estado de Minas Gerais, com estruturas que remontam desde o Século XIX. Atualmente alguns desses espaços são pensados como lugares de memória. A rede articula-se em ações

conjuntas entre museus, centros de memória e coleções museais. Metodologias de diagnóstico aprofundado são utilizadas nas coleções. Diversas produções são realizadas como cursos para o público universitário, processos de acondicionamento, remanejamento, monitoramento ambiental, articulação entre diagnóstico técnico, infraestrutura e produção de protocolos específicos fortalecem a preservação e o acesso em diversas expertises. Foram apresentadas diversas melhorias nas instalações das reservas técnicas dos Museus da UFMG como resultados positivos da Rede.



Apresentações de comunicação oral, na sala 6 pela tarde, sobre Gestão e Administração de Museus - Fotógrafo: Flávio Almeida



Apresentações de comunicação oral, na sala 6 pela tarde, sobre Gestão e Administração de Museus - Fotógrafo: Flávio Almeida

Um modelo didático para Planos museológicos: gestão museal e participação social na UFPB

Maíra de Oliveira Dias (UFPB) - maira.dias@proex.ufpb.br

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência aborda as ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Ações para o Desenvolvimento do Campo Museal da UFPB”, vinculado ao ProMus – Programa de Desenvolvimento do Campo Museal da UFPB, executado pela Coordenação de Extensão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba. O projeto tem por principal objetivo a construção e implementação de Planos Museológicos para os museus da UFPB. A iniciativa fundamenta-se na necessidade de estruturação e fortalecimento da política museológica institucional, bem como na promoção da participação social nos processos de gestão dos museus universitários. O projeto alinha-se aos dispositivos legais e normativos que orientam a atuação museológica no Brasil, como o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009) e o Plano Nacional Setorial de Museus, destacando a importância do planejamento museológico participativo como instrumento estratégico e educativo para a gestão qualificada dos museus universitários.

MATERIAIS E MÉTODOS

As ações do projeto são conduzidas pela equipe composta por uma servidora técnica museóloga, também pedagoga, lotada na Coordenação de Extensão Cultural, duas bolsistas de extensão dos cursos de Artes Visuais e de Gestão Pública, selecionadas pelo Edital de Ações Estratégicas da Pró-Reitoria de Extensão, e um discente voluntário do curso de Biblioteconomia. A primeira etapa do projeto foi dedicada à capacitação da equipe através de leituras, do curso “Plano Museológico: Planejamento estratégico para museus” disponível na ENAP, e a pesquisa ativa de planos museológicos de museus de diversas tipologias, principalmente universitários. Frente à grande demanda de planos museológicos para cumprimento do Estatuto de Museus e adequação ao Acórdão do Tribunal de Contas da União 1243/2009, foi desenvolvido pela coordenadora do projeto de um modelo didático de preenchimento do plano museológico para facilitar a construção coletiva de um texto base para fundamentação do plano. Para executar a colaboratividade da equipe envolvida este documento está sendo disponibilizado através do GoogleDocs.

Cada item do sumário compôs uma guia dentro do documento, e cada guia é iniciada com um texto explicativo sobre o que deve ser preenchido naquele item. Assim, seguindo a ordem de preenchimento guia a guia é desenvolvida uma sequência didática que inicia com um texto introdutório e a listagem da equipe envolvida, caracterização, planejamento conceitual e estratégico, passa por 12 programas e finaliza nos anexos – a estrutura básica de um Plano Museológico segundo a publicação "Subsídios para criação de Planos Museológicos", entre outras. Com o preenchimento gradual conjunto, observam-se as dúvidas e decide-se as instâncias externas de consulta e validação – ratificando que o plano museológico é um planejamento participativo. Destaca-se que o preenchimento é feito através da constituição de um Grupo de Trabalho que inclui a equipe de cada museu e pela a equipe do projeto. Já os processos de consulta podem incluir dinâmicas virtuais e presenciais, coletivas e individualizadas, a depender do decidido pelo GT. Para que haja uma padronização entre os planos desenvolvidos, estamos construindo uma minuta de preenchimento institucionalizada a partir da história e da caracterização da UFPB e de seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI vigente. A aplicação desta ferramenta encontra-se na fase piloto a partir da construção do Plano Museológico do Museu de Paleontologia da UFPB, criado na década de 1990 e reaberto em 2023 sob coordenação da Professora Doutora Christianne Moura, do Departamento de Geociências no Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Além dessa ação, o projeto inclui em sua programação a realização encontros presenciais e virtuais com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes vinculados aos museus da UFPB, promovendo o diálogo intersetorial e interdisciplinar. Serão realizadas oficinas de capacitação sobre planejamento museológico, com ênfase na elaboração do plano museológico conforme as diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Neste âmbito também ocorrem reuniões sistemáticas com os representantes institucionais para levantamento de demandas, diagnóstico situacional e definição de estratégias de ação. O processo metodológico adota a abordagem participativa, visando integrar os diversos sujeitos envolvidos na gestão museal, valorizando seus saberes e experiências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto até o momento oportunizou o desenvolvimento deste modelo didático de preenchimento do plano museológico, o que explicitou como são necessárias ações formativas, no âmbito da educação museal, para ensinar às equipes o planejamento museal participativo, bem como capacitar a comunidade para exercer a participação social. Observou-se que a adoção de uma metodologia participativa contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a qualificação do processo decisório, ampliando as possibilidades de sustentabilidade das ações museológicas. Até o momento nosso projeto elaborou de um diagnóstico preliminar sobre o estado da gestão museal na UFPB, identificando potencialidades e fragilidades relacionadas à institucionalização, infraestrutura, acervo, pessoal e políticas de comunicação e

educação museal. A partir desse diagnóstico delinearam-se as bases para a construção de um modelo de plano museológico institucionalizado, que contempla a missão, a visão e os objetivos estratégicos dos museus da UFPB, alinhados à política institucional de extensão universitária e de preservação do patrimônio cultural. Espera-se que o envolvimento da comunidade acadêmica e dos setores administrativos reforce a importância da gestão compartilhada e colaborativa, em consonância com os princípios da nova museologia e da educação popular, aprofundando as funções sociais dos museus universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do ProMus – Programa de Desenvolvimento do Campo Museal da UFPB abarcou a realização do inventário geral dos acervos da UFPB e a construção do que será o Sistema de Museus e Coleções da instituição, com o objetivo de promover a gestão integrada e qualificada dos museus universitários. O projeto aqui relatado é uma destas frentes com o objetivo de construir os planos museológicos exigidos, prezando por sua qualidade, exequibilidade e pela participação social em seu desenvolvimento – explicitando a relevância do planejamento museológico participativo como ferramenta de gestão democrática e eficiente. Demonstra-se que a articulação entre extensão universitária, gestão museal e participação social é fundamental para o fortalecimento dos museus universitários como espaços de produção e difusão do conhecimento, preservação do patrimônio e promoção da cidadania. A continuidade do processo, com a implementação efetiva dos planos museológicos, representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para consolidar práticas de gestão museal comprometidas com a participação social e com a missão institucional da UFPB.

PALAVRAS-CHAVE

museu universitário. gestão museal. participação social. planejamento participativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jan. 2009.
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Guia de elaboração de plano museológico. Brasília: IBRAM, 2011.
BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 1.243/2019 - Plenário. Relator: Ministro André Luís de Carvalho. Processo: TC 041.083/2018-0.
BRASIL. Subsídios para criação de Planos Museológicos. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

Políticas Institucionais e Patrimônio Universitário: Reflexões a partir da Rede de Coleções e Museus da UFPA

Yasmin Corrêa Coelho (UFPA) - yasmuseo7@gmail.com
Wanessa Pires Lott (UFPA) - wanessalott@ufpa.br
Jéssica Tarine Moitinho de Lima (UFPA) - jessicatarine@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O patrimônio universitário reúne acervos científicos, artísticos e culturais mantidos pelas universidades, sendo elemento fundamental para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de representar a memória e identidade institucional (Lima, 2023). Museus universitários têm papel estratégico nesse contexto, articulando saberes e preservando a produção acadêmica. Tais acervos, com relevante potencial educativo e social, devem ser valorizados e acessíveis à comunidade (RBCMU, 2023). No Brasil, redes de cooperação entre museus e coleções têm se firmado como importantes ferramentas para fortalecer a gestão e a visibilidade do patrimônio acadêmico, ao promoverem o intercâmbio de experiências e recursos (Lima et al., 2023; Lott et al., 2020; Silva, 2019). Nesse cenário, destaca-se a Rede de Coleções e Museus da UFPA, que propõe uma gestão colaborativa voltada à curadoria, conservação e comunicação, além de contribuir significativamente para a formação de estudantes em Museologia (Lima e Coelho, 2024). No entanto, a ausência de políticas institucionais específicas, infraestrutura adequada e integração com a universidade ainda limita o pleno desenvolvimento desses espaços (Carvalho, Julião e Cunha, 2022; Lima, 2023; Santos, Benchimol e Rocha, 2022). As políticas institucionais, compreendidas como diretrizes formais voltadas à valorização e preservação do patrimônio universitário, são essenciais para garantir sustentabilidade, reconhecimento e integração às estruturas acadêmicas (Carvalho, Julião e Cunha, 2022; Lima e Coelho, 2024). A formalização da Rede por meio de portaria interna da UFPA seria um passo decisivo para ampliar sua atuação e consolidar políticas permanentes. Assim, este estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri), evidencia a necessidade de compromisso institucional contínuo para que o patrimônio universitário cumpra plenamente sua função acadêmica, científica e social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo fundamenta-se a partir de uma pesquisa qualitativa, adotando a revisão teórica como abordagem metodológica. Tal escolha está alinhada à compreensão de que estudos teóricos têm como foco a explicação conceitual dos fenômenos, sem a obrigatoriedade de seguir protocolos rígidos como ocorre nas revisões sistemáticas

ou empíricas (Galvão e Ricarte, 2020). A revisão bibliográfica contempla estudos que abordam a temática dos museus universitários, suas funções, desafios de gestão e a importância das políticas institucionais para o fortalecimento dessas estruturas. Em um segundo momento, a análise documental será conduzida a partir de documentos do programa Rede de Coleções e Museus da UFPA, especialmente os registros produzidos durante o mapeamento das coleções universitárias e no diagnóstico museológico (2022-2024) elaborado ao longo do processo. A partir desses dados, é possível entender como as práticas institucionais impactam diretamente no desenvolvimento e na consolidação dos museus e coleções universitárias na UFPA, apresentando os avanços, lacunas e potencialidades identificadas no contexto da Rede.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas institucionais consistem em diretrizes e instrumentos formais que orientam a gestão, valorização e preservação do patrimônio universitário, assegurando sua integração à estrutura acadêmica e administrativa. Envolvem reconhecimento oficial de museus e coleções, alocação adequada de recursos e criação de normativas específicas para curadoria, conservação e comunicação. A ausência dessas políticas compromete o funcionamento e a sustentabilidade desses espaços, como evidenciado no caso da UFPA, onde muitos acervos ainda carecem de respaldo institucional (Carvalho, Julião e Cunha, 2022; Santos, Benchimol e Rocha, 2022). A atuação da Rede de Coleções e Museus da UFPA mostra que ações coordenadas e políticas estruturadas fortalecem a gestão e ampliam o impacto acadêmico e social das coleções (Lima e Coelho, 2024).

A Rede de Coleções e Museus da UFPA tem desempenhado papel estratégico na valorização do patrimônio universitário, ao propor uma gestão colaborativa que integra ensino, pesquisa, extensão e preservação. O mapeamento das coleções revelou não apenas a diversidade dos acervos, mas também desafios estruturais persistentes, como a falta de recursos, de políticas consolidadas e de reconhecimento institucional (Lima e Coelho, 2024). Apesar dos avanços, sua atuação como programa de extensão limita seu impacto institucional e sua influência na formulação de políticas. A formalização da Rede por meio de portaria interna é vista como medida essencial para garantir sua continuidade, ampliar sua atuação e consolidar sua importância na gestão dos acervos universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reforça a necessidade de reconhecer o patrimônio universitário como parte da missão acadêmica das instituições de ensino superior. Apesar de seu valor histórico, científico e cultural, museus e coleções universitárias ainda enfrentam obstáculos como a falta de políticas institucionais, infraestrutura adequada e integração às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A experiência da Rede de

Coleções e Museus da UFPA demonstra um caminho viável ao adotar uma gestão colaborativa voltada ao mapeamento, conservação e comunicação dos acervos. No entanto, sua consolidação exige reconhecimento formal pela UFPA, por meio de portaria interna, o que permitiria ampliar sua atuação e influenciar a formulação de políticas permanentes. Dessa forma, defende-se um compromisso institucional contínuo para garantir os meios e o reconhecimento necessários ao pleno desenvolvimento do patrimônio universitário.

PALAVRAS-CHAVE

Museus Universitários. Políticas Institucionais. Patrimônio Universitário. Gestão Museológica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Pará (UFPA), ao Programa de Pós-Graduação em Ciência do Patrimônio Cultural (PPGPATRI) e ao Programa Rede de Coleções e Museus da UFPA pelo apoio institucional indispensável à realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cláudia Rodrigues; JULIÃO, Letícia; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus universitários no Brasil: diagnóstico e proposições. Revista Interfaces, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 14–34, 2022.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa e RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da Informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019Tradução.

LIMA, Jéssica Tarine Moitinho de. Uma abordagem quantitativa e qualitativa: estratégias integradas de priorização para fortalecimentos de redes de coleções. Projeto de pesquisa. Curso de Museologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

LIMA, Jéssica Tarine Moitinho de; PAULA, Carolina Barros de; NASCIMENTO, Thais Nunes; MIRANDA, Roberta Santos. Conhecer para museologar: uma metodologia para levantamento de coleções universitárias na Universidade Federal do Pará. Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 11, ed. 2, p. 70-96, 2023.

LIMA, Jéssica Tarine Moitinho de; COELHO, Yasmin Corrêa. Rede de Coleções e Museus Universitários: uma experiência na Amazônia Paraense. Arteriais, revista do PPGARTES. ICA. UFPA, v. 10, n. 18, Out./Dez. 2024, p.21-36.

LOTT, Wanessa Pires; AIROZA, Maíra Santana; PAULA, Carolina Barros de; CARDOSO, Ruth Macedo. Uma possibilidade de museus em rede na Amazônia: os espaços de preservação de acervos da universidade federal do Pará. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 8, p. 136-151, 2020.

RBCMU - Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários. Documento Unificado. Apresentado no VII Fórum Permanente de Museus Universitários, Rio de Janeiro. 2023.
SANTOS, Manuela Soutello Mendes da Fonseca; BENCHIMOL, Alegria Celia; ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. Museus da Universidade Federal do Pará: ensino, pesquisa e extensão. Revista CPC, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 95–121, 2022.
SILVA, Maurício Candido da. A Rede brasileira de coleções e museus universitários: Proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. Revista CPC, São Paulo, n.27, p.297-309, jan./jul. 2019. Semestral.

A gestão do patrimônio cultural universitário: um estudo a partir da Universidade Federal da Bahia

Celina Rosa Santana (UFBA) celina.rosa@ufba.br

Este trabalho tem por objetivo apresentar parte das reflexões presentes na pesquisa intitulada “Patrimônio cultural universitário na UFBA: Desafios e perspectivas para a gestão” desenvolvida para a obtenção do título de Mestra em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (PPGMUSEU/UFBA), vinculada à linha 1 de pesquisa “Museologia e Desenvolvimento Social” e defendida em março de 2025.

A investigação teve origem na problematização sobre qual lugar o patrimônio cultural universitário ocupa nas políticas institucionais da UFBA, com especial atenção às existências (ou ausências) de diretrizes e de instrumentos de gestão que a Universidade dedica a esse tipo de patrimônio. Entende-se, para isso, que ao longo de quase oito décadas de história, a UFBA tenha reunido um extenso patrimônio cultural, em sua maioria de caráter científico, bastante diversificado, que ultrapassa os limites dos museus e memoriais institucionais, mas estendendo-se também a outros espaços acadêmicos e administrativos como: arquivos, bibliotecas, salas de aula, corredores e jardins.

Parte-se do princípio de que esse conjunto pode abranger uma variedade de bens materiais, como instrumentos científicos, documentos históricos, obras de arte e bens imateriais, como práticas de ensino, celebrações e ritos acadêmicos, que, juntos, podem compor a memória e a identidade institucional da UFBA. Contudo, esse patrimônio encontra-se, em grande parte, disperso e, frequentemente, desconhecido por sua própria comunidade acadêmica, indicando as fragilidades na formulação e implementação de políticas institucionais voltadas à sua gestão.

Segundo Lira (2012), o patrimônio constituído pelas universidades ainda é uma tipologia que carece de maior aprofundamento teórico e prático, estando frequentemente ausente nas políticas públicas de preservação do patrimônio de forma geral e nas próprias instituições universitárias. Por sua vez, Lourenço (2005) observa que, embora seja comum a utilização de termos como academic heritage ou university heritage, são necessárias mais investigações sobre a temática, de modo a consolidar estratégias de gestão compatíveis com a diversidade e complexidade do patrimônio que integram as instituições universitárias.

Diante da realidade observada que reflete inúmeras ausências, incluindo a falta de delimitações conceituais, o estudo adotou como referência a definição de patrimônio universitário (university heritage) proposta na Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to Member States on the Governance and Management of University Heritage, documento elaborado pelo Council of Europe[1] em 2005. Nessa recomendação, o patrimônio constituído pelas universidades é definido como todos os vestígios, tangíveis e intangíveis, da atividade humana relacionada aos sistemas, órgãos e instituições de ensino superior (bens produzidos, acumulados, utilizados ou preservados nesse contexto), que constituem testemunhos das práticas acadêmicas e do ambiente cultural e social ao qual pertencem (Council of Europe, 2005). Entretanto, no contexto da pesquisa realizada, acreditou-se ser pertinente a adoção da terminologia "patrimônio cultural universitário" ao invés de "patrimônio universitário", pois, compreendemos que essa nomenclatura permite evidenciar, entre o patrimônio geral das universidades, aqueles bens que, por seu valor científico, histórico, artístico ou simbólico, requerem cuidados específicos no campo da preservação.

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida combinando levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de formulários estruturados em unidades específicas da UFBA que possivelmente abrigam essa tipologia de patrimônio. A análise documental concentrou-se especialmente em documentos institucionais, como as atas do Conselho Universitário[2] (CONSUNI), analisando as ocorrências dos termos "museu", "memorial", "patrimônio", "acervo" e "coleção" no intervalo de tempo entre os anos de 1946 a 2023, e buscando identificar de que forma a temática do patrimônio cultural universitário foi abordada nas deliberações institucionais ao longo do tempo. Verificou-se que, quando presentes nas assembleias, os temas não se relacionavam com a problemática da gestão desse tipo de patrimônio ou mesmo para a criação de diretrizes específicas.

Além da análise documental, foi realizado um diagnóstico com base nos espaços identificados pela pesquisa denominada "Mapeamento Cultural da UFBA – Mapcult", desenvolvida em 2019. Nesse levantamento, foram registrados, ao menos, 14 propostas diretamente relacionadas à guarda do patrimônio cultural universitário, entre museus, memoriais e núcleos de memória. Para coleta de dados foram elaborados formulários que permitiram levantar informações sobre os acervos, os prováveis recursos disponíveis e as estruturas de gestão que a Universidade dispõe atualmente para o seu patrimônio.

[1] O Council of Europe (Conselho Europeu) é uma organização internacional composto por 46 Estados membros com a missão de promover a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito em toda a Europa e além-fronteiras. Disponível em: https://www.coe.int/en/web/portal. Acesso em: 01 mai. 2025.
[2] Principal instância deliberativa da UFBA.

Ao evidenciar uma realidade institucional específica, observamos, por meio da pesquisa, que o cenário apresentado na UFBA reflete um panorama mais amplo, compartilhado por outras universidades brasileiras, e, em certa medida, presente no contexto de instituições de ensino superior em nível internacional no que se refere à gestão do patrimônio cultural universitário. Entre os diversos desafios relacionados à temática, alguns autores destacam questões como dificuldades financeiras, falta de espaço físico e disputa quanto ao uso dos espaços existentes, inexistência de técnicos especializados, acúmulo de função e falta de qualificação por parte dos dirigentes, falta de autonomia, tensões entre unidades e órgãos acadêmicos (Almeida, 2001; Lourenço, 2005; Kozak, 2016).

Na UFBA, além das questões anteriormente mencionadas, verificamos que a inexistência de uma política ou de instrumentos institucionais de gestão resulta em uma série de fragilidades apontando outros desafios a serem enfrentados pela instituição, a exemplo de: ausência de instrumentos normativos específicos, infraestruturas inadequadas para a salvaguarda dos acervos, carência de diversos recursos, principalmente os recursos financeiros e humanos, além da baixa visibilidade desse patrimônio junto à comunidade universitária. Apesar disso, foram identificadas iniciativas relevantes, que podem contribuir para a formulação de diretrizes na instituição. São inúmeros projetos que geraram bases de dados e diagnósticos dedicados aos bens culturais da Universidade, e, ainda que essas ações não tenham se consolidado como políticas permanentes, são documentos importantes para a construção dessas diretrizes.

Diante desse panorama, o trabalho expõe a necessidade de mais reflexões para a construção de uma política institucional para o patrimônio cultural da UFBA integrada aos instrumentos normativos já existentes na instituição. Ao colocar em evidência um estudo de caso específico sobre a Universidade Federal da Bahia, a pesquisa contribui também para ampliar o debate sobre a importância do patrimônio cultural universitário no contexto de outras instituições públicas de ensino superior, propondo reflexões que podem ser apropriadas por essas outras universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural Universitário; Universidade Federal da Bahia; Gestão de Acervos; Coleções e Acervos Universitários; Museus Universitários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. Museus e Coleções universitários: Por Que Museus de Arte na Universidade de São Paulo? 2001. 311 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação e Documentação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/publico/TDE.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2025.

COUNCIL OF EUROPE. Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to member states on the governance and management of university heritage. 2005. Disponível em: <https://www.universeum-network.eu/council-of-europe-recommendation/>. Acesso em: 03 mai. 2025.
LIRA, José Tavares Correia de. O patrimônio universitário e os estudantes. In: LIRA, José Tavares Correia de. (Org.). História e cultura estudantil: revistas na USP. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da USP (CPC/USP), 2012.
LOURENÇO, Marta C. Between two worlds: the distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe. 2005. 406 f. Tese (Doutorado) - Conservatoire National des Arts et Métiers, Paris, 2005. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~mclourenco/>. Acesso em: 03 mai. 2025.
KOZAK, Zenobia R. The Role of University Museums and Heritage in the 21st Century. The Museum Review, v 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://themuseumreviewjournal.wordpress.com/2016/12/12/vol1no1kozak/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

Rede de Museus e Acervos da UnB: experiências iniciais

Raniel da Conceição Fernandes (UnB) - ranielfernandes@unb.br

INTRODUÇÃO

No decorrer da trajetória institucional da Universidade de Brasília (UnB), foram formuladas e implantadas diversas propostas de museus, coleções e espaços de preservação e de divulgação do patrimônio artístico, científico e histórico da universidade. Conforme levantamento, desde a origem da UnB em 1962, foram identificadas 36 iniciativas museais, coleções ou espaços de divulgação da memória e do patrimônio cultural gestadas no interior da UnB (FERNANDES, 2024, p. 416-17).

Contudo, tais espaços apresentam inúmeras dificuldades de consolidação e continuidade das suas ações. Por conseguinte, há carências nas áreas de infraestrutura, gestão institucional, recursos humanos, segurança, conservação e acessibilidade. Conforme defende Isabel Ribeiro, a "ausência de políticas públicas de gestão dos museus universitários pode ser compreendida como um indício mesmo da ausência dos valores próprios das instituições de ensino superior e da sua identidade" (RIBEIRO, 2023, p.124).

Marta Lourenço (2010, p.53), ao tratar da realidade portuguesa, mas também aplicada à brasileira, pontua que "as universidades não sabem como financiar os seus museus", diante dos desafios e da incapacidade de gerir e compartilhar seus recursos frente às inúmeras outras atividades associadas ao ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito da UnB, desde o ano de 2020, discussões e ações têm sido promovidas com o objetivo de criar uma rede museus e coleções de modo a proporcionar articulações e práticas colaborativas entre suas unidades museológicas. No ano de 2024, via Decanato de Extensão (DEX), a criação da Rede de Museus e Acervos da UnB (Rede MUSA) foi fomentada por meio de algumas ações institucionais.

Tais processos institucionais de promoção de instrumentos de gestão e fomento aos museus universitários são práticas a serem compartilhadas, inclusive para registro histórico dessas ações e de seus atores. Diante disso, a apresentação tem o objetivo de relatar o processo inicial de discussão e criação da Rede MUSA.

MATERIAIS E MÉTODOS

Será realizado, por meio desta apresentação, o compartilhamento da experiência de criação da Rede MUSA, a qual se deu por meio de levantamentos bibliográficos e de iniciativas de redes universitárias de museus, da elaboração de documentos institucionais relacionados à criação da Rede, como resoluções, editais e participação em comissões, além de debates e relatos dos participantes que atuaram nos processos e ações realizadas desde o ano de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2020, contabilizavam-se cerca de 15 experiências museais/coleções existentes ou em processo de implementação e notou-se a necessidade de serem criadas instâncias deliberativas e de fomento para tais espaços. Diante disso, o Decanato de Extensão da UnB em parceria com o curso de Museologia, promoveu desde 2020 discussões com o objetivo de se criar uma rede de museus. As discussões ocorram no âmbito da Diretoria de Difusão Cultural, instância do DEX responsável por promover ações culturais e a gestão das Casas Universitárias de Cultura (Casa Niemeyer, Casa da Cultura da América Latina e Memorial Darcy Ribeiro).

Assim, por meio da Resolução da Câmara de Extensão nº 02/2020, foi constituída, no âmbito do Decanato de Extensão, a "Rede de Instituições Museais, Acervos Museológicos e de Interesse Público". Conforme o documento, o objetivo da Rede era promover a articulação entre as instituições museais, com ações de assessoria técnica na área de Museologia e valorização dos bens culturais, definição de políticas e estratégias de preservação, divulgação e produção cultural, além de desenvolver inventários, estudos, preservação e comunicação dos acervos.

Para tanto, foi estabelecido um Grupo de Trabalho responsável pela proposição da estrutura e das normas de funcionamento da Rede. O trabalho seria desenvolvido a partir de três etapas: a primeira, constituída pelo mapeamento dos museus e coleções, definição da estrutura da estrutura administrativa, recursos humanos e formas de ingresso; a segunda etapa teria como objetivos a elaboração do regimento, o cadastramento das instituições museais e a criação de uma plataforma digital para a rede; e a terceira, seria referente a elaboração de editais de assessoria técnica, ações educativas e culturais e exposições. Contudo, diante demandas extras e a confluência de fatores externos relacionados à pandemia, não foi possível a realização de tais etapas.

Em 2024, a partir de uma nova comissão[1], a estrutura da Rede foi alterada, passando a denominar-se Rede de Museus e Acervos da UnB - Rede Musa. Criada pela Resolução da Câmara de Extensão nº 001/2024, como um Programa Estratégico do DEX, a Rede Musa passou a ser gerida pela Diretoria de Difusão Cultural.

[1] ATO DO DECANATO DE EXTENSÃO Nº 0017/2024.

No mesmo ano, foi então lançado o primeiro edital[2] de fomento a projetos de extensão nos museus e espaços de pesquisa e guarda de coleções e adesão à rede, no qual houve apoio a 10 projetos. Já em 2025, foi realizado o 1º Seminário da Rede de Museus e Acervos da UnB: Diálogos e Conexões. O evento teve a participação de palestrantes com experiência em redes e museus universitários, bem como a apresentação de relatos de experiências dos museus com projetos aprovados no referido edital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Rede Museus e Acervos da UnB tem contribuído para a articulação de diversos museus e coleções universitárias. Ainda há alguns passos para a sua efetiva constituição, como o estabelecimento do regimento interno, recursos humanos, orçamentários e infraestrutura.

Contudo, ações de preservação, pesquisa, comunicação de acervos, bem como de acessibilidade aos espaços expositivos têm sido fomentadas no âmbito dos espaços participantes da Rede. Assim, tais instituições podem contribuir com a divulgação da ciência, da cultura e do patrimônio museológico universitário não só para a comunidade universitária, mas para a sociedade em geral.

PALAVRAS-CHAVE

Rede de museus. Museus universitários. Universidade de Brasília.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, R. C. As iniciativas museais na trajetória da Universidade de Brasília. In: NASCIMENTO, Flávia Brito do et. all (Org.) Anais do III Seminário patrimônio cultural universitário. 1. ed. — São Paulo : CPC-USP, 2024.

LOURENÇO, Marta Catarino. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas Universidades Portuguesas: Breve panorama no contexto europeu. In: Coleções científicas lusobrasileiras: patrimônio a ser descoberto. GRANATO, Marcos; LOURENÇO, Marta Catarino. (Orgs). Rio de Janeiro: MAST, 2010.

RIBEIRO, I.C.F. . Um olhar contemporâneo sobre a importância da gestão como elemento de preservação do patrimônio museológico universitário. Cadernos do Proarq (UFRJ) , v. 40, p. 119-136, 2023.

[2] EDITAL DEX Nº 11/2024.

A eficácia das políticas de financiamento nos museus universitários: um estudo a partir dos museus da USP

José Machado Netto (USP) – josenetto.machado@usp.br

INTRODUÇÃO

Os museus universitários desempenham papel estratégico no ecossistema museológico brasileiro, articulando ensino, pesquisa, extensão e preservação patrimonial. Apesar de sua relevância, enfrentam desafios crônicos de financiamento, agravados pela instabilidade das políticas públicas culturais e educacionais. Diversos estudos apontam a ausência de uma política nacional específica para esses museus, o que compromete sua sustentabilidade a médio e longo prazo. A presente pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento no âmbito do mestrado, tem como objetivo analisar a eficácia das políticas públicas de financiamento aplicadas aos museus universitários, tomando como campo empírico os museus da Universidade de São Paulo (USP). Parte-se da hipótese de que, mesmo inseridos em uma mesma universidade, esses museus enfrentam desafios diversos e limitações estruturais, institucionais e orçamentárias em diferentes graus, sendo assim, um campo frutífero para a investigação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com base em estudo de caso múltiplo. O recorte empírico abrange os três museus estatutários da USP, e outros museus de departamentos, selecionados por critérios de diversidade institucional (área de atuação, porte e perfil orçamentário). A metodologia inclui análise documental (relatórios institucionais, prestação de contas, editais, marcos legais) e entrevistas com gestores e profissionais dos museus. Neste resumo, são apresentados dados preliminares provenientes do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do autor (Machado Netto, 2023), que mapeou as principais fontes de financiamento de museus brasileiros e seus atuais entraves.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento inicial revelou um panorama fragmentado e desigual do financiamento museal no Brasil. Foram identificadas seis gerais grandes fontes de financiamento: 1) recursos públicos diretos (Verbas do IBRAM; Fundo Nacional de Cultura; Política Nacional de Cultura Viva; Emenda Parlamentar; Lei Aldir Blanc; Lei Paulo Gustavo); 2) recursos públicos indiretos (lei de incentivo fiscal); 3) recursos privados não incentivados (Financiamento coletivo; Programa de patronos ou amigos); 4) atividades comerciais; 5) fundos patrimoniais; 6) ativos digitais. Entre os principais desafios observados, destacam-se a irregularidade de repasses públicos (IBRAM, 2023), a dependência excessiva de leis de incentivo com baixa capilaridade regional (Almeida, 2021), a baixa autonomia financeira dos museus (Leite, 2023) e a escassez de políticas estruturantes (Machado Netto, 2023). Esses dados reforçam a necessidade de se investigar como os museus universitários — que acumulam funções acadêmicas e culturais — enfrentam tais questões. A pesquisa de mestrado em andamento busca aprofundar esse quadro a partir de dados primários nos museus da USP, ampliando a análise para as especificidades institucionais do ambiente universitário e suas articulações com as políticas culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirma a pertinência do problema proposto e aponta para a relevância de se compreender os museus universitários não apenas como espaços de ciência e cultura, mas também como unidades administrativas atravessadas por políticas públicas que demandam análise crítica. Os dados preliminares do TCC fornecem uma base sólida para a etapa atual da pesquisa, que avança no mapeamento das práticas de financiamento em museus da USP e na construção de um modelo analítico que possa subsidiar políticas mais eficazes e contextualizadas para o setor.

PALAVRAS-CHAVE

Financiamento. Museus universitários. Políticas públicas. USP. Sustentabilidade econômica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de São Paulo pelo apoio institucional à pesquisa de mestrado em andamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca. Museus e mecenato de alianças: A Lei Rouanet e as conexões entre o campo museal brasileiro e o poder econômico. 2021. Tese (doutorado). Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de

História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/478aff2a-ca45-4e9d-9ce9-1a9713082690 Acesso em: 20 mar 2025
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício 2022. Brasília, DF, 2023
LEITE, Deborah Balthazar. A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS MUSEUS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO. 2023. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação Profissional em Economia. 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266809. Acesso em: 25 set. 2023
MACHADO NETTO, José. Tutela e Entraves ao Financiamento de Museus no Brasil. 2023. Monografia (graduação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Graduação em Direito, 2023.

Rede de Conservação de Coleções e Museus: Diagnóstico de Gestão de Risco e Protocolos de Gestão de Conservação

Yacy-Ara Froner(UFMG) froner@ufmg.br
Gabriela de Lima Gomes (REDE-PROEX-UFOP) gabi@ufop.edu.br
Willi de Barros Gonçalves (LACONPRE-EBA-UFMG) willidebarros@gmail.com
Luiz Antônio Cruz Souza (LACICOR-EBA-UFMG) luiz.ac.souza@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 2006, foi criado o Grupo de Pesquisa ArCHE (Art, Conservation & History-Environment), no âmbito da Escola de Belas Artes da UFMG, com o objetivo de reunir especialistas da área da Ciência da Conservação, História da Cultura e História da Arte. Ao longo de sua existência, promoveu seminários, como o Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro, em 2013; publicações, como os Cadernos Técnicos do DEMU/IPHAN, em 2008; e inúmeras pesquisas integradas com outros laboratórios. Em 2021, o grupo foi convidado para a elaboração de um projeto junto à Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (REDE-UFMG), intitulado "Diagnóstico para o Aprimoramento da Gestão de Riscos em Espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG" (2021), com apoio da Emenda Parlamentar Individual do Deputado Patrus Ananias. Aplicado em dezesseis centros de pesquisa, documentação e memória da universidade, o projeto utilizou a metodologia do ICCROM apresentada no "Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico", de 2016. Como decorrência desse diagnóstico, dois outros projetos REDE-UFMG foram contemplados por agências de fomento: o primeiro, aprovado pelo CNPq em 2022 – "Revitalização da Infraestrutura Expográfica e de Guarda das Coleções dos Espaços de Ciência e Cultura da Rede de Museus-UFMG", objetivou a reestruturação da infraestrutura de guarda das Reservas Técnicas (RTs) do Herbário-CCT; Centro de Memória da Odontologia; Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação e Centro de Memória da Enfermagem; o segundo, aprovado pela Fapemig, em 2023, envolveu a reestruturação das RTs do acervo Imagem de Minas, Centro de Memória da Medicina, Centro de Memória da Educação Física e Coleção de Entomologia do CCt-ICB, além da RT do Museu da Lapinha do Instituto Estadual de Florestas-MG. No contexto do projeto Fapemig, a Rede de Museus e Acervos da Universidade Federal de Ouro Preto participa como parceira, objetivando a aplicação e o aprimoramento da metodologia diagnóstica de riscos utilizada. Como decorrência desses projetos, três outras pesquisas encontram-se em andamento: "Protocolos de gestão sustentável de acervos em museus:competências técnico-científicas para a definição de standards,

recomendações e políticas públicas de salvaguarda" (Produtividade de Pesquisa); o pós-doutorado "Protocolos de Gestão de Riscos em Acervos Científicos e Artísticos nas Universidades", com estágio na FioCruz e no ICCROM; e a pesquisa de pós-doutorado "Climatização de Coleções e Museus universitários". Em 2023, com a aprovação do projeto junto à Fapemig, o grupo de pesquisadores vinculados ao ArCHE compreendeu a importância da geração de uma rede colaborativa, capaz de integrar conhecimentos nos campos da Curadoria Científica, Museologia e Ciência da Conservação e decidiu alterar o estatuto do ArCHE para RECOR, Rede de Conservação de Coleções e Museus, expandindo seu campo de atuação. Em fase de estruturação, espera-se integrar 23 outros equipamentos de instituições públicas e particulares, além das atuais parceiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em 2015, o IBRAM assumiu o protagonismo internacional na elaboração da "Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade", aprovada pela UNESCO. Referência para as políticas públicas de gestão, uso e difusão de acervos, o documento destaca a função social das coleções, principalmente no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Considerando as áreas estratégicas das pesquisas no campo do patrimônio cultural e natural, a gestão conservativa de coleções universitárias é fundamental para a compreensão da História da Ciência e da História do Ensino Superior. Coleções científicas são, por excelência, celeiros materiais de investigação, tanto em relação à memória da área que representa, quanto por meio da capacidade instalada no que compete a revisão de teorias ou a proposição de novas pesquisas. Para que os objetos dessas coleções continuem produzindo conhecimento, é fundamental que eles sejam preservados de maneira correta por meio da conservação de sua materialidade e, do mesmo modo, que a acuidade das informações relacionadas à coleta e à própria identidade desses elementos seja sistematizada por meio de documentação, inventário e geração de bases de dados. Tais protocolos, fundamentados pelo campo da Conservação Preventiva, permitem o estabelecimento de políticas de acessibilidade de dados e compartilhamento de acervos entre instituições, potencializando a habilidade dessas coleções de produzirem pesquisas em rede. Uma pesquisa desenvolvida pelo ICCROM-UNESCO de 2011, indicou que 60% das coleções em armazenamento estão em perigo, seja por questões de gestão e documentação, edificação, mobiliário ou acondicionamento inadequados; a pesquisa também levantou que, em média, apenas 10% das coleções de museus e espaços de memória são exibidas e acessíveis ao público, enquanto 90% estão armazenadas. Tal situação não é diferente nos espaços científico-culturais das universidades, o que vem a determinar a motivação e problemática central da criação de uma rede colaborativa. A partir 2016, os Comitês Internacionais do Conselho Internacional de Museus (ICOM) articularam uma discussão sobre a gestão de acervos em Reservas Técnicas, gerando a

recomendação aprovada na 34ª Assembleia Geral do ICOM, em Kyoto, em 2019, denominada "Medidas para Salvaguardar e Melhorar as Coleções Armazenadas". As políticas de formação de acervo; sua documentação; os protocolos de manutenção predial; os suportes adequados para armazenamento; os princípios de segurança, incluindo sistemas contra roubo, desastres naturais e incêndio; e a gestão climatológica determinaram, desde então, os parâmetros e os protocolos para o estabelecimento de metodologias de Conservação e de Gestão de Risco.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Em 2021, o IBRAM editou a "Resolução Normativa No 3", formalizando o "Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro"; tal normativa, acompanhada de uma orientação programática, teve como objetivo subsidiar planos estratégicos de prevenção e o controle dos riscos de coleções, com vistas a minimizar seus efeitos, responder a emergência e a favorecer a qualificação da gestão das instituições nas tomadas de decisão dirigidas à preservação e à segurança. Foram definidas cinco etapas para o programa: identificar agentes potenciais de riscos; aplicar medidas para minimizar ou evitar os riscos; preparar ações para responder a eventuais emergências e reverter os danos ocasionados tanto pelos agentes predecessores quanto pelos desastres. Considerando esta orientação, a RECOR desenvolveu um programa de "Diagnóstico e Planejamento Estratégico para o Aprimoramento da Gestão de Riscos em Espaços de Redes de Acervos Universitários", baseado na metodologia do GCI. O “Diagnóstico” opera por meio de uma estrutura de expertises compartilhadas - Ciência da Conservação, Arquitetura, Museologia e Curadoria Científica -, em um modelo transdisciplinar, não hierarquizado, de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grau inovador da metodologia aplicada é a capacidade de integrar distintas metodologias de gestão conservativa de coleções - "The Conservation Assessment" (1999); "Assessing Preservation Needs" (2003); Re-Org (2009); "Preservation Self-Assessment Program" (2016) e O "Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio ao Patrimônio Musealizado Brasileiro" (2021) - e conformar um método específico de Diagnóstico e de Plano de Conservação aplicada a acervos universitários. Atualmente, 12 Protocolos de Gestão de Conservação encontram-se em fase final de redação.

PALAVRAS-CHAVE

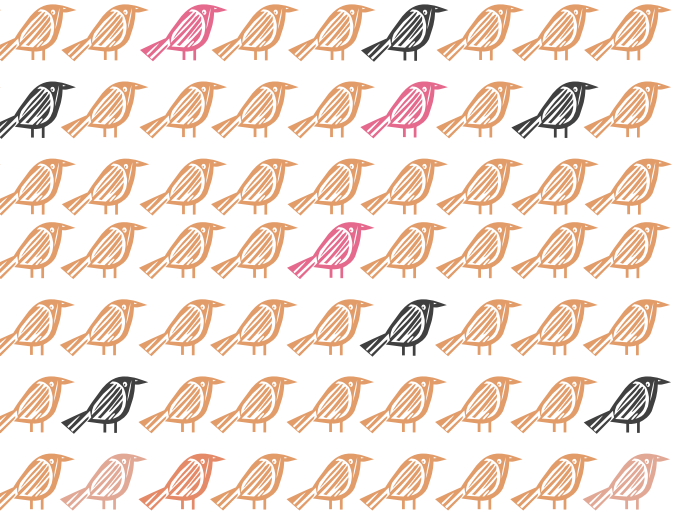
Diagnóstico de Riscos; Reserva Técnica. Protocolos de Gestão de Conservação.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, à FAPEMIG e às Redes de Museus da UFOP e da UFMG, pelo acolhimento dos projetos.

REFERÊNCIA

FRONER. Yacy-Ara. Relatório Parcial CNPq - Revitalização da Infraestrutura Expográfica e de Guarda das Coleções dos Espaços de Ciência e Cultura da Rede de Museus UFMG. Belo Horizonte: UFMG, Abril/2025. (não disponível)



SALA 7
DOCUMENTAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Mediador
Carlos Augusto Ribeiro Jotta (UFG)

Bolsista
Thaiana Barros dos Santos

A mesa de Documentação Museológica apresentou experiências diversificadas no campo da catalogação, inventário e gestão da informação museológica em diferentes instituições brasileiras, destacando a relevância do processo de documentação para a valorização, preservação e visibilidade dos acervos.

Trabalho: Diagnóstico de Acervo Arqueológico: Um Estudo de Caso no MAP-UFPI
Autores: Lívia Thiciane Viana Almeida, Kaio Hellanno da Costa Santana Araújo, Vinicius Melquíades

Os pesquisadores Lívia e Kaio apresentaram a experiência do Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI, destacando o Plano Museológico Participativo (PLAMPA) como estratégia metodológica para diagnóstico do acervo arqueológico. O trabalho envolveu reuniões com a equipe, levantamento bibliográfico, visitas às reservas técnicas e análise de amostras de caixas com acervos.

O estudo evidenciou as diferenças entre documentação museológica e arqueológica, bem como as divergências nos critérios de entrada institucional. O diagnóstico foi compreendido como uma oportunidade de conhecer as coleções em profundidade, identificar potencialidades e fomentar a interdisciplinaridade entre arqueologia e museologia, com a elaboração de fichas de critérios específicos.

Trabalho: Museu de tecnologia da SATC: proposta de catalogação no formato MARC 21
Autores: Vania Medeiros Ribeiro, Anderson Daleffe, Jovani Castelan , Solange Silverio Bianchini

A pesquisadora Vânia apresentou a proposta de criação do Museu de Tecnologia da SATC, instituição com origem escolar voltada para a formação técnica e profissional na região carbonífera de Criciúma. O museu teve início com a reunião de objetos cotidianos e inservíveis, que passaram a ser cadastrados no sistema Pergamum, utilizando o padrão MARC 21.

A metodologia empregada incluiu a criação de fichas e planilhas de metadados, além da adoção de linguagens documentárias para padronização terminológica. O estudo apontou as diferenças entre a lógica bibliográfica (linear e autoral) e a lógica museológica (multidimensional e relacional), evidenciando limitações do Pergamum para a documentação museológica. O projeto encontra-se em processo de institucionalização, com plano museológico, política de gestão de acervo e aprovação de edital da FINEP, reforçando a importância da documentação como base para a consolidação da instituição.

Trabalho: Inventário de acervos de jogos: experiência do museu do jogo da Universidade Federal da Paraíba

Autores: Betânia do Carmo Rodrigues Gomes, Elizara Carolina Marin, Maria do Perpetuo Socorro Campos Fernandes, Profº Dr. Pierre Normando Gomes da Silva

A professora Maria do Perpétuo Socorro apresentou a experiência do Museu do Jogo da UFPB, vinculado ao curso de Educação Física e aos grupos de pesquisa na área da pedagogia da corporeidade. O museu, ainda em processo de musealização, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo o jogo enquanto prática cultural e pedagógica.

O inventário do acervo foi realizado em conformidade com a Lei 11.904/2009 (Estatuto de Museus), resultando na descrição de 323 objetos, com numeração, localização e identificação material – predominando peças em madeira. Apesar das dificuldades metodológicas e da falta de referências específicas, o processo contou com apoio de museóloga da instituição, evidenciando a relevância da documentação para a organização, preservação e legitimação do museu.

Trabalho: Inventário analítico documental do acervo da Confeitaria Nogueira
Autores: Antônio Luciano, Noris Mara Pacheco Martins Leal

A pesquisadora Noris Leal apresentou o inventário analítico documental do acervo da Confeitaria Nogueira, vinculado ao Museu do Doce da UFPEL. O estudo destacou a centralidade das confeitarias no século XIX como espaços de sociabilidade, consumo e práticas culturais, além da importância do patrimônio imaterial associado ao saber-fazer doceiro.

A pesquisa combinou fontes textuais, iconográficas e orais, com inventário do acervo fotográfico e cruzamento de dados, revelando novos indícios sobre a história das confeitarias de Pelotas. O acervo foi analisado como testemunho dos hábitos e costumes urbanos, contribuindo para a compreensão do devir do objeto e para estratégias de catalogação, ensino e pesquisa no museu.

Trabalho: Inventário do acervo de bens móveis da Escola de Belas Artes: documentação para valorização do design de mobiliário brasileiro
Autores: Emyle dos Santos Santos, Milena Sardinha, Soane Vitória Silva Almeida Alves, Sofia Lais Costa Santana, Arthur Thiago Thamay Medeiros

Outra experiência apresentada foi o inventário do acervo de bens móveis da Escola de Belas Artes da UFBA, com foco no design de mobiliário brasileiro. O processo utilizou fichas do IPHAN, contemplando dados técnicos, estilísticos e informacionais, e inventariou 104 peças de diferentes períodos.

O acervo, ainda em uso, revelou-se um patrimônio relevante para a história do design e do ensino artístico no Brasil. O inventário resultou na elaboração de um catálogo e estimulou novas pesquisas, propondo desdobramentos como a definição de uma política de tratamento para o acervo e a criação de expografias específicas.

Trabalho: Protocolos de documentação de Museus de Antropologia e Arqueologia: O guia de inventário do Museu Arqueológico da Lapinha
Autores: Cíntia da Silva Xavier, Francisco Abrahão Gonzaga, Marcio Junio Rodrigues Cardoso, Maria Lúcia Coimbra Scalabrini, Samara Romão Ferreira

Por fim, a pesquisadora Maria Lúcia apresentou o projeto de documentação do Museu Arqueológico da Lapinha, conhecido como "Castelinho". Desenvolvido por equipe multidisciplinar com apoio da UFMG e financiamento da FAPEMIG, o projeto estruturou um guia de inventário voltado para museus de arqueologia, antropologia e paleontologia.

O processo incluiu organização do espaço, tratamento técnico, documentação fotográfica e utilização da base Tainacan, com fichas baseadas em vocabulário controlado. A iniciativa promoveu discussões sobre classificação da informação e otimizou a gestão da reserva técnica, resultando em registro sistemático do acervo e fortalecimento das práticas colaborativas.

Considerações Finais

A mesa evidenciou que a documentação museológica é um eixo central para a preservação, comunicação e valorização dos acervos universitários e comunitários. Apesar da diversidade de contextos – desde coleções arqueológicas e mobiliário histórico até acervos escolares, tecnológicos, lúdicos e alimentares – foi possível identificar desafios comuns, como a necessidade de padronização terminológica e de metodologias adequadas a cada tipologia de acervo, a importância da interdisciplinaridade e do diálogo entre campos distintos como arqueologia, museologia, antropologia, história e educação, a urgência da institucionalização de iniciativas museológicas ainda em construção, o uso de tecnologias digitais, como o Pergamum e o Tainacan, em diálogo com as especificidades da lógica museológica, e a relevância dos inventários e diagnósticos para consolidar a memória institucional e ampliar a visibilidade social dos acervos. Dessa forma, a mesa contribuiu para reafirmar o papel da documentação como prática estratégica no fortalecimento da museologia e dos museus universitários, garantindo a preservação e o acesso qualificado ao patrimônio cultural brasileiro.



Apresentações de comunicação oral, na sala 7 pela manhã, sobre Documentação e Catalogação - Fotógrafo: Flávio Almeida



Apresentações de comunicação oral, na sala 7 pela manhã, sobre Documentação e Catalogação - Fotógrafo: Flávio Almeida

Diagnóstico de Acervo Arqueológico: Um Estudo de Caso no MAP-UFPI

Lívia Thiciane Viana Almeida (UFPI) – livia.thicianee@gmail.com
Kaio Hellanno da Costa Santana Araújo (UFPI) – kaiohcosta05@gmail.com
Vinícius Melquíades dos Santos (UFPI) – vms@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

Em um plano museológico, uma série de etapas é necessária para compreender e possibilitar o funcionamento de uma instituição museológica. Dentre essas etapas, o diagnóstico de acervo destaca-se como fundamental para conhecer as coleções presentes em um museu e identificar suas potencialidades. Cândido (2010, p. 129) enfatiza a importância dessa fase, dizendo que: “É, acima de tudo, uma ferramenta básica para o planejamento institucional em longo prazo, pois permite conceber uma programação museológica mais condizente com a realidade em questão e que leve em consideração a necessária continuidade.”

Neste contexto, o presente trabalho relata nossa experiência durante o planejamento, execução e os resultados já observados no processo de diagnóstico de acervo realizado no Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP/UFPI) da Universidade Federal do Piauí , no âmbito do programa de extensão "Plano Museológico Participativo do Museu de Arqueologia e Paleontologia (PLAMPA-MAP/UFPI)", da mesma Universidade. A partir dessa vivência, é possível refletir sobre o impacto dessa etapa no funcionamento do museu e sobre as possibilidades de aprofundar o conhecimento sobre o próprio acervo da instituição.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente diagnóstico surgiu da necessidade de compreender a realidade do acervo presente no museu, tendo como principal objetivo ampliar e atualizar a ficha utilizada pela instituição para organizar a entrada de novos materiais e coleções. Para isso, foram realizadas reuniões com representantes do museu, com o intuito de estabelecer um diálogo que articulasse as necessidades da instituição à proposta de um novo plano museológico. Na sequência, novas reuniões foram conduzidas com os mesmos representantes, com o objetivo de conhecer a ficha de materiais arqueológicos utilizada pela instituição e compreender os procedimentos relacionados à política de aquisição e registro de materiais, incluindo fichas de inventário e relatórios técnicos, tanto por parte das empresas que solicitam o endosso institucional quanto do próprio museu, responsável pela concessão desse endosso.

Para a aplicação prática do diagnóstico, foram realizadas visitas ao museu e à sua reserva técnica, com a finalidade de conferir as informações contidas nas fichas institucionais, verificar o conteúdo das caixas e avaliar o acondicionamento dos materiais presentes. Posteriormente, buscou-se identificar quais materiais haviam sido utilizados em pesquisas anteriores e quais permaneciam inéditos. Esse processo visava, sobretudo, detectar possíveis discrepâncias entre a documentação emitida pelas empresas de licenciamento e os registros da instituição responsável pela guarda do acervo.

Durante o levantamento, foram selecionados em ordem cronológica crescente, os projetos de licenciamento cujas informações ainda não haviam sido completamente processadas pela instituição. A partir das fichas de inventário de materiais arqueológicos fornecidas pelas empresas, iniciou-se a busca, dentro do acervo, pelas caixas que continham os materiais descritos. Em seguida, cada peça era analisada individualmente, a fim de verificar se as informações presentes nas fichas empresariais coincidiam com os dados processados pelo museu.

Além disso, considerando a ampla documentação já existente em instituições museológicas sobre materiais pré-históricos, optou-se por iniciar o trabalho com os materiais históricos, visando um maior detalhamento e aprofundamento dessa categoria. Os dados obtidos eram registrados na ficha da instituição, e, após a conclusão da análise de uma caixa, prosseguia-se para a seguinte, até finalizar os materiais referentes a cada projeto e, então, passar para o projeto seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estratégias metodológicas adotadas pelas empresas de licenciamento para a documentação dos materiais arqueológicos mostraram-se bastante variáveis, o que, em alguns casos, resultou em discrepâncias entre os dados apresentados nos projetos de licenciamento e os critérios estabelecidos pela política de endosso e aquisição do museu - diretrizes que idealmente, deveriam ser seguidas por todas as empresas. Foram identificados, por exemplo, casos de remanejamento de peças entre sacos sem a devida documentação, números de tombo ilegíveis e processos de remonte carentes de detalhamento técnico. Apesar dessas inconsistências, é importante destacar que tais falhas não constituíram a norma. Na maioria dos casos analisados, as informações fornecidas pelas empresas estavam em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela instituição museológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora árduo, o diagnóstico de acervos é uma ferramenta crucial para compreender tanto as potencialidades quanto os desafios de uma reserva técnica. É necessário atenção rigorosa ao registro das informações dos materiais, tendo em vista que, na Arqueologia, os dados sobre os objetos e os sítios de origem já são por

natureza, escassos, o que torna a carência de clareza na documentação ainda mais problemática. Quando essa realidade se soma à Museologia, cuja função é através da documentação extrair as informações dos objetos e aproximar a realidade museológica/arqueológica com a realidade da sociedade, a situação torna-se alarmante. Como pontua Ballardo (2021, p. 30-31): "Um artefato no campo arqueológico sem a documentação arqueológica não serve para absolutamente nada, porque perde o sentido do ponto de vista da pesquisa arqueológica. [...]"

Dessa forma, é importante destacar que o diagnóstico de coleções, ainda em andamento, tem gerado resultados positivos. A parceria entre o museu e o Programa de Extensão tem possibilitado não apenas a atualização das informações do acervo, como também a geração de dados que poderão ser utilizados em futuras exposições e em renovações expográficas. Além disso, o processo tem contribuído para a formação dos discentes participantes do PLAMPA-MAP/UFPI, que vivenciam, se familiarizam e aprendem sobre os procedimentos de gestão documental e de acervos em reservas técnicas arqueológicas. Essa experiência fomenta a formação de futuros pesquisadores e profissionais atuantes na interseção entre Arqueologia e Museologia, inserindo-os no campo da Musealização da Arqueologia.

PALAVRAS-CHAVE

Diagnóstico de coleções; Museu de Arqueologia e Paleontologia – MAP/UFPI; Plano museológico; Musealização da Arqueologia.

REFERÊNCIAS

BALLARDO, L. M. Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: métodos de campo como subsídios da documentação museológica. 2021. 318 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2021.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. In: I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. Universidade do Porto, Faculdade de Letras – Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Lisboa, Portugal, 2010.

Inventário do acervo de bens móveis da Escola de Belas Artes: documentação para valorização do design de mobiliário brasileiro

Emyle Santos (UFBA-PPGDesign) - emyles@ufba.br
Milena Sardinha (UFBA) – milena.sardinha@ufba.br
Soane Alves (UFBA) - soanealves@ufba.br
Sofia Santana (UFBA) - sofialais16@gmail.com
Thiago Thamay (UFBA-PPGDesign) – thiagothamay@ufba.br

INTRODUÇÃO

Os campos do design de interiores e do design de mobiliário são intrinsecamente interligados, atuando de forma complementar na configuração dos espaços. Como afirmam Booth e Plunkett (2015, p. 6), “sem o mobiliário, não há interior”. Ambos fornecem indícios dos modos de vida, da ocupação dos ambientes, do comportamento social, da cultura, das tecnologias e dos materiais utilizados em diferentes períodos. Apesar de sua relevância, esse valor é frequentemente negligenciado em acervos institucionais, nos quais a ausência de manutenção adequada leva à substituição sistemática do mobiliário.

Nas instituições públicas, esse problema é agravado por limitações orçamentárias que dificultam o restauro de bens, resultando, com frequência, na substituição do mobiliário — seja pela ausência de manutenção, seja pelo menor custo dessa prática —, conforme apontam Holanda e Chaves (2023) e Costa Júnior (2014).

A esse panorama soma-se o acervo da Escola de Belas Artes (EBA), uma das unidades mais antigas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e protagonista no ensino de artes na Bahia, por ter sido a segunda academia de Belas Artes fundada no país. Considerando essa problemática, o objetivo principal da pesquisa foi preservar a memória institucional da Escola de Belas Artes por meio da elaboração de um inventário dos bens móveis de valor histórico, conferindo visibilidade a esse patrimônio no contexto das instituições de ensino e ressaltando seu potencial cultural. Procurou-se, ainda, evidenciar o valor museológico do mobiliário institucional, contribuindo para sua ressignificação. Os objetivos específicos abrangeram o levantamento bibliográfico e documental sobre o mobiliário histórico da EBA; a identificação, localização, avaliação sumária do estado de conservação e o registro fotográfico dos móveis distribuídos nos diversos prédios da unidade; a realização do inventário; e, por fim, a elaboração de um relatório final consolidando as informações coletadas.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa apoia-se em dois pilares. Em primeiro lugar, busca-se preencher a lacuna existente no levantamento e na análise detalhada do estado de conservação dos bens móveis da Escola de Belas Artes (EBA), integrantes do acervo do Memorial Artístico e Histórico (MAH/EBA-UFBA), com vistas à sua conservação. Em segundo lugar, a proposta visa ampliar a visibilidade do mobiliário enquanto patrimônio institucional, por meio da produção de um inventário útil à universidade e que contribua para a disseminação do conhecimento sobre a história do design de mobiliário e sua relação com a trajetória da EBA.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem descritiva, por buscar o levantamento detalhado do mobiliário institucional de valor histórico da EBA-UFBA, incluindo fases de coleta, análise e interpretação de dados. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa documental, levantamento bibliográfico e visitas técnicas, desenvolvidos em duas etapas principais: levantamento de dados e elaboração do inventário.

Na primeira fase, a investigação baseou-se em três fontes principais: documentos primários do arquivo da escola, utilizados para identificar a origem dos móveis e sua permanência ao longo do tempo; depoimentos orais; e referências bibliográficas.

Na segunda etapa da pesquisa, realizou-se a catalogação dos móveis que apresentavam características estilísticas indicativas de valor histórico, sendo inventariadas 104 peças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração do inventário permitiu mapear integralmente o acervo de valor histórico da EBA, reunindo dados quantitativos e qualitativos sobre o mobiliário. Foi possível identificar a janela temporal das peças (em séculos), suas possíveis origens, matérias-primas, designers, fabricantes, comerciantes e características estilísticas. Os dados iniciais evidenciaram a diversidade e a riqueza do acervo, revelando marcas do tempo, vestígios de intervenções restauradoras e indícios de sua relevância histórica. Os resultados obtidos reforçam o papel do inventário como ferramenta estratégica para a preservação física do acervo, e também, para o reconhecimento do mobiliário enquanto patrimônio cultural institucional.

Além disso, a identificação de lacunas e perdas documentais evidencia a urgência de políticas sistemáticas de conservação em instituições públicas de ensino. Assim, o estudo contribui para ampliar o debate sobre a gestão de acervos mobiliários no contexto universitário, propondo caminhos para a sua salvaguarda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida configurou-se como um mapeamento sistemático do mobiliário da Escola de Belas Artes, fundamentado no modelo de inventário como ferramenta técnica para o controle quantitativo e qualitativo de bens patrimoniais. Esse procedimento permitiu registrar a origem, o estilo, os materiais e o estado de conservação das peças, assim como, também contribuiu diretamente para sua preservação e valorização institucional.

Ao longo do processo, foi possível refletir criticamente sobre a condição dos acervos mobiliários em instituições públicas de ensino, identificando fragilidades como a ausência de políticas de conservação e a perda de informações históricas. A construção do inventário resultou em um documento de valor acadêmico e administrativo, ao mesmo tempo em que proporcionou uma experiência formativa significativa para os discentes envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE

Mobiliário Institucional. Memória. Design de Interiores. Patrimônio. Design de Mobiliário.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo é um dos desdobramentos da pesquisa de iniciação cientifica do tipo PIBIC vigente entre 2023 e 2025 com recurso do CNPQ e FAPESB, além disso, contou com apoio financeiro do EDITAL PRPPG 010/2024 UFBA - Programa de apoio a jovens professores(as)/pesquisadores(as) doutores(as) - JOVEMPESQ 2024. As referidas instituições somos gratas e grato pelo fomento à pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Sam; PLUNKETT, Drew. MOBILIÁRIO PARA O DESIGN DE INTERIORES. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

COSTA JÚNIOR, José Airton. ARQUITETOS-DESIGNERS: o mobiliário moderno da Universidade de Brasília. 2014. 215 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

HOLANDA, Gerda de Souza; MOREIRA CHAVES, Roberto (Orgs.). Catálogo da coleção Cadeiras do Memorial da UFC. Fortaleza: Edições Mauc; Memorial da UFC, 2023. 125 p.

Inventário analítico documental do acervo da Confeitaria Nogueira

Antônio Luciano da Silva Júnior (UFPel) antoniolucianodsj@gmail.com
Noris Mara Pacheco Martins Leal (UFPel) norismara@gmail.com

INTRODUÇÃO

Pelotas, hoje considerada a Capital Nacional do Doce[1], no século XIX, produzia charque em larga escala, o que gerou grande riqueza para a cidade. Esta riqueza era manifestada através do bem viver e do bem receber principalmente através da alimentação e da produção de doces, que encontra nas confeitarias um de seus lugares de comercialização. É importante salientar que essas confeitarias, "no final do século XIX e início do XX, vão aumentar em número, tornando-se um importante lugar de comércio e de socialização" (LEAL, 2019, p. 84), inserido em um contexto brasileiro conhecido como Belle Époque. Essas confeitarias seriam "um ambiente no qual a elite podia exibir seus trajes de corte inglês e consumir, além dos doces finos, os produtos importados dispostos nas prateleiras" (MOTA; FERREIRA; LEAL, 2019, p. 06).

A Confeitaria Nogueira foi inaugurada em 15 de julho de 1899, encerrando suas atividades apenas em 1982. O espaço foi aberto pelo imigrante português Antônio Nogueira Sobrinho e ficou famoso pelas matérias primas que comercializava, dentre elas licores, vinhos, açúcar refinado e doces finos, etc. Parte dos testemunhos desta história fazem parte do acervo que foi doado em 2016, por Norma Nogueira, viúva de Alfredo Nogueira, ao Museu do Doce, passando a fazer parte da Coleção Confeitarias[2]. O acervo compõe a subcoleção denominada "Confeitaria Nogueira", são recortes de jornais, cartas, licenças de exportação, convites, fotografias e outros documentos; o que possibilita a quem tem interesse investigar uma amplitude e maior diálogo entre as fontes, revelando diversos indícios acerca das redes de influência e socialização desse espaço.

A importância do inventário analítico se dá, justamente, pelo estudo e justaposição das fontes em um espectro mais amplo de produção, não esquecendo quais as condições que a fizeram chegar no acervo. No caso da subcoleção Confeitaria Nogueira, essas informações são dispostas em uma descrição dos eventos e criadores que estão circundados os documentos. Diante disso, estudar a história da Confeitaria Nogueira, além de se deter em informações acerca das transformações passadas pela cidade em quase um século e suas influências, significa entender como as articulações e narrativas são percebidas e tratadas hoje, tendo o museu como esse espaço de questionamento a partir do seu lugar social e cultural.

[1] Pelotas (RS) é oficialmente a Capital Nacional do Doce; título deve contribuir para impulsionar o turismo local
[2] Essas e outras coleções podem ser consultadas no site do Museu do Doce: ACERVO E COLEÇÕES

MATERIAIS E MÉTODOS

O trato documental feito pela investigação da coleção da Confeitaria Nogueira se deu através de um inventário analítico, que se caracteriza, sobretudo, pelo cruzamento de fontes e a análise de uma extensa diversidade documental. O inventário analítico da Confeitaria Nogueira, ainda que seja permeado, em maior grau, pelas fotos, também analisa entrevistas feitas com Norma Nogueira, e outros documentos como recortes de jornal, licenças de importação, convites de reuniões, notas fiscais, etc.

Esse inventário, ainda em curso, tem como escopo o levantamento e análise da documentação que chegou ao acervo do Museu do Doce em 2016, entendendo sua tipologia documental, mas também registrando o contexto de criação desse documento, a data de criação, tipologia documental (se iconográfico ou textual), a origem (lugar de criação), o autor desse documento, em que condições se encontra e qual o assunto do documento. Destarte, é necessário afirmar que essa documentação também perpassa por um entrecruzamento de fontes orais e documentais que estão fora do acervo, além de bibliografia que possa dar sentido e base para o caminho que está sendo seguido na análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O inventário analítico revelou aspectos dantes já conhecidos da Confeitaria Nogueira, não obstante, também traz para debate e análise outras discussões que rodeiam essa confeitaria e sua forma de contextualização no tempo em que funcionou. De fato, as fotos são bastante reveladoras e a presença iconográfica ressalta personalidades, lugares e momentos que talvez alguns textos possam não conotar, “como a visão é o sentido mais sensível e o que mais registra, recorremos à imagem para conservar a lembrança” (SILVA NERY; HUZSAR SCHNEID; MAZZUCCHI FERREIRA; FERREIRA MICHELON, 2019, p. 45). Assim, se atesta que a visão revela muitos indícios, não obstante, esses indícios devem ser atestados por outros olhares e, aí, cabe o papel de outros documentos.

Não obstante, a documentação analisada revelou quais aspectos faz a confeitaria ser essencial para a análise de um testemunho do desenvolvimento da cidade, para além disso questionar como esse movimento se deu, em que narrativas se apoiaram e quais resultados os diversos rótulos que advém com a efetiva construção de Pelotas, hoje, foram moldados. Desse modo, “para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte” (SANTOS, 2006, p. 213); dessa forma, o saber e sua construção partem de uma perspectiva regional, ou local, e buscam aderência em uma esfera de domínio maior, seja ela nacional ou global, que permite que esse conhecimento seja construído ou reanalisado, mas nunca dado como soberano e que se põe sempre é uma esteira dialógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante, também é necessário salientar que esse projeto irá alimentar, também, a documentação museológica do Museu do Doce, amparado no projeto já existente, ligado ao Programa de Bolsas de Iniciação ao Ensino - Projetos, a bolsa Organização da Documentação Museológica do Museu do Doce da UFpel. Diante do apresentado, apesar de um projeto que ainda está em desenvolvimento, o inventário já informou e ratificou informações pertinentes acerca da construção da memória a partir da Confeitaria Nogueira e sua posição no espaço doceiro de Pelotas. Outras formas de pensar nesses resultados seriam na construção da rede de articulação que essa confeitaria teve com outros lugares e na formação de novas narrativas para o lugar dessa e de outras confeitarias e de sua importância para a presente apresentação de Pelotas como Cidade do Doce.

PALAVRAS-CHAVES

Confeitaria Nogueira - Museu do Doce - História de Pelotas - Inventário Analítico

REFERÊNCIAS

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. A trajetória de uma construção patrimonial: a tradição doceira de Pelotas e antiga Pelotas na constituição do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas. 2019. 291 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

MOTA, Aline Regiane de Jesus; FERREIRA, Amanda Gonçalves de; LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. A Coleção Fotográfica da Confeitaria Nogueira do Museu do Doce da UFPel: Desafios e Processos. Mouseion, Canoas, n. 38, p. 01-13, 2021.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA NERY, Olivia; HUZSAR SCHNEID, Frantieska; MAZZUCCHI FERREIRA, Maria Letícia; FERREIRA MICHELON, Francisca. Caixas de memórias: a relação entre objetos, fotografias, memória e identidade ilustradas em cenas da ficção. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 51, núm. 1, p. 42-51, 2015.

Museu de tecnologia da SATC: proposta de catalogação no formato MARC 21

Vânia Medeiros Ribeiro (UNISATC) – vania.ribeiro@satc.edu.br
Anderson Daleffe (UNISATC) – anderson.daleffe@satc.edu.br
Jovani Castelan (UNISATC) – jovani.castelan@satc.edu.br
Marli (UNISATC) – solange.bianchini@satc.edu.br

INTRODUÇÃO

A função de um museu na sociedade abrange a proteção e o acesso a testemunhos primários, conforme destacado pelo ICOM (2008). Além das exposições e atividades educativas, a gestão eficaz do acervo museológico, incluindo registro e catalogação, é essencial. O avanço das tecnologias da informação revolucionou esse processo, permitindo que softwares e aplicativos melhorem a eficiência no registro e recuperação de informações sobre coleções. A migração de métodos tradicionais para sistemas digitais não apenas aprimora a gestão, mas também facilita a pesquisa, integrando inovações como realidade aumentada e inteligência artificial. Diante disso, surge a necessidade de desenvolver um modelo de interoperabilidade para fichas catalográficas museológicas no formato MARC 21, visando garantir que as informações dos acervos estejam acessíveis e preservadas para as futuras gerações, conforme orientações éticas do ICOM. A implementação de uma ficha de catalogação detalhada é crucial para a organização e acesso eficiente às coleções, permitindo uma gestão integrada e um melhor atendimento ao público.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na literatura, foi encontrado apenas um estudo relatando a aplicação do padrão de catalogação MARC 21 em museu, sem apresentar um modelo de ficha catalográfica. Devido essa falta de interoperabilidade, foi adotado o modelo de ficha de catalogação publicado no livro "Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes", editado pelo governo do estado de São Paulo em 2010. Este modelo é projetado para ser adaptável às necessidades específicas de diferentes museus, levando em consideração a tipologia das coleções e os métodos de pesquisa utilizados. Foi realizada a conversão para o padrão de catalogação internacional MARC 21, apresentado em um quadro comparativo contendo os campos para o cadastro de informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos musealizado catalogados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo divide as informações da ficha em seis partes, com o objetivo de organizar os metadados e as informações mais relevantes sobre os objetos catalogados. Para facilitar a apresentação dessas informações, elaboramos uma planilha que contempla essas seis áreas com seus respectivos dados.

Com base nesses seis eixos de metadados, realizamos a interoperabilidade para o padrão MARC 21. Para garantir a conformidade com esse padrão, utilizamos o manual "Manual: Parametrização e Catalogação" disponibilizado pelo software de gestão de unidades de informação Pergamum. Este manual define os campos necessários para a catalogação de peças em museus, seguindo as normas de classificação do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e do ICOM (Conselho Internacional de Museus). Entretanto, o manual do Pergamum não fornece um modelo de ficha de catalogação.

Na proposta de interoperabilidade desenvolvida nesta pesquisa, elaboramos um quadro que inclui a descrição e o detalhamento conforme o modelo "Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes", adicionando os campos "Campo", "Indicador 1", "Indicador 2" e "Descrição" para atender ao padrão MARC 21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de um modelo de interoperabilidade adaptável às necessidades específicas de diferentes museus é crucial, considerando a diversidade de acervos e as variadas tipologias de objetos museológicos. A proposta desenvolvida, baseada no manual "Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes" e no padrão MARC 21, facilita essa adaptação e padroniza a catalogação, promovendo uma sistematização eficiente e um acesso mais democrático ao conhecimento.

Ao converter o modelo de ficha catalográfica tradicional para o padrão MARC 21, conseguimos garantir a conformidade com as normas internacionais de catalogação, o que possibilita uma comunicação eficaz entre diferentes sistemas de bibliotecas e instituições museológicas. A utilização do manual do Pergamum para parametrização e catalogação assegurou que os campos necessários fossem devidamente preenchidos, conforme as normas do IBRAM e do ICOM. É importante ressaltar que o formato MARC 21 é um padrão utilizado por bibliotecários e no contexto dessa pesquisa foi explorado de forma superficial devido a sua complexidade. A Library of Congresso apresenta inúmeros textos, artigos e livros sobre o assunto.

A padronização na catalogação de fichas catalográficas é essencial para museus universitários e instituições que possuem bibliotecas e sistemas informatizados de

catalogação, pois promove a integração e a interoperabilidade entre diferentes coleções e bases de dados. Ao adotar padrões consistentes, essas instituições garantem a uniformidade e a precisão na descrição dos itens, facilitando a pesquisa e o intercâmbio de informações entre acadêmicos, estudantes e o público em geral. A padronização melhora a eficiência na gestão de acervos, permitindo um controle mais rigoroso e uma melhor preservação dos itens catalogados. Além disso, ela assegura a acessibilidade e a transparência dos dados, tornando mais fácil a localização e a utilização de recursos valiosos para estudos interdisciplinares e projetos colaborativos. Portanto, a implementação de sistemas padronizados de catalogação é fundamental para maximizar o potencial educativo e científico dos acervos, fortalecendo o papel dessas instituições como guardiãs do conhecimento e facilitadoras do aprendizado contínuo.

PALAVRAS-CHAVE

Ficha catalográfica, Museologia, MARC 21, Gestão de acervos, Documentação museológica.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a FINEP que por meio do Programa Praças da Ciência em Museus e Centros de Ciência e Tecnologia - 01/2022 que está financiando as reformas para abertura do Museu de Tecnologia da Satc.

REFERÊNCIAS

ACAM PORTINARI – Associação Cultural de Amigos do Museus Casa de Candido Portinari (Brodowski, SP). Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. São Paulo: Brodowski, 2010. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/conteudos/publicacoes-do-sisem-sp/ . Acesso em: 29 março 2024.

ICOM. Código de Ética do ICOM para Museus. 2008. Disponível em: https://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf . Acesso em: 10 março 2024

PERGAMUM. Museu: parametrização e catalogação – manual. Curitiba: Pergamum, [2024].

Inventário de acervos de jogos: experiência do museu do jogo da Universidade Federal da Paraíba

Maria do Perpetuo Socorro Campos Fernandes (UFPB) sosfernandes153@gmail.com
Pierre Normando Gomes-da-Silva (UFPB) - pierrenormandogomesdasilva@gmail.com
Betânia do Carmo Rodrigues Gomes (UFPB) - betaniacgomes@gmail.com
Elizara Carolina Marin (UFPB) - elizaracarol@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Museu do Jogo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) faz parte do laboratório Escola Brincante, pertencente a dois grupos de pesquisa: GPELF (Grupo de Pesquisa em Lazer, Jogo Tradicional e Patrimônio) e GEPEC (Grupo de Pesquisa em Pedagogia da Corporeidade), ambos vinculados ao Departamento de Educação Física - CCS/UFPB e ao Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física – PAPGEF UPE/UFPB, com o propósito de viabilizar um espaço experimental de ensino, pesquisa e extensão universitária tendo como base a Pedagogia da Corporeidade (PC), que traz o jogo como o pivô da aprendizagem (Gomes-da-Silva, 2016).

O inventário do acervo de um museu está garantido na Constituição Federal como sendo um documento obrigatório para proteção do bem cultural brasileiro (Brasil, 1988). Contemplar um Museu do Jogo em uma Universidade Pública, na área da Educação Física, balizado nos pilares da educação, tem sido desafiador e inovador no âmbito das pesquisas, haja vista que no Brasil não há referências de museus com a temática de jogos em universidades públicas e apenas cinco museus do brinquedo foram mapeados em universidades, sendo apenas dois deles na área da Educação Física (Oliveira; Lima; Marin, 2023). Considerando este cenário, obtivemos poucas referências para elaboração do inventário do Museu do Jogo da UFPB, um acervo com bastante peculiaridades e complexidades em seus artefatos. Neste sentido, torna-se pertinente este estudo visto que, os jogos tradicionais e autóctones vêm sendo valorizados como patrimônio cultural da humanidade (Marin, 2017).

Nosso trabalho teve como objetivo inventariar o acervo do Museu do Jogo da UFPB para subsidiar o controle, a gestão, as pesquisas e a difusão desse patrimônio cultural e como objetivos específicos: descrever cada objeto do acervo do Museu do Jogo identificando o modo de uso, a técnica utilizada e os materiais; numerar e classificar todos os objetos do acervo de acordo com os gêneros de jogos propostos pela PC e analisar o estado de conservação de cada objeto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para elaboração do inventário e organização do acervo do Museu do Jogo foram realizadas reuniões com a museóloga da UFPB que nos orientou sobre a legislação que norteia os bens culturais musealizados. O primeiro procedimento, para um objeto tornar-se um bem cultural musealizado é receber uma numeração de identificação com vistas a fazer parte do inventário, posteriormente deve-se criar uma ficha de catalogação para cada novo item contendo suas informações intrínsecas e extrínsecas (Brasil, 2021). O inventário é o "levantamento individualizado e completo dos bens relativos a uma instituição, abrangendo registro, identificação e classificação" (Brasil, 2021, p. 4) Com a colaboração de estagiários iniciamos as descrições e medições dos artefatos utilizando trena, paquímetro, lapis B6, barbante, perfurador, papel cartão, tesoura, régua, fita métrica, caderno para anotações e máquina fotográfica. Os objetos foram descritos de forma detalhada e dispostos em planilha de excel contendo os elementos obrigatórios para a descrição do bem cultural de caráter museológico a saber: 1. Número de registro; 2. Situação (localizado, não localizado, excluído); 3. Denominação; 4. Autor; 5. Resumo descritivo; 6. Dimensões; 7. Materiais/Técnica; 8. Estado de conservação; 9. Condições de reprodução (Brasil, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acervo que compõe a exposição atual do Museu do Jogo (um passeio pelos Gêneros de Jogos) possui um total de 323 objetos. Seguimos as normas do Instituto Brasileiro de Museus para a organização do inventário e após as descrições e medições dos artefatos cada um foi devidamente numerado e localizado. Destacamos a importância do inventário de um acervo museal pois através dele podemos localizar e controlar a quantidade de peças existentes no Museu, ratificando o que Padilha (2014) diz sobre a gestão de um acervo cuja documentação, conservação e pesquisa devem ser adequadas para que se estabeleça um controle integral do acervo museológico, contribuindo assim para a produção e a disseminação do conhecimento.

As descrições dos artefatos contribuíram para identificar a diversidade de materiais empregados como: metal, plástico, papel, tecido e madeira. Constatamos que na maior parte dos artefatos foi utilizada a madeira como matéria prima e que nos artefatos indígenas foram usados bambu, penas, sementes e linhas coloridas, afirmando a identidade cultural daquele povo.

Observamos ainda, por exemplo, que nos objetos pertencentes aos gêneros rítmicos e expedições há uma grande diferenciação no material empregado, os rítmicos trazem a madeira como base e os de expedições são confeccionados em sua maioria de plástico ou similares, estes últimos por se tratar de jogos de aventura e

requererem maior segurança e durabilidade dos materiais e que os objetos confeccionados artesanalmente trazem um pouco do lugar e da história de cada artesão, possuem estética diferenciada e grande valor cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o objetivo de inventariar o acervo do Museu do Jogo da UFPB foi alcançado haja vista que os artefatos foram devidamente descritos e identificados de acordo com o que estabelece as normas de acervos museológicos. Os objetivos específicos foram atendidos pois permitiu que o inventário fosse elaborado justificado pela necessidade de melhor gerenciamento do acervo e controle dos objetos. Como limitações e dificuldades encontradas destacamos a falta de referências metodológicas para elaboração de inventários de museus universitários na área da Educação Física que possuem jogos em seus acervos, sendo este estudo um importante meio de disseminar objetivos semelhantes em outras pesquisas. É imprescindível, nesse sentido, que trabalhos sejam visibilizados para incentivar a criação de museus dos jogos nas universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Inventário. Museu do Jogo. Educação Física.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por viabilizar a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 maio. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 6, DE 31 DE AGOSTO DE 2021. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.
Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativo/resolucao-normativa-ibram-no-6-de-31-de-agosto-de-2021. Acesso em: 22 maio. 2025.

GOMES-DA-SILVA, P. N. Educação física pela Pedagogia da Corporeidade: um convite ao brincar. Curitiba: CRV, 2016.

MARIN, E. C. Jogo tradicional: Patrimônio material e imaterial. 12º Congreso Argentino y 7º Latinoamericano de Educación Física y Ciencias. 2017.

OLIVEIRA, A. S. L; LIMA, M. B. L; MARIN, E. C. Mapeamento dos museus de brinquedos no brasil: histórico, funcionamento, acervo e ações educativas. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e do X Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 17 a 22 de setembro de 2023 / Fortaleza – Ceará. Disponível em: https://www.cbce.org.br/evento/conbrace23/anais. Acesso em: 21 maio. 2025.

PADILHA, R. C. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. Coleção Estudos Museológicos. Volume 2. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190653/17105304-documentacao-museologica-gestao-acervo.pdf. Acesso em: 21 maio. 2025.

Protocolos de documentação de Museus de Antropologia e Arqueologia: O guia de inventário do Museu Arqueológico da Lapinha

Samara Romão Ferreira (Museu Arqueológico da Lapinha) - samaraferreira292@gmail.com
Francisco Abrahão Gonzaga (Museu Arqueológico da Lapinha) - francisco_a.g@hotmail.com
Maria Lúcia Coimbra Scalabrini (Museu Arqueológico da Lapinha) - malucoimbra@gmail.com
Márcio Junio Rodrigues Cardoso (Museu Arqueológico da Lapinha) - m.junio3p@gmail.com
Cíntia da Silva Xavier (Museu Arqueológico da Lapinha) - cintiasilvax10@gmail.com

INTRODUÇÃO

A ausência de protocolos estruturados e de terminologias unificadas para a documentação de acervos de antropologia e arqueologia compromete diretamente a padronização, a consistência do conteúdo e a busca de informações por profissionais, pesquisadores e pelos diversos públicos dos museus. Considerando essa lacuna, no âmbito do projeto "Desenvolvimento de Protocolos para revitalização da Infraestrutura de Preservação e Acesso de Coleções Científicas" (FAPEMIG-RED-00227-23), executado entre 2023 e 2025[1], uma equipe multidisciplinar - composta por museóloga, conservadora, arqueólogo, antropólogo e bióloga – vem elaborando um instrumento orientativo para o estabelecimento de campos de inventário.

Esta apresentação tem como objetivo expor a metodologia de pesquisa, os instrumentos normativos e as decisões tomadas pelo grupo para o estabelecimento de um Guia de Inventário elaborado para o Museu Arqueológico da Lapinha (Lagoa Santa-MG), instituição fundada em 1972 pelo arqueólogo húngaro autodidata Mihály Bányai (1920–2005). A partir dos artefatos e da diversidade de materiais que reuniu e analisou ao longo dos anos, o museu passou a apresentar uma configuração singular de Museu Regional, formado por acervos de origem familiar, uma característica recorrente em iniciativas museológicas no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980.

Ao adotar como estudo de caso um Museu de Antropologia e Arqueologia com um histórico singular de coleta científica e diversidade de tipologias materiais, o projeto poderá validar o guia proposto como referência metodológica para instituições congêneres e fortalecer a documentação museológica científica como ferramenta de preservação imprescindível no cenário dos Museus.

MATERIAIS E MÉTODOS

O acervo, que anteriormente estava sob guarda do Museu Arqueológico da Lapinha (atualmente em processo de reforma), passou por tratamento no âmbito desse projeto, na Reserva Técnica do Museu Peter Lund. A metodologia do trabalho realizado desenvolveu-se em cinco etapas:

[1] Projeto em andamento

Na primeira etapa foi realizada a reorganização física do mobiliário na Reserva Técnica, com o objetivo de aprimorar a distribuição espacial e melhorar as condições de acondicionamento do acervo. Esse processo contou com o apoio técnico de um arquiteto bolsista vinculado ao projeto.

Na segunda etapa, foi realizada a definição do sistema documental para auxiliar a catalogação e a geração da base de dados digital do acervo do Museu, tendo como parâmetros as orientações normativas do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), os protocolos oriundos do campo da documentação museológica, e a expertise de especialistas dos campos da Arqueologia, Antropologia Biológica, Paleontologia, Museologia e Conservação.

O Guia do Inventário do Museu Arqueológico da Lapinha é composto por 41 campos de preenchimento obrigatório, divididos em 7 grupos de informações. Os campos são variáveis entre “Campo Aberto” – de descrição livre – ou “Campo Fechado” – estruturado por meio de vocabulário controlado. O processo de aplicação deste guia ocorre, primeiramente, por meio do preenchimento em uma Planilha Excel, permitindo sua adequação durante o trabalho de análise, conservação, marcação e acondicionamento do acervo, além do registro do histórico do trabalho durante o processo; posteriormente, estruturado na base de dados da plataforma de acesso aberto Tainacan.

O preenchimento da planilha de inventário foi concebido como uma etapa multidisciplinar, exigindo a atuação articulada de profissionais de áreas diversas. Isso se deve à abrangência dos campos contemplados, que incluem desde a identificação e caracterização dos objetos até o registro institucional, de conservação e de localização. A atuação dos especialistas em Arqueologia, Antropologia Biológica e Paleontologia assegurou a precisão terminológica, a classificação tipológica e a coerência das descrições, com base em literatura científica e vocabulário técnico.

A terceira etapa contou com os procedimentos de Conservação e Restauração, onde parte do acervo se encontrava em vitrine de exposição e estavam com material aderido como cola, papel, cortiça, madeira, arame, fios, vidro etc. Nessa etapa foram aplicados os conceitos práticos, com bases teóricas e conceituais, nas atividades relacionadas à preservação de acervos por meio de ações integradas como levantamento do estado de conservação, restauração e higienização.

Na quarta etapa, o acervo foi identificado, e realizada a marcação das peças por meio da aplicação de uma película de resina, caneta nanquim branca ou preta para a escrita do número de registro e novamente a aplicação da película, ou identificadas utilizando uma etiqueta em papel neutro. Esses procedimentos seguem as recomendações técnicas estabelecidas na literatura especializada em conservação e documentação museológica.

Na quinta e última etapa ocorreu a confecção de embalagens com materiais livres de ácidos. Algumas peças foram acondicionadas em caixas de espuma de polietileno expandido ou caixas de plástico alveolar e armazenadas em gaveteiros e estantes de aço. Outras peças foram embaladas em manta de polietileno expandido ou papel neutro, acondicionadas em sacos plásticos e caixas plásticas empilháveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de já ter sido documentado anteriormente, o acervo do Museu Arqueológico da Lapinha apresentava inconsistências em seu sistema de documentação, como erros de informação, grafia e digitação, além de uma ficha catalográfica excessivamente extensa. A complexidade e o excesso de campos resultaram em perdas informacionais, comprometendo a eficiência do sistema de registro. Ademais, grande parte do acervo encontrava-se acondicionado em embalagens inapropriadas para armazenamento, oferecendo risco potencial de deterioração.

Em contraposição, a aplicação do Guia de Inventário aqui proposto vem gerando, como resultado parcial, uma forma de registro sistemática e otimizada do acervo do Museu, contemplando informações de identificação, localização e integridade de cada peça. Até o momento, grande parte do acervo foi documentado, higienizado, marcado e acondicionado de acordo com o protocolo desenvolvido. Como uma decorrência desse processo, também foi observada a otimização da Reserva Técnica, com ganho de espaço para a recepção de novos acervos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste protocolo vem permitindo implementar uma base de dados robusta e padronizada para o acervo do Museu Arqueológico da Lapinha, que servirá de suporte para futuras ações de gestão museológica, conservação e pesquisa. Além disso, o protocolo também contribuirá para a extroversão do acervo na plataforma Tainacan. Com a finalização do projeto, espera-se que esse guia possa servir de referência metodológica e como ferramenta de conhecimento e preservação de acervos para instituições congêneres.

PALAVRAS-CHAVE
Museus. Documentação. Arqueologia. Antropologia. Conservação.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio e financiamento que viabilizaram a realização deste projeto. À professora Yacy-Ara Fröner, que vem coordenando e gerindo esse projeto com maestria. E, para toda a equipe de pesquisadores, que em conjunto estão realizando um trabalho de excelência.

REFERÊNCIAS

FRONER, Yacy-Ara e BRAGA, Gedley Belchior e ALDROVANDI, Cibele Elisa Viegas. Acondicionamento e armazenamento das coleções etnográficas e arqueológicas nas áreas de Reserva Técnica. 1998, Anais.. Salvador: ABRACOR, 1998. . Acesso em: 20 maio 2025.
FRONER, Yacy-Ara. Tópicos em Conservação Preventiva 8: Reserva Técnica. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.



SALA 7
DOCUMENTAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Mediador
Aline Cristina Gomes Ramos (UFES)

Avaliadora dos trabalhos indicados à premiação
Paola Haber Maués (UFPA)

A segunda etapa de comunicações selecionadas para a área de Documentação e Catalogação do 8º Fórum Permamente de Museus e Coleções Universitárias permaneceu sediada na Sala 7 do antigo prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Assim, escaladas para exposição oral a partir das 14h, esperava-se a presença de representantes de sete grupos de trabalho, cada um com fala prevista de até 20 minutos. As apresentações foram divididas em dois blocos a serem intercalados por uma discussão envolvendo os quatro primeiros temas, e que se repetiria ao final, para abranger os restantes.

Neste turno da tarde, encontravam-se concentradas as submissões cabíveis de premiação, Prêmio Edna Taveira, sendo que dois representantes destas não compareceram. Assim, houve a necessidade de remanejamento da ordem das apresentações, seguindo com aqueles que já estavam presentes em sala.

Iniciou-se pela pesquisadora Laura Rodrigues, uma das autoras do trabalho Museu do Jogo da UFPB: categorização de acervo à luz da Pedagogia da Corporeidade. Rodrigues explanou que o Museu do Jogo ainda estava em processo de musealização, caracterizando-se como um equipamento social vinculado ao Laboratório Escola Brinquante da Escola de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba e tendo como princípio a valorização do jogo como patrimônio cultural, a partir da corporeidade. A pesquisa, desenvolvida com bases qualitativas e quantitativas, visava categorizar o Museu e catalogar o acervo. Para o último, buscou-se identificar e classificar, estabelecendo metadados e descritores, destacando-se a aplicação da Teoria de Gêneros e Jogos de Pierre Normando Gomes da Silva. A Teoria separou os jogos autóctones em tipos e estilos (Gêneros primários – sensoriais, ambientais; Gêneros secundários – regras, desafios, maior complexidade; Gêneros simbólicos – fantasia, construção, blocos de montagem; Gêneros de confrontações – combates, disputas). O processo de catalogação somou o levantamento e registro de aspectos físicos-materiais, mas também de uso, servindo para o resgate da história de cada objeto. Realizou-se uma ampla pesquisa sobre origem, nomenclaturas, técnicas de fabricação e formas de brincar, sabendo que no acervo constavam brinquedos brasileiros, latino-americanos e asiáticos. Os dados puderam ser copilados em planilhas e gráficos, subsidiando análises. Concomitantemente, como resultado, a organização do acervo pela Teoria dos Gêneros e Jogos facilitou a expografia e a mediação, pois, após conhecerem os objetos, foi possível proporcionar vivências mais lúdicas ao público.

Prosseguiu-se com a fala de André Maragno sobre a Documentação integral do patrimônio industrial: protocolos museológicos para incorporar a memória social e a história oral. Maragno relatou sua experiência com a organização do acervo do Centro de Memória da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), encaixotado nos anos 2000. No caso, o Centro de Memória não se enquadrava como um museu e igualmente não se conectava com ensino, pesquisa ou extensão, restando as perguntas de quais as origens daqueles objetos e de como aquele acervo foi montado. Para dar início à triagem e à separação, criou-se uma ficha catalográfica e protocolos de conservação, seguindo com o posterior contato com os doadores das peças paulatinamente retiradas das caixas. Neste processo, optou-se pela criação de um formulário de doação, com um campo para registro de história oral, documentando as relações com os objetos. Percebeu-se que, a cada contato, outras peças eram doadas pelo público em geral para incorporação ao acervo e novas histórias eram contadas. Aos poucos, a catalogação serviu de veículo para memória social dos antigos trabalhadores da indústria e optou-se pela metodologia de Bárbara Appelbaum, incorporando informações do objeto e do não objeto (História Social do Objeto). A partir dos dados que começaram a ser obtidos, houve a revisão da ficha catalográfica com a inserção dos metadados para história oral, obtidos com auxílio de inteligência artificial. Os dados levantados foram migrados de forma bastante satisfatória para o Pergamum, base disponível e utilizada de forma mais ostensiva no Paraná, sendo passíveis de compartilhamento. Por ser um acervo pequeno, possibilitou-se a execução de muitos testes, podendo gerar futuramente uma série de protocolos para subsidiar a organização de outros acervos do Sistema Fiep. Segundo o autor, três tópicos resumem a ação, a saber: o objeto como processo; da conservação para comunicação; e museologia inclusiva.

A terceira comunicação também se relacionou com a Universidade Federal da Paraíba. Representada pela museóloga Marisa Rodrigues, o Inventário e Resgate do Acervo do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB trouxe informações sobre o levantamento e registro das obras do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) feito durante a pandemia. Influenciado pelos problemas de gestão do patrimônio, que afligem muitas das universidades, o acervo acabou por ser negligenciado, sofrendo com a celeridade de vários processos de deterioração. O inventário surgiu para separar as obras em graus de risco e importância, a fim de estabelecer medidas minimamente eficazes de acondicionamento provisório, sendo a primeira ação do NAC, neste sentido, em quarenta anos. Por meio do processo, foi possível identificar obras de muitos artistas de renome nacional, separá-las para posterior restauração, digitalização e difusão via Tainacan. De acordo com Rodrigues, o projeto fomentou a necessidade de integração oficial dos museus, NAC e Pinacoteca da UFPB.

Na sequência, Luiz Costa dissertou sobre o Relato sobre a documentação museológica digital do Projeto "Memória Cultural das Infâncias da Amazônia – MRE". MRE, Movimento República de Emaús, teve, durante anos, o acúmulo de uma grande documentação fotográfica de suas ações em prol de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na cidade de Belém. O projeto apresentado por Costa envolveu o inventário de cerca de 1.000 fotos, a capacitação de equipe para trabalhar com recuperação, catalogação e digitalização do acervo. As oficinas formativas, ofertadas à comunidade, visavam fornecer conhecimentos quanto ao acondicionamento, gestão, uso de ferramentas de digitalização e tratamento de imagens, para que o projeto pudesse ter suas ações replicadas ao longo do tempo e concretizar um ecomuseu autogerido. A digitalização permitiu o conhecimento do capital social e quantitativo do acervo do MER, levado à extroversão pelo uso das ferramentas TIC's, de exposições itinerantes e podcasts. As ações serviram para ratificar a importância da memória do Padre Bruno, responsável pelo MER, e do próprio Movimento como polo de acolhimento da população, além de trabalhar com a museologia social, a democratização das TIC's e a extensão universitária.

Fechando a tarde, Ranielle Figueiredo discorreu sobre Entre a técnica e a comunicação: a requalificação da documentação museológica no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP, trabalho com a coleção de mineralogia de cerca de 22.000 minerais, formada desde 1876. A autora defendeu a vertente do uso da documentação como estratégia para conhecimento, organização e comunicação. Assim, se defrontando com uma multiplicidade de registros feitos nos anos anteriores, fez-se necessário o diagnóstico dos mesmos para avaliar as informações, sendo estas reunidas e hierarquizadas em um sistema com vocabulário controlado no Excel. Padrões, nomenclaturas, numerações e etiquetagens foram revisados, inclusive a evolução das análises permitiu o ajuste de classificações. Somado às fichas e às planilhas, a documentação também foi fotográfica, com a criação de um setup. Igualmente acrescentaram-se metadados quanto à beleza, raridade, valor histórico, relevância da doação e doador. A quantidade de itens levou à divisão do trabalho de catalogação por vitrines, que, ao serem finalizadas, receberam um novo tratamento expográfico, com materiais mais adequados para acondicionamento, exposição das peças e mudanças na comunicação (cores, legendas, placas). A documentação proporcionou outros olhares para o acervo e se mostrou ferramenta para disseminar a linguagem do campo da mineralogia, facilitando a educação museal, a produção de cartilhas e futuros protocolos.

Ao se pensar em Documentação e Catalogação, a prática levaria a procedimentos muito técnicos de sistematização. No entanto, os cinco trabalhos trazidos extrapolaram os limites das atividades, tornando-se um caminho profícuo para o resgate e a preservação de memórias, identidades e afetos. Documentar e

catalogar não serviu apenas para organização, mas também para envolvimento e capacitação de equipes, sendo estudantes, representantes de comunidades, assim como doadores e seus descendentes. O material, contido até então apenas dentro das instituições, foi qualificado para divulgação, a partir de exposições, pesquisas e alimentação de repositórios digitais, transformando-se em uma possibilidade aberta e fluida de acesso ao patrimônio, no caso o patrimônio universitário, considerado como da humanidade.



Apresentações de comunicação oral, na sala 7 pela tarde, sobre Documentação e Catalogação - Fotógrafo: Flávio Almeida



Apresentações de comunicação oral, na sala 7 pela tarde, sobre Documentação e Catalogação - Fotógrafo: Flávio Almeida

Relato sobre a documentação museológica digital no Projeto“Memória Cultural das Infâncias na Amazônia - MRE”

Luiz Tadeu da Costa (UFPA) - luiztadeu@ufpa.br
Samara Carolina Ferreira da Silva (UFPA) - samarasilva228.ss@gmail.com
Tiago Miguel Vilhena Sarmento de Souza (UFPA) tiagomiguelclarisse@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência descreve as ações desenvolvidas no Projeto de extensão "Memória Cultural das Infâncias na Amazônia - Movimento República de Emaús (MRE)", coordenado pelos professores Inês Ribeiro e Tadeu Costa (UFPA). O Projeto realizou um conjunto de atividades voltadas tanto para a capacitação técnica quanto para o engajamento comunitário em parceria com o Movimento República de Emaús, organização fundada em 1971 por Padre Bruno Sechi, com foco na promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

O projeto parte do reconhecimento da importância da memória cultural como instrumento de cidadania e propõe a integração da cultura digital ao processo museológico, com vistas à preservação patrimonial e à inclusão social. A Museologia Social "ocupa o museu e, ao ocupá-lo, também o modifica" (CHAGAS, 2020, p. 321), o que está diretamente relacionado à proposta do Projeto.

Seu objetivo principal foi documentar e, posteriormente, disponibilizar, de forma acessível, o acervo fotográfico do MRE, fortalecendo o papel social dos museus e o vínculo entre universidade e comunidade. A digitalização de acervos é considerada uma ferramenta essencial, contribuindo para novas formas de mediação cultural dos museus.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Projeto ofereceu à comunidade do Emaús oficinas como a de “Acondicionamento de Acervos”, “Gestão de Arquivo de Imagem” e “Uso de Scanner” que aprimoraram a preservação digital, qualificando a equipe para lidar com tecnologias que garantem a durabilidade e o acesso ao acervo. Além disso, oficinas de produção de podcast permitiu explorar novas mídias para disseminar sua missão e ampliar o alcance na divulgação da memória institucional do MRE.

As atividades foram iniciadas por meio de um inventário, envolvendo a equipe do projeto, bolsistas de extensão e profissionais do Emaús. A metodologia adotada incluiu práticas de documentação museológica digital, como digitalização e catalogação de aproximadamente 1.000 fotografias e fichas técnicas. Os acervos museológicos digitalizados não só ampliam o alcance do acesso ao patrimônio, mas também promovem reflexões sobre formas de comunicação cultural (GONÇALVES; BANZA, 2013, p. 5). Foram realizadas oficinas formativas com foco em "Acondicionamento de Acervos", "Gestão de Arquivo de Imagem" e "Uso de Scanner", voltadas à qualificação técnica da equipe e à apropriação comunitária das tecnologias de preservação digital. Segundo Levy (2020), fica muito mais fácil acessibilidade dessa produção e difusão das informações, para quem antes, indivíduos e grupos, era bem mais restrito, o que demonstra a relevância das oficinas para democratizar o uso de tecnologias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As oficinas evidenciaram o impacto positivo da digitalização do acervo como patrimônio cultural da Amazônia e ampliaram o conhecimento técnico da comunidade local, além de fomentarem o engajamento em torno da preservação da memória. "Os museus sociais e comunitários se articulam em torno das noções de tema ou problema, em vez de acervo, coleção e patrimônio" (CHAGAS, 2020, p. 321), uma abordagem que foi essencial para a inclusão dos participantes na dinâmica do projeto.

As exposições fotográficas realizadas em escolas, praças públicas, na 76ª Reunião Anual da SBPC e em outros eventos até fora do Brasil contribuíram para a circulação do acervo e o fortalecimento do vínculo entre o MRE e diferentes públicos. Essas ações expositivas reforçaram o diálogo entre o museu e a sociedade, ao mesmo tempo que consolidaram o papel educativo e transformador da Universidade.

O uso de TICs revelou-se estratégico tanto para a difusão quanto para a salvaguarda do patrimônio. O ciberespaço oferece aos museus a possibilidade de reorganizar suas estratégias de comunicação, atendendo às demandas contemporâneas de interatividade e acesso remoto, conforme aponta Levy (2020) em seus estudos sobre cibercultura.

A parceria entre universidade e comunidade reafirma o valor das ações extensionistas na consolidação de práticas museológicas mais inclusivas, colaborativas e conectadas com as realidades sociais amazônicas na contemponraneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto alcançou seus objetivos ao proporcionar à comunidade do Emaús meios técnicos e simbólicos de valorização de sua história. A documentação digital se mostrou eficaz na democratização do acesso à memória institucional. Como relato de experiência, o processo demonstra a relevância da extensão universitária como meio de transformação social, ao integrar saberes acadêmicos e populares. As práticas e iniciativas de Museologia Social no Brasil, conforme destacado por Chagas (2020), testemunham a potência de um saber-fazer que opera em favor da vida, dos direitos humanos, da cidadania e da coesão social.

A atuação conjunta entre a UFPA e o Movimento República de Emaús consolidou um modelo de gestão compartilhada da memória, baseado no respeito, na escuta e na ação participativa.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Digital; Movimento República de Emaús; Museologia

REFERÊNCIAS

CHAGAS, M. Memória e museologia social: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: IBRAM, 2020.
GONÇALVES, J.; BANZA, F. Os desafios da digitalização de acervos museológicos. Lisboa: Universitária, 2013.
LEVY, Píerre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2020.

Museu do jogo da UFPB: missão e mediação pela Pedagogia da Corporeidade

Elizara Carolina Marin (UFPB) - elizaracarol@yahoo.com.br
Pierre Normando Gomes-da-Silva (UFPB) - pierrenormandogomesdasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar o Museu do Jogo em sua missão e método de mediação. Fundado em 2019, nasce dos projetos de ensino-pesquisa-extensão de dois docentes, líderes dos Grupos de Pesquisa GPELF (Lazer, jogos tradicionais e patrimônio) e GEPEC (Pedagogia da Corporeidade), vinculados ao Departamento de Educação Física, CCS/UFPB e ao Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física–UPE/UFPB. Orienta-se a partir de duas bases epistêmicas, no que se refere a compreensão do jogo: a) como uma dimensão humana e patrimônio cultural (Marin, 2017) e como fenômeno experiencial, pivô para a aprendizagem existencial, pela Pedagogia da Corporeidade (PC) (Gomes-da-Silva, 2011; 2016). Esses grupos compõe o Laboratório Escola Brincante, que além de abrigar o Museu institucionalmente, promove Festivais de Jogos Tradicionais.

O Museu do Jogo tem como missão: a) Salvaguarda dos jogos tradicionais e autóctones; b) Formação de pesquisadores no Brasil, desenvolvendo pesquisas em ciência e tecnologia em torno do jogo; c) Formação de educadores para atuarem nas áreas escolares, esportivas, de lazer, saúde e promoção cultural; d) Formação de educandos ao promover o acesso aos jogos do mundo, também a experiências do brincar, por meio de Oficinas de Brinquedos e Brincadeiras (OBBA).

O acervo e sua manutenção foi se constituindo, durante anos, a partir da aquisição, fabricação e doação dos professores coordenadores. A exposição atual possui 323 jogos tradicionais e autóctones, em sua maioria, confeccionados artesanalmente, derivados de diferentes etnias e regiões do Brasil, e de outros países dos continentes americano, africano, europeu e asiático. Com base na PC, a exposição está organizada pelas seções “gêneros de jogos” (Gomes-da-Silva, 2019). De modo que quem visita o Museu faz um passeio pelos jogos dos gêneros secundários, que são: Expedições, Construções, Confrontações, Simbólicos e Rítmicos, reconhecendo em cada seção, sua constelação de sentido e sua intermediação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho é de natureza descritiva e documental, conforme Cellard (2010), utilizando como fonte de dados os relatórios dos projetos de extensão, de iniciação científica e de mestrado, desenvolvidos pelos grupos de pesquisa: GEPEC e GPELF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tipologia do Museu do Jogo é inspirada nos museus interativos (Padiglione, 2010), visto objetivar o vínculo do visitante ao acervo de jogos, proporcionando-lhe informações histórico cultural dos jogos e favorecendo uma experiência imersiva, ao experienciar um jogo. Desse modo, o método da mediação no Museu do Jogo, assume papel central, tematizando o jogo como patrimônio cultural e experiencial, por meio da realização de Oficinas de Brinquedos e Brincadeiras (OBBA), programa didático da PC (Gomes-da-Silva, 2013).

A exposição está organizada valorizando a particularidade de cada jogo no conjunto dos jogos do seu gênero correspondente. A demonstração e a experimentação de alguns jogos, provoca a interatividade dos visitantes, em especial, a seção dos jogos mágicos, do gênero simbólico. A mediação também utiliza de perguntas, tais como: quais jogos do Museu fizeram parte das suas experiências de vida? Quais outros jogos que você viveu, mas não estão presentes na exposição? Objetivando integrar o conhecimento do visitante ao conhecimento dos jogos expostos, a fim de reconhecer-se na experiência do jogo e no pertencimento da sua coletividade.

A visitação do público interno ou externo à UFPB, ocorre por agendamento prévio de grupos sociais interessados. A visitação acontece em três momentos espiralados, interdependentes e complementares:

a) primeiro, o SENTIR o museu, objetivando criar um “ambiente de sedução, fascinação e encantamento” (Gomes-da-Silva, 2016, p.103). É o momento inicial da visitação, em que ocorre a acolhida afetiva ao grupo que chega, bem como, das palavras iniciais sobre a exposição “Passeio pelos Gêneros” e o mistério com a entrada ao Museu;
b) segundo, REAGIR às situações provocadoras do mediador, momento da observação inicial da exposição, oportunidade de manipular réplicas de jogos expostos e realizar a OBBA, em três situações didáticas: encantar-se com a peça do Museu tematizada; construir a réplica do brinquedo tematizado e experimentá-lo brincando num espaço de ação correspondente;

c) terceiro, REFLETIR, momento final da visitação. Um chamamento a fazer do vivido uma experiência interior, então solicita-se uma interpretação, objetivando que os visitantes entrem em contato com o que os marcou na vivência e verbalizem, respondendo a um questionário (google form), deixando uma frase-síntese da sua aprendizagem no livro de registro, ou quando crianças, muito pequenas, pede-se desenhos. Estratégias como forma de acesso à consciência individual. Ao final, o visitante leva seu brinquedo construído com o compromisso de replicar a outros.

Essa tríade de produção de sentido (Sentir, Reagir e Refletir) foi desenvolvida por Gomes-da-Silva em sua teorização da Pedagogia da Corporeidade (2011; 2016).

Os mediadores são bolsistas e voluntários de projetos aprovados nos programas de extensão (PROBEX), de licenciatura (PROLICEN), de Iniciação Científica (IC) e de Pós-Graduação (PAPGEF). A formação é uma ação contínua, desenvolvida por meio de cursos de pedagogia da corporeidade, lazer e patrimônio cultural, aplicação do programa didático OBBA, realização de oficinas para mediação e experimentação de OBBA com outros jogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os últimos 4 anos o número de visitantes no Museu do Jogo vem aumentando exponencialmente. Por exemplo, em 2022 recebeu 232; em 2023, 637 visitantes e, em 2024, 1225 visitantes. Em 2024 foram 39 grupos, destes: 12 grupos de escolares da Educação Básica; 10 grupos dos cursos Educação Física, da UFPB e do Centro Universitário UNIPÊ; 4 turmas de discentes dos cursos de Pedagogia, Psicologia, Fisioterapia, Educação do Campo; 1 grupo da Pós-Graduação em Educação Física; e, ainda, 9 grupos de idosos de entidades diversas. No ano 2025, considerando janeiro a junho, temos 424 visitantes.

O Museu do Jogo vem recebendo crescente reconhecimento acadêmico e social, se consolidando, como um acervo e uma metodologia para brincar, criar, interpretar-se e amar os jogos tradicionais como patrimônio imaterial e existencial.

PALAVRAS-CHAVE

Museu Universitário; Jogo; Pedagogia da Corporeidade; Mediação Cultural.

AGRADECIMENTOS

O Museu do Jogo conta com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROBEX), da Pró-Reitoria de Graduação (PROLICEN) e da Pró-Reitoria de Pesquisa (PIBIC) com bolsa para graduandos.

REFERÊNCIAS

CELLARD, A. Análise documental. In: Poupart J, Deslauriers J, Groulx L, Laperrière A, Mayer R, Pires, A. O. (Orgs). A pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES-DA-SILVA, P.N (org). Oficina de Brinquedos e Brincadeiras. RJ: Vozes, 2013.

GOMES-DA-SILVA, P.N. Educação Física pela pedagogia da corporeidade: um convite ao brincar. v.14. Curitiba: CRV, 2016.

GOMES-DA-SILVA, P.N. Gêneros de Jogos: enunciações do brincar. 2019. 97p. Tese Professor Titular. Departamento de Educação Física. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2019.

GOMES-DA-SILVA, PN. A cultura do jogo e o jogo da cultura: por uma semiótica da corporeidade. João Pessoa: EdUFPB, 2011.

MARIN, E.C. Jogo Tradicional: patrimônio material e imaterial. Anais do 12º Congreso Argentino y 7º Latinoamericano de Educación Física y Ciencias. 2017.

PADIGLIONE, V. Poetiche dal museo etnográfico: spezie morali e Kit di sopravvivenza. Imola/Italy: Editrice la Mandragora, 2010.

Documentação integral do patrimônio industrial: protocolos museológicos para incorporar a memória social e a história oral

André Luís Maragno (FIEP PR) – andrelmaragno@gmail.com

INTRODUÇÃO

A documentação museológica constitui uma das atividades fundamentais dentro dos museus e centros de memória, sendo responsável por coletar, registrar, organizar, extroverter e preservar informações sobre seus acervos. No caso de patrimônios industriais, tal prática adquire especificidades importantes, visto que o objeto técnico ou a máquina não refletem, por si só, a totalidade do significado cultural e histórico que lhes é atribuído. A trajetória produtiva, o contexto social e econômico, assim como os saberes e práticas implementados na sua criação e utilização, são elementos essenciais para a compreensão e preservação deste tipo de patrimônio. Este trabalho propõe a elaboração e discussão de um protocolo integrado de documentação museológica, especialmente voltado para centros de memória industrial. A proposta busca articular a dimensão técnico-material, tradicionalmente valorizada na catalogação de produtos industriais, com a dimensão imaterial, entendida como a incorporação da memória social e das narrativas originárias da história oral ligadas às pessoas que constituíram parte desse patrimônio com seu uso e convívio e do qual também se tornaram memória e legado. Parte-se da concepção de que o patrimônio industrial não pode ser reduzido a objetos isolados, mas deve ser compreendido em sua complexidade, como resultado de amplos processos históricos, sociais e culturais (DOUET 2013). Assim, o objetivo principal deste trabalho é propor diretrizes metodológicas que permitam integrar práticas de documentação material e imaterial, fortalecendo o papel dos centros de memória industrial como espaços de preservação e promoção das identidades coletivas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento deste protocolo partiu da experiência prática do autor no Centro de Memória da Indústria – FIEP PR, espaço institucional dedicado à preservação da memória industrial no Paraná. A metodologia adotada combinou pesquisa bibliográfica sobre museologia social, história oral e antropologia do patrimônio, com observação participante das práticas museológicas e análise das rotinas documentais que passarão a ser adotadas na instituição. Para isso, propõe-se um protocolo baseado em três sistemas interdependentes:

1. Documentação Técnico-Material: Corresponde ao inventário sistemático dos objetos e materiais constitutivos do patrimônio industrial, incluindo coleta de informações sobre autoria, data de fabricação, materiais, técnicas de produção, estado de conservação e intervenções realizadas (APPELBAUM, 2010).
2. Documentação Imaterial – Memória Social e História Oral: Incorporação, ao processo documental, das narrativas dos sujeitos diretamente ligados ao patrimônio industrial: operários, gestores, engenheiros, artesãos e membros das comunidades locais. A coleta é realizada por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas, gravadas e transcritas, priorizando uma abordagem etnográfica sensível aos contextos e trajetórias individuais. Também são recomendados registros audiovisuais que complementem a documentação escrita (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2024).
3. Protocolos Ético-Museológicos: Formulação de diretrizes éticas que orientem a coleta, o processamento e a disponibilização das informações, garantindo consentimento livre e informado, respeito à sensibilidade cultural e proteção dos direitos autorais, conforme legislação nacional e convenções internacionais (MDMM, 2018). A proposta também contempla a construção de um repositório digital que associe os dados técnicos dos objetos às narrativas coletadas, promovendo acesso ampliado e contextualizado às informações, para públicos diversos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação desta metodologia no contexto do Centro de Memória da Indústria – FIEP permitiu identificar lacunas nas práticas correntes de documentação, tais como a ausência de metodologias sistematizadas para a coleta de relatos orais e a dificuldade de integração entre informações técnicas e narrativas subjetivas. Ao propor a documentação imaterial como um componente essencial, o protocolo amplia significativamente o escopo e a profundidade da ação museológica, promovendo uma compreensão mais plural do patrimônio industrial. Tal abordagem valoriza não apenas a inovação tecnológica ou a capacidade produtiva, mas também as experiências humanas, os saberes tradicionais e as relações sociais que constituem a essência da cultura industrial.

A construção de um repositório digital integrado fortalece a função educativa e comunicativa do centro de memória, configurando-se como um recurso pedagógico e memorial que democratiza o acesso ao patrimônio. Além disso, essa proposta contribui para o fortalecimento do papel social dos museus industriais, concebendo-os não apenas como espaços de conservação de objetos, mas como lugares de memória e de promoção das identidades coletivas (CURY 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protocolo integrado de documentação museológica proposto demonstrou-se uma ferramenta eficaz para superar os limites dos modelos tradicionais centrados exclusivamente na dimensão material dos acervos industriais. A articulação entre documentação técnica e memória social amplia as possibilidades de interpretação, salvaguarda e comunicação do patrimônio industrial.

Assim, considera-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, oferecendo uma contribuição metodológica relevante para museus universitários e centros de memória voltados ao patrimônio técnico e industrial. A adoção deste protocolo poderá inspirar práticas semelhantes em outras instituições, promovendo uma museologia mais inclusiva, participativa e reflexiva.

Por fim, destaca-se que a integração entre documentação material e imaterial não elimina as tensões inerentes ao campo patrimonial, especialmente no que se refere à representatividade das narrativas e à gestão dos significados atribuídos aos bens culturais (MESKELL,2020). Contudo, constitui um caminho promissor para a superação de modelos reducionistas e para a construção de políticas museológicas mais democráticas e socialmente comprometidas.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio industrial. Documentação museológica. Memória social. História oral. Museologia social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) pelo apoio institucional ao desenvolvimento deste trabalho, bem como à equipe do Centro de Memória da Indústria pela colaboração nas atividades de pesquisa e documentação.

REFERÊNCIAS

APPELBAUM, Bárbara. Metodologia de Tratamento de Conservação. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.

CURY, Marília Xavier (Orientadora). Nova Museologia, Museologia Social e colaboração: em discussão o museu dos assentamentos de reforma agrária de Rosana (São Paulo, Brasil). Dissertação. 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-28012022-102521/pt-br.php.

DOUET, James (ed.). Patrimônio Industrial Reformulado: Guia do TICCIH para Conservação do Patrimônio Industrial. Abingdon: Routledge, 2013. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315426532/industrial-heritage-re-tooled-james-douet.

MESKELL, Lynn (ed.). Antropologia e Patrimônio: Perspectivas Críticas. Abingdon: Routledge, 2020. Disponível em: https://www.routledge.com/Anthropology-and-Heritage-Critical-Perspectives/Meskell/p/book/9780367354707.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. Projeto de História Oral: Diásporas Brasileiras. Disponível em: https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/projeto-de-historia-oral-diasporas-brasileiras.

MUSEU DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MDMM). Metodologia para análise e práticas de preservação do patrimônio industrial. In: VI Colóquio de Patrimônio Industrial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_da_historia_ao_projeto.pdf.

MESKELL, Lynn (ed.). Antropologia e Patrimônio: Perspectivas Críticas. Abingdon: Routledge, 2020. Disponível em: https://www.routledge.com/Anthropology-and-Heritage-Critical-Perspectives/Meskell/p/book/9780367354707.

Inventário e Resgate do Acervo do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB

Marisa Pires Rodrigues (UFPB) marisa@proex.ufpb.br
Maycon José Alves de Andrade Albuquerque (UFPB/UFPE) maycon.andradw@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Arte Contemporânea - NAC da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, criado em 1979 como espaço experimental inspirado nas Kunsthalle alemãs, paradoxalmente acumulou um significativo acervo artístico ao longo dos anos, embora sua proposta original não previsse a formação de coleções permanentes. Com a criação da Pinacoteca da UFPB em 1987, que tinha como objetivo centralizar e preservar o patrimônio artístico universitário em condições adequadas, o acervo do NAC permaneceu no antigo palacete da década de 1920 onde estava instalado, espaço completamente inadequado que, devido a graves problemas estruturais como infiltrações e goteiras, causou danos irreparáveis a parte considerável das obras.

Em 2021, durante a pandemia, iniciou-se um processo de inventário visando transferir esse acervo para a Pinacoteca, porém a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, responsável pela gestão do acervo do NAC, optou por manter as coleções separadas, realocando as obras do NAC para uma sala improvisada na Reitoria. Essa decisão, embora tenha retirado as obras do prédio precário, perpetuou a fragmentação do patrimônio artístico da UFPB, dificultando sua gestão integrada.

MATERIAIS E MÉTODOS

A equipe, supervisionada pela museóloga Marisa Pires Rodrigues e pelo professor e coordenador da Pinacoteca da UFPB Gabriel Bechara Filho, foi composta por quatro estagiários dos cursos de Artes Visuais, Biblioteconomia e Jornalismo. O trabalho concentrou-se em três frentes principais: inventário do acervo artístico, catalogação dos livros da biblioteca e registro fotográfico das obras de arte. Devido ao volume do acervo acumulado entre 1979 e 2021, período em que não existia qualquer controle sistemático das obras do núcleo, optou-se por realizar um inventário superficial, que permitisse, pelo menos, um conhecimento básico do patrimônio existente. O processo incluiu a identificação e catalogação sumária das obras (pinturas, esculturas e gravuras), acompanhada de registro fotográfico para documentação.

Paralelamente, foram restauradas e pintadas as antigas mapotecas do núcleo, que se encontravam em péssimo estado, para melhor acondicionamento das obras na sala temporária da Reitoria. Adquiriu-se papel neutro para interfolhar as obras, quando armazenadas nessas mapotecas recuperadas. Embora uma pesquisa histórica, aprofundada, sobre a procedência e trajetória das obras ainda não tenha sido realizada, ficando como objetivo futuro, o trabalho estabeleceu as bases para que este acervo universitário possa cumprir sua função como fonte de pesquisa para alunos e professores. Os métodos empregados seguiram princípios básicos de museologia e conservação preventiva, adaptados às condições e urgências do contexto específico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O inventário realizado no NAC representou um marco na gestão do patrimônio artístico da UFPB, pois pela primeira vez em mais de quatro décadas foi possível identificar, catalogar e documentar fotograficamente todo o acervo acumulado desde 1979. O processo revelou não apenas obras de valor histórico desconhecido, mas também expôs a grave situação de conservação: cerca de 30% das peças apresentavam danos causados pelas condições precárias do palacete da década de 1920, onde permaneceram por anos sofrendo com infiltrações e umidade. Este diagnóstico, alarmante, justificou a ação emergencial de transferência para a Reitoria, medida que, embora provisória, interrompeu o processo de deterioração. A iniciativa ganha especial relevância no contexto do atual inventário geral que a UFPB está realizando em todos os seus espaços museais, demonstrando a necessidade de ações coordenadas para preservar seu patrimônio artístico disperso.

Os resultados obtidos evidenciam desafios estruturais que transcendem o caso específico do NAC. A manutenção dos acervos separados reflete uma histórica fragmentação na gestão do patrimônio artístico universitário, problema que se agrava pela ausência de espaços adequados e de uma política de preservação integrada. O inventário em curso na universidade surge como oportunidade para reverter esse cenário, devendo ser complementado com medidas como: a criação de uma reserva técnica centralizada, a digitalização sistemática dos acervos para fins de pesquisa e divulgação, e a elaboração de protocolos de conservação preventiva. A superação desses desafios permitiria não apenas salvaguardar as obras, mas também potencializar seu uso acadêmico e educativo, transformando esse patrimônio em ferramenta efetiva de ensino, pesquisa e extensão, cumprindo assim a tríplice missão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto cumpriu sua meta prioritária ao assegurar a salvaguarda do acervo do NAC, anteriormente armazenado em condições inadequadas, mediante a realização de um inventário abrangente que impediu a progressão dos danos às obras. Contudo, sua eficácia plena encontra obstáculos na carência de infraestrutura especializada, evidenciando questões estruturais que demandam solução. Esta iniciativa destacou a necessidade premente de fomentar uma interlocução contínua entre os diversos atores envolvidos: PROEX, Pinacoteca, NAC e demais unidades museológicas da universidade, visando à formulação de diretrizes comuns para a gestão coleções artísticas.

Para consolidar esses avanços, torna-se imprescindível: obter financiamento específico para implantação de espaços técnicos apropriados e medidas conservativas; implementar iniciativas pedagógicas que estimulem a apropriação desse legado cultural pelo meio acadêmico e articular sistematicamente os acervos com as três dimensões da vida universitária. Esta abordagem integrada representa o caminho para converter o patrimônio artístico institucional em bem cultural efetivamente preservado, investigado e socializado.

PALAVRAS-CHAVE

Núcleo de Arte Contemporânea; Pinacoteca UFPB; Inventário de acervo; Conservação preventiva; Patrimônio artístico.

AGRADECIMENTOS

À equipe do NAC, Pinacoteca da UFPB e ao professor Gabriel Bechara Filho. Agradecemos também aos estagiários, a Reitoria da UFPB e à PROEX pelo apoio logístico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. Documentação e conservação de acervos museológicos. São Paulo, 2010.

BAUER, Jonei. Elaborando a tabela de levantamento de acervos museológicos. Disponível em: https://www.triscele.com.br/triscele/tabela-de-levantamento-de-acervos-museologicos. Acesso em: 30 de abril 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Brasília, DF, 1984.
CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Orientações para gestão e planejamento de museus. Florianópolis: Coleção Estudos Museológicos, v. 3, 2014.
CARVALHO, Cláudia Rodrigues; JULIÃO, Letícia; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo. Relatório de análise dos dados coletados pelo MEC/IBRAM junto aos museus das IFES e dos Institutos. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, 2020.
CASTILHO, Maurício Marinho Alves de. Espaços de guarda em museus. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 124/2019. Brasília, DF, 2019.

Entre a Técnica e a Comunicação: A Requalificação da Documentação Museológica no Museu de Ciência e Técnica da Escola e Minas/UFOP

Ranielle Menezes de Figueiredo (UFOP) – ranielle.figueiredo@ufop.edu.br
ourdes Lorena Diniz Coelho Lopes (MCT/EM/UFOP) – lourdes.lopes@aluno.ufop.edu.br
Igor Alves de Souza (MCT) – igoralvesdesouza@hotmail.com
AndersonVital Sales (UFOP) – anderson.v.sales@gmail.com
Vitória Luiza Roque (UFOP) – vitoria.roque@aluno.ufop.edu.br

INTRODUÇÃO

Nos museus universitários, a documentação museológica não se restringe à preservação técnica do acervo, mas constitui um eixo central da comunicação museológica. A ausência ou precariedade da documentação compromete não apenas a conservação dos objetos, mas sobretudo a qualidade da mediação cultural com os públicos. O projeto de extensão "Preservação da mineralogia como divulgação da ciência e memória da Escola de Minas" propõe a modernização da catalogação dos minerais do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/UFOP), como estratégia para requalificar a comunicação expositiva e educativa do acervo. Estima-se que o museu abrigue cerca de 20.000 espécimes, dos quais muitos não possuem registro atualizado ou acessível. Assim, este trabalho parte do entendimento de que documentar é comunicar, e que a organização do acervo é condição fundamental para exposições mais compreensíveis, interativas e significativas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do projeto foi organizada em etapas integradas: (1) diagnóstico da situação cadastral dos minerais nos setores I e II e reserva técnica do museu; (2) transcrição, atualização e digitalização das fichas em papel, muitas das quais apresentam dados obsoletos; (3) pesquisa científica complementar para corrigir ou preencher lacunas informacionais; (4) elaboração de banco de dados digitais com informações padronizadas e organizadas por classe química; (5) registro fotográfico e físico dos exemplares, com nova numeração e identificação museológica. (6) Organização dos exemplares para exposição em vitrine ou alocação na reserva técnica, com base em critérios museológicos que consideram o valor estético (beleza), científico (raridade, procedência geográfica) e histórico (relevância da

doação ou do doador). O foco comunicacional está na criação de conteúdos claros, acessíveis e contextualizados que possam ser utilizados em exposições, etiquetas, painéis, materiais gráficos e digitais, integrando a documentação ao discurso expositivo. Grupos de estudantes participaram do processo, articulando conhecimento técnico e comunicacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora ainda em curso, os resultados parciais indicam que a documentação sistematizada tem fortalecido as bases da comunicação museológica no MCT. A identificação correta das espécies minerais, associada à atualização das informações de procedência, composição química e contexto histórico, tem permitido uma reformulação do modo como o acervo será apresentado ao público. Ao registrar e padronizar dados relevantes, o processo de documentação amplia o potencial interpretativo das exposições e favorece a mediação com públicos diversos (Figueiredo, 2016; 2024). A documentação, nesse sentido, deixa de ser um fim em si mesma e passa a atuar como ferramenta de tradução, organizando o saber científico em linguagem acessível. Além disso, o envolvimento dos estudantes nesse processo tem contribuído para a formação crítica em museologia, mineralogia e educação museal, mostrando que a comunicação começa no momento do registro.

Para fins de sistematização dos dados iniciais, as etapas desenvolvidas até o momento foram as seguintes:

- Em um primeiro momento, realizou-se a digitalização das fichas físicas correspondentes às categorias de elementos nativos, sulfetos e carbonatos.
- Em seguida, cada amostra foi analisada individualmente, com registro do número de identificação, pesagem da peça, verificação dos dados científicos disponíveis e produção de uma nova etiqueta padronizada.
- As informações previamente existentes, juntamente com os novos dados obtidos durante a revisão, foram inseridas em uma planilha digital (Excel), possibilitando o cruzamento e atualização sistemática das informações.
- Por fim, foi iniciada a reformulação das vitrines expositivas, com a criação de novas legendas, agora padronizadas, visando a melhoria da comunicação visual e científica junto ao público. (Lopes, 2009)

A reformulação das vitrines expositivas tem se mostrado uma etapa fundamental para qualificar a experiência e fruição do público no Museu de Ciência e Técnica. A redução do número de minerais em exposição, aliada à elaboração de novas legendas padronizadas e contextualizadas, visa não apenas facilitar a compreensão dos conteúdos apresentados, mas também promover uma fruição mais cuidadosa e

significativa das peças. Ao evitar a sobrecarga visual e informacional, as novas vitrines permitem que o visitante estabeleça conexões mais claras entre os exemplares e seus contextos científicos, históricos e geográficos. Essa reorganização contribui para tornar a exposição mais acessível, atrativa e didática, fortalecendo a função educativa do museu e reafirmando a documentação como base para a mediação com diferentes públicos (Scheiner, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência mostra que a documentação museológica, quando pensada em articulação com os processos comunicacionais, transforma-se em um potente recurso para a construção de exposições mais inclusivas, compreensíveis e participativas. O projeto tem demonstrado que o investimento na qualificação da documentação do acervo mineralógico contribui diretamente para a requalificação da narrativa museológica, tornando o acervo mais acessível física e intelectualmente. Em vez de ser tratada apenas como uma tarefa técnica, a documentação é entendida aqui como um instrumento de comunicação cultural – capaz de conectar o objeto ao público e o museu à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Documentação museológica. Comunicação expositiva. Acervo mineralógico. Museus universitários. Mediação cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Federal de Ouro Preto e ao Programa de Extensão e Cultura (PROEX/UFOP) pelo apoio institucional, bem como à equipe técnica do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

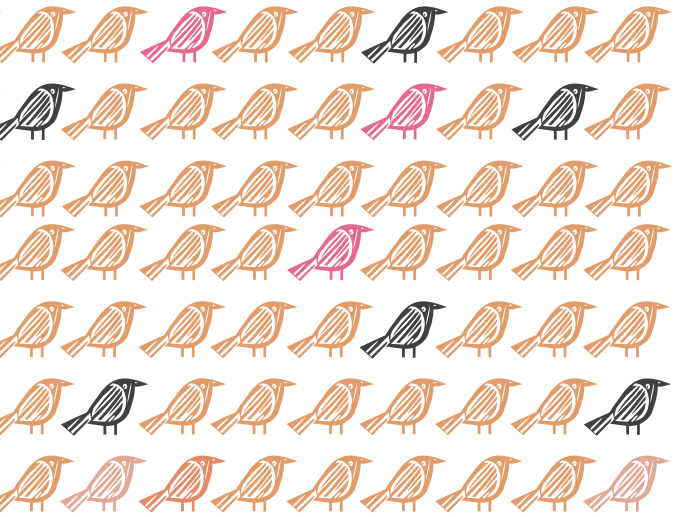
REFERÊNCIAS

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Alderaldo & rothschild; Brasilia, DF: Ed. UnB, 2009. 369 p.

FIGUEIREDO, Ranielle Menezes. A comunicação expositiva do Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri: encontros e desencontros. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Cavaqueando com os saberes tradicionais: uma proposta de musealização do geopark araripe sob o olhar da comunidade local. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SCHEINER, Tereza Cristina. Criando realidades através de exposições. In Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST M986 Discutindo Exposições: conceito, construção e avaliação / Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) - Organização de: Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro: MAST, 2006.



SALA 8
PESQUISA MUSEOLÓGICA, POLÍTICAS CULTURAIS E MUSEOLOGIA CRÍTICA

Mediador
Maurício Candido da Silva

Relatora
Joyce Oliveira da Silva

Apresentação 1
Autoras presentes: Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos; Noris Mara Pacheco Martins Leal.
Título: Construção de políticas públicas para museus federais vinculados ao Ministério da Educação: contribuições de Consultoria Especializada.

As apresentadoras fizeram uma introdução inicial do processo, cujo marco foi o incêndio do Museu Nacional da UFRJ. Narraram a organização da Comissão Permanente e Multidisciplinar a partir do Acordão, A Andifes fez a indicação dos membros da Comissão. O processo de escuta gerou cinco documentos técnicos. Criação de dois planos gerais, com metas especializadas. Dentro da comissão foram formados 4 GTs. Na organização foram usados cadastro de museus do IBRAM, além de diferentes consultas. Logo após foram apresentados os dados e resultados, uma construção de documentos voltadas para a institucionalização e uma conexão da universidade com os museus, contento guias, mapeamentos e diagnóstico. Como resultado, apresentaram um quadro da situação dos museus universitários, com diretrizes que apontam para políticas públicas, ressaltando o recorte do universo do campo museal e a necessidade de dar continuidade aos trabalhos.

Apresentação 2
Autora presente: Paola Haber Maués.
Título: Coleção Amazoniana de Arte da UFPA: tradições míticas amazônicas e ecofeminismo queer em “Uiaras defendendo o Paraíso”.

A apresentadora demostrou o objetivo do seu trabalho, relacionado a sua pesquisa de tese de doutorado, a qual teve início por meio do desejo de pesquisar os corpos femininos nas obras de arte, utilizando os dados do acervo da Coleção Amazoniana de Arte da UFPA. A partir da sua metodologia de pesquisa, ela apresentou o conceito de Encantarias Queer Amazônicas, tomando como base a obra de Rafael Moreira, artista egressa do curso de artes visuais da UFPA. Relatou o seu esquema de pesquisa relacionado ao contexto mais amplo nacional e internacional. Por meio das Encantarias Queer Amazônicas, ela apresentou diferentes discussões, baseadas na representação de corpos, humanos e não humanos, no contexto da natureza corporificada.

Apresentação 3
Autoras presentes: Andréa Oxley da Rocha e Morgana Silveira Bartz
Título: Aspectos éticos na exposição de corpos humanos: uma experiência no Museu de Anatomia Humana da UFCSPA

A apresentadora falou da sua pesquisa que trata da utilização de corpos humanos para o ensino, pesquisa e extensão na forma de relato de caso desenvolvido no Museu de Anatomia Humana da UFCSPA. Enfatizou a necessidade de criação de pontes de diálogos entre a Universidade e a Sociedade. Após a sua apresentação da definição de corpos doados e dos aspectos legislativos, ela abordou as questões éticas na exposição e do uso de imagens de corpos humanos na internet. A partir da discussão da importância do termo de consentimento, refletiu sobre a questão sobre quais corpos devem ir para os cursos de anatomia. Lembrou que o Código de Ética do ICOM não trata dos corpos de anatomia. Em suas considerações finais alertou sobre a importância da conscientização das instituições sobre este tema.

Apresentação 4
Autor presente: Kaio Hellanno Da Costa Santana Araújo
Título: Um olhar reflexivo sobre os acervos de sítios arqueológicos históricos do MAP/UFPI e do NAP/UFPI

O apresentador tratou do museu e do núcleo de arqueologia da Universidade Federal do Piaui. Buscou estudar as características destes espaços por meio da análise do plano museológico e dos dados encontrados em seus arquivos. Apresentou os resultados dos diagnósticos de acervo e dos relatórios de sítios. Em sua pesquisa tem procurado conhecer melhor as delimitações e semelhanças institucionais a partir das informações entre núcleos e museus. Em função do método e estágio de sua pesquisa, neste momento apresentou um conjunto de questionamentos, muito mais do que definições.

Debates finais

A discussão foi iniciada a partir de perguntas para as autoras do primeiro trabalho apresentado (Título: Construção de políticas públicas para museus federais vinculados ao Ministério da Educação: contribuições de Consultoria Especializado), com o objetivo de discutir temas como fontes de recursos, institucionalização e normativa dos museus universitários, com a validação e aprovação dos reitores das universidades. Também foi apresentada a questão da importância da representação técnica no GT da Andifes – para essa questão foi indicada a necessidade do encaminhamento de um ofício/comunicação do Fórum (resolução) para a inclusão de uma representação profissional no GT.



Apresentações de comunicação oral, na sala 8 pela manhã, sobre Pesquisa Museológica, Políticas Culturais e Museologia Crítica - Fotógrafo: Flávio Almeida



Apresentações de comunicação oral, na sala 8 pela manhã, sobre Pesquisa Museológica, Políticas Culturais e Museologia Crítica - Fotógrafo: Flávio Almeida

Um olhar reflexivo sobre os acervos de sítios arqueológicos históricos do MAP/UFPI e do NAP/UFPI

Kaio Hellanno da Costa Santana Araujo (UFPI) - kaiohcosta05@gmail.com
Vinícius Melquíades dos Santos (UFPI) - vms@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

No Brasil existem duas questões que vêm impactando as reservas dos museus. Uma é a predominância de materiais vindos de licenciamento e, a emissão dos endossos que são realizados por museus universitários. Como apontado por (Lima, 2007, p.245) “Se apenas com a pesquisa acadêmica as instituições já se encontram abarrotadas [...] com a arqueologia empresarial o quadro se agrava consideravelmente, decuplicando o número de coleções a serem protegidas”. O que, se por um lado expande a possibilidade de se estudar os materiais arqueológicos, por outro lado uma superlotação dessas reservas técnicas acaba por criar um distanciamento entre parte do acervo e o museu, que muitas vezes não conhecem ou têm uma visão clara dos materiais que estão em reserva técnicas. Por isso é importante o emprego de vários métodos que busquem diminuir essas lacunas e criar uma relação profícua entre a instituição e seu acervo, como é o caso dos diagnósticos de acervo.

No contexto de museus universitários e seus acervos , trago para a discussão os espaços que estão no centro do meu tema do trabalho de conclusão de curso em andamento, o Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP) e o Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP) ambos localizados dentro da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em Teresina capital do estado do Piauí, e que possuem ligação com o curso de Arqueologia da mesma universidade. Por isso, antes de tudo é preciso fazer um resumo da origem de ambas instituições. Como citado por Santos, Nascimento e Feitoza (2024, p.02):

> “A Arqueologia na UFPI e no Piauí surgiram através dos trabalhos de Niède Guidon na Serra da Capivara na década de 1970 e da criação do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP/UFPI) em 1978 na cidade de Teresina. [...]Em 2012, com a inauguração do segundo setor do Centro de Ciências da Natureza da UFPI (CCN-II) houve a construção de um prédio para a instalação do Museu de Arqueologia, [...] que logo foi ampliado para Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP), [...]”

As reservas desses espaços são o meu foco de pesquisa atualmente, onde busco identificar os sítios históricos presentes neles para a elaboração de um diagnóstico de acervos históricos, junto a um diagnóstico de acervos gerais das instituições. Assim, partindo dos conceitos de musealização da arqueologia proponho trazer um pouco das reflexões e resultados que surgiram ao longo dessa primeira etapa de pesquisa, trazendo ao centro da questão as reservas técnicas como potenciais para se compreender as suas instituições de guarda os seus processos que atravessam não só o seu espaço como também sua a realidade que esses espaços estão inseridos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como o trabalho atual faz parte do diagnóstico de acervos que vem sendo realizado na instituição, estratégias semelhantes as que vem sendo realizadas no diagnóstico de acervos do MAP-UFPI foram adotadas. Onde em um primeiro momento foi elaborada uma ficha para sistematizar as informações que foram identificadas. A ficha possui as seguintes categorias: Forma de aquisição; Projeto; Número de processo; Ano; Nome do sítio; Localização; Estado; Tipo de material; Localização(MAP/NAP); Caixa; Armário; Tipo de conservação; Pesquisa feita com o material e outro. Pensando na possibilidade de haver pesquisas feitas com os materiais foram incluídos na ficha um conjunto de categorias a serem preenchidas que são: Nome; Ano; Tipo de pesquisa e Autor. Após realizadoo levantamento no MAP-UFPI e NAP-UFPIfoi preciso fazer uma busca em bancos de dados online com o objetivo de saber se houve uso desses materiais em pesquisas. Assim, utilizei os seguintes bancos de dados: Periódicos Capes; SciELO; Plataforma SEI; Plataforma Sucupira e o Google acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que foi possível identificar durante o levantamento sobre o MAP-UFP é queI a presença de sítios históricos é pequena, sendo encontrado apenas quatro sítios provenientes de licenciamento ambiental e apenas um se encontra com pesquisa em andamento. Além disso, existe uma dissertação de mestrado (Júnior, 2016) realizada com materiais que se originaram da própria pesquisa sem ser proveniente de contrato e um trabalho de conclusão de curso (Oliveira, 2018) com uma origem incerta de onde veio o seu material.

No NAP-UFPI foram identificados dois trabalhos de conclusão de curso (Lima, 2012), porém a localização do material desse trabalho é incerta, pois o mesmo é proveniente de uma parceria firmada em 1995 entre a instituição e uma empresa privada, havendoa possibilidade de que esse material tenha sido deslocado. Uma questão que se tornou latente foi a dificuldade na identificação de sítios históricos na reserva técnica, pois, há indicação de que uma quantidade expressiva dos materiais que existem na reserva não foram inventariados, o que dificulta saber sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a pesquisa em desenvolvimento é possível fazer algumas reflexões iniciais para a situação de ambos os casos. A primeira é uma diminuição ou reversão da falta de visibilidade dos materiais e sítios históricos de ambas instituições através de documentação, pesquisa e exposições,buscando uma melhor integração desses materiais no acervo. O que leva a minha segunda provocação, que pretendo tentar responder ao longo da minha pesquisa de Conclusão de Curso: Por que essas ausências de documentação e pesquisas? Como isso influencia a realidade museológica, sua cadeia operatória e discurso expográfico? Ao refletir sobre essas questões, objetivo propor possíveis saídas e resoluções para os problemas . Importante destacar que são reflexões e apontamentos iniciais para aprofundamento em trabalhos futuros. Por fim, é inegável a potencialidade que ambos os acervos possuem podendo ir além e produzir um conhecimento que seria benéfico tanto para a museologia quanto para a arqueologia. Pois, através de um maior conhecimento desses materiais é possível criar mais resultados junto da sociedade e assim recomeçar o ciclo da cadeia operatória do processo de musealização.

PALAVRAS-CHAVE

Museus universitários; Reserva técnica; Sítios históricos; Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP/UFPI); Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP/UFPI).

REFERÊNCIAS

LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela MC. Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 33, p. 244-273, 2007.

SANTOS, Vinícius Melquíades dos; FEITOZA, Kamila Carvalho; NASCIMENTO, Camilly Santana. ENTRE QUATRO PAREDES? REFLEXÕES A PARTIR DA MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO PARTICIPATIVO DO MAP/UFPI. Arteriais - Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, [S.l.], p. 46-63, abr. 2025.

Construção de políticas públicas para museus federais vinculados ao Ministério da Educação: contribuições de Consultoria Especializada

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (MEC/SESu) damianesantos@mec.gov.br
Mariana Ramos Reis Gaete (MEC/SESu) marianagaete@mec.gov.br
Noris Mara Pacheco Martins Leal (UFPel) norismara@hotmail.com
Nicólly Ayres da Silva (UFPel) nicollyayrescontato@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Acórdão 1243/2019 – TCU – Plenário (BRASIL, 2019) expediu determinações em relação às condições de segurança do patrimônio nos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entes federais e a identificação dos principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos. O Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais (BRASIL,2019), coordenado e supervisionado pela Casa Civil/Presidência da República e apoiado tecnicamente pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) elaborou o Plano de Ação Geral, aprovado pelo Acórdão 2477/2021 (BRASIL, 2021). Por sua vez, o Ministério da Educação (MEC) elaborou o seu plano de ação para a implementação de mecanismos de supervisão, coordenação e orientação dos museus sob sua responsabilidade.

Neste sentido, dada a amplitude e complexidade de seu campo de atuação, o MEC tem firmado Termos de Acordo de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais com a finalidade de, no âmbito dos objetos dos projetos de cooperação técnica, proporcionar a atuação de especialistas para a realização de estudos, elaboração de referenciais avaliativos, assim como de outras atividades que demandam conhecimentos e experiências específicos.

A Consultoria Especializada foi celebrada com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, fornecendo subsídios ao MEC para o planejamento e implementação de políticas e programas educacionais museais prioritários.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados dos estudos analíticos e propositivos voltados à construção de políticas públicas para os museus no âmbito do Ministério da Educação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho é um relato de experiência com abordagem qualitativa e exploratória. Para início dos trabalhos foi utilizado o cadastro dos Museus das Instituições de Ensino Federais no Cadastro do IBRAM e o resultado de consulta realizada pela Comissão Permanente e Multidisciplinar sobre os museus federais no âmbito do Ministério da Educação, onde foi possível ter uma visão geral da situação dos museus que enviaram o questionário.

Em busca de aprofundamento da coleta optou-se por uma escuta ampla dos envolvidos com o campo museal da rede federal de Educação Superior. Para tanto foram organizadas reuniões com representantes dos museus vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior com participação de reitores, coordenadores, técnicos e gestores, o que permitiu através de rodas de diálogo entender mais acuradamente os anseios e necessidades das instituições. Para a construção dos materiais orientadores para a gestão dos museus universitários federais foi necessário o levantamento da legislação e práticas de institucionalização em museus de referência nacionais e internacionais; identificação e compilamento de referências e modelos de planos museológicos de museus; mapeamento de fontes de financiamento, identificando editais e programas de incentivo promovidos por órgãos governamentais, oportunidades em empresas privadas por meio de programas de responsabilidade social ou leis de incentivo fiscal; levantamento de dados sobre o quadro de pessoal atual dos museus federais, incluindo número de funcionários, cargos e qualificações; e levantamento das práticas existentes de segurança em museus nacionais e internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do trabalho baseou-se em um processo dialógico, principalmente tendo em vista a necessidade da escuta dos trabalhadores em museus federais para olhar além dos dados frios de um cadastro ou de uma resposta administrativa a um questionário. Essa escuta atenta nas reuniões possibilitou o compartilhamento de experiências, desafios e propostas que contribuíram diretamente para a construção dos materiais orientadores e normativos para a gestão das instituições museais.

Como resultado da consultoria foram produzidos cinco documentos técnicos onde estão contidos um guia de orientação e apoio para elaboração e atualização dos planos museológicos, incluindo modelos de plano e instruções práticas para execução; um guia com propostas de mecanismos de institucionalização dos museus

federais, incluindo diretrizes e orientações sobre a estrutura e funcionamento das instituições, a fim de assegurar sua integração e sustentabilidade; um guiacontendo análise de estratégias para a obtenção de recursos financeiros externos destinados a museus federais, umdiagnóstico sobre o atual quadro de pessoal dos museus federais vinculados ao MEC, apresentando dados sobre a distribuição, qualificação, e necessidades de pessoal, bem como recomendações para adequação do quadro e retenção de profissionais.

E por fim uma proposta de ações para o estabelecimento de parcerias e cooperação entre museus federais e agentes de segurança pública, visando proteger o patrimônio cultural e garantir a segurança das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma política pública eficaz exige um processo dialógico baseado na troca de ideias, na construção coletiva do conhecimento e no estímulo do pensamento crítico. Os encontros com os gestores e trabalhadores dos museus vinculados ao Ministério da Educação e dos reitores das Instituições Federais de Educação Superior evidenciou a necessidade urgente de organização de uma política para a área, pelo Ministério da Educação. Além disso, ficou claro o comprometimento das instituições na busca pela qualificação de suas práticas.

PALAVRAS-CHAVE

Museu Universitário, Universidade Federal, Instituto Federal, Políticas Públicas, Educação Superior

AGRADECIMENTOS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Acórdão 1243/2019 – TCU – Plenário. Levantamento realizado para verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2352032> Acesso: 25 mai 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10175.htm> Acesso em: 25 mai 2025.

BRASIL. Acórdão de Relação 2477/2021 - Plenário. Levantamento realizado para verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais. Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2352032> Acesso: 25 mai 2025

Coleção Amazoniana de Arte da UFPA: tradições míticas amazônicas e ecofeminismo queer em “Uiaras defendendo o Paraíso”

Paola Haber Maués (UFPA) paolamaues@ufpa.br
Orlando Franco Maneschy (UFPA) orlandomaneschy@gmail.com



Imagem 1 - “Uiaras defendendo o Paraíso”, 2019. Rafael Matheus Moreira. Acrílica s/ tela. 200cm x 300cm. Acervo da Coleção Amazoniana de Arte da UFPA. Doação da artista. Foto: Orlando Maneschy, 2019.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido é parte da investigação de doutoramento, orientada pelo Prof. Dr. Orlando Maneschy, no Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade Federal do Pará (PPGArtes-UFPA) que está em andamento. O objetivo da tese é desenvolver o conceito de Encantarias Queer Amazônicas por meio da análise das tradições míticas e identidades e sexualidades queer/cuir presentes na obra “Uiaras defendendo o paraíso" (2019), de Rafael Matheus Moreira.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como caminho de análise mais amplo, utilizo a metodologia feminista (Ramazanoglu; Holland, 2002) em diálogo com a abordagem ecofeminista queer (Sandilands, 2011; Gaard, 2011; Larrère, 2024). Como método de procedimento utilizo a abordagem da interpretação de imagens - utilizada na escrita da História da Arte, a partir de Didi-Huberman (2010), que se baseia no entendimento de que é no relacionamento entre imagem e sujeito que surge o conhecimento.

A natureza das fontes emerge a partir da observação direta participante da obra, visto que atuo na gestão do acervo da Amazoniana, que incorporou na sua coleção a referida obra em 2020, a partir de doação da própria artista, que foi realizada especialmente para a mostra Deslendário Amazônico - 80 anos de Paes Loureiro (Arte Pará 2019). O processo de análise foi realizado por meio do acesso ao acervo da Amazoniana e contato direto com a obra como fonte primária de pesquisa; o levantamento bibliográfico e documental me auxiliou na etapa de contextualização teórico-histórica da obra.

Esta investigação-tese trouxe a possibilidade de aliar o trabalho acadêmico com a prática profissional, aplicando o método de interpretação de obras de arte - que é um dos procedimentos da documentação de acervos museológicos de arte - para a produção de conhecimento aprofundado e crítico sobre a temática escolhida. Entendo como privilégio todo o processo do doutoramento para meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional, mas também a produção de conhecimento propiciada no desenvolvimento da tese será fundamental para a continuidade das pesquisas em relação a Arte Contemporânea na Amazônia paraense, não só na Coleção Amazoniana, inclusive para pesquisas que podem se inspirar a partir desta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da interpretação da obra 'Uiaras defendendo o Paraíso' (Imagem 1) de Rafael Matheus Moreira, nome artístico de Rafaela Maria Moreira (Belém, 1992 -), concluo que os corpos representados subvertem as imagens de mulheres cristalizadas desde o período colonial, e que estas representações podem nos orientar para discussões interseccionais entre identidades e sexualidades, questões ecológicas e decoloniais. Pela presença de Uiara, lenda amazônica que tem referências afro ameríndias e europeias, trago a reflexão sobre a representação de seres encantados amazônicos na obra. Uiaras são seres encantados que habitam o fundo dos rios de água doce, e protegem esse meio. São conhecidas por serem metade mulher, metade peixe, por sua beleza e habilidade de atrair homens pelo seu canto hipnotizante.

A pesquisadora Isabele Anchieta (2022) demonstra, a partir de pesquisas em arquivos, a diabolização das mulheres pelas narrativas dos colonizadores, em que as imagens das bruxas medievais viajam pelo Atlântico e chegam em solo brasileiro. Assim, possivelmente, essa visão da mulher que seduz para matar, seja uma camada agregada à narrativa de povos originários. O que é interessante na composição da visualidade produzida por Rafa Maria é a ressignificação dessas narrativas, agora por um viés ecofeminista queer decolonial, em que as Uiaras defendem o paraíso - interpretada como a floresta Amazônica, representada no fundo da composição (Imagem 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rafaela Maria Moreira se define em mini biografia como uma “Artista visual com foco maior na pintura e na sua expansão. Desenvolve trabalhos artísticos a partir da reimaginação de contextos históricos e imagéticos em confronto com sua perspectiva de travesti na Amazônia urbana de Belém”[1]. As questões dos corpos queer/cuir atravessam sua vida, sua arte e sua pesquisa, enquanto acadêmica de Artes Visuais na UFPA - primeiro como graduanda, agora como mestranda no PPGArtes. Este é um importante dado biográfico que precisamos ter em mente ao analisar a obra.

Sugiro pensarmos a pintura de Rafa como uma narrativa autobiográfica, onde o pessoal torna-se político, expressando experiências afetivas e compartilhadas, onde falar de si é falar de uma comunidade. As discussões sobre gênero e sexualidade, tensionados com a sua convivência com pessoas trans e travestis, é uma história convivida no processo artístico de Rafa, o que desemboca na produção da obra. A tela ‘Uiaras defendendo o paraíso’ é um exemplar peculiar para discutir questões proeminentes da sociedade contemporânea, como as heranças coloniais, pensamentos decoloniais e ecológicos. Revela opressões que corpos de mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ sofrem, mas também forças, construindo uma contra narrativa, uma ecoficção, baseada no ecofeminismo queer, revelando um discurso complexo, idealizado e protagonizado por um corpo queer travesti amazônico, mostrando que a museologia e a arte brasileira precisam estar atentas às outras vozes minorizadas.

REFERÊNCIAS

Anchieta, Isabele. Imagens da mulher no ocidente moderno 1: bruxas e tupinambás canibais. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2022.
Didi-Huberman, Georges. O que vemos, o que nos olha.Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.
Gaard, Greta. Rumo ao ecofeminismo queer. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 1, p. 197-223, 2011.
Giunta, Andrea. Feminismo y Arte Latinoamericano. Historias de Artistas que Emanciparon el Cuerpo. 1 ed., Buenos Aires: Siglo XXI, 2018. 296 p.
Larrère, Catherine. Ecofeminismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: la marca editora, 2024.

[1] Minibiografia escrita pela artista para a exposição “Degenerado Tibira” ocorrida em 2024 no Museu de Arte da UNAMA (Belém/PA).

Sandilands, Catriona. Paixões desnaturadas? Notas para uma ecologia queer. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 1, p 175-195, 2011.
Ramazanoglu, Caroline; Holland, Janet. Feminist Methodology: Challenges and Choices. London Thousand Oaks, Calif: Sage, 2002.

Aspectos éticos na exposição de corpos humanos: uma experiência no Museu de Anatomia Humana da UFCSPA

Mathias Parussolo Boniati (UFCSPA) - mathias.boniati@ufcspa.edu.br
Cássio de Oliveira Vidal (UFCSPA) - cassiov@ufcspa.edu.br
Morgana Silveira Bartz (UFCSPA) - morganasilveirabartz@gmail.com
Ana Paula da Silva (UFCSPA) - paulasilvabio@ufcspa.edu.br
Andrea Oxley da Rocha (UFCSPA) - oxley@ufcspa.edu.br

INTRODUÇÃO

A utilização de corpos humanos é fundamental para o ensino de anatomia, a pesquisa e atividades de extensão, como as realizadas em museus de anatomia humana. Apesar de existirem leis que regulamentam o uso de corpos para fins científicos, não há, no Brasil, uma normativa específica que trate da exposição de corpos humanos no contexto museológico. Essa lacuna gera importantes debates éticos, especialmente quando os corpos expostos são provenientes de doações voluntárias ou de indivíduos não reclamados.

A Lei nº 8.501/1992 autoriza o uso de corpos não reclamados para fins científicos (Brasil, 1992), enquanto o Código Civil, em seu artigo 14, permite que a pessoa disponha do próprio corpo após a morte, mediante consentimento prévio (Brasil, 2002). Na museologia, os Códigos de Ética do ICOM para Museus e para Museus de História Natural destacam a necessidade de respeito e dignidade na exposição de restos humanos, mas não abordam diretamente a exibição de corpos humanos doados em vida (ICOM, 2009 e 2013). No contexto universitário, o Ofício Circular CEP/Conep nº 26/2022 reforça que o uso de corpos humanos em pesquisas deve obedecer à legislação brasileira e determina que todas as pesquisas que envolvam o uso de corpos humanos doados devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep por meio da Plataforma Brasil (Brasil, 2022).

O Museu de Anatomia Humana (MAUPoA) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), fundado em 2008, utiliza exclusivamente corpos doados por meio do Programa de Doação de Corpos (PDC) da instituição, com o objetivo de promover o ensino anatômico e integrar universidade e sociedade (Da Rocha, 2013). No entanto, o uso de imagens dessas peças em exposições públicas levanta novos desafios éticos e legais, uma vez que os termos de doação, apesar de autorizarem o uso do corpo para fins científicos, muitas vezes não especificam a permissão para registro ou divulgação de imagens.

Diante da falta de um código museológico que abranja a exposição de corpos doados, este relato de experiência tem como objetivo discutir os critérios éticos adotados pelo MAUPoA na seleção, exibição e documentação fotográfica de corpos humanos, destacando os limites do consentimento, as normativas legais vigentes e a importância de políticas institucionais pautadas no respeito e na dignidade dos doadores.

MATERIAIS E MÉTODOS

O PDC foi criado e opera em conformidade com o artigo 14 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade, sob o registro nº 408/08, em 2008. O processo de doação em vida exige a apresentação de uma Declaração de Doação de Órgãos e Restos Mortais registrada em cartório, acompanhada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para uso do corpo em ensino e pesquisa. Além disso, o doador deve preencher o Formulário de Registro, com informações pessoais, religiosas e motivacionais; e apresentar uma Declaração de Testemunha, que confirma que a decisão foi voluntária e do conhecimento da família. Nos casos de doação pós-morte realizada por familiares, é exigida a Declaração de Doação de Familiares, conforme previsto na legislação vigente (Da Rocha, 2013).

Todos esses procedimentos garantem que a utilização dos corpos ocorra de forma ética e legal. A documentação é arquivada e os dados dos doadores são inseridos em um banco de dados institucional. Os corpos doados são utilizados nas aulas práticas de anatomia dos cursos da universidade, na Oficina de Dissecação, onde as peças anatômicas são preparadas, e nas exposições promovidas pelo MAUPoA, integrando ações de ensino, pesquisa e extensão.

Durante as visitas guiadas, são fixados avisos sobre a proibição de fotografias, além de materiais informativos sobre o processo de doação. Os mediadores têm papel fundamental ao sensibilizar os visitantes quanto à origem dos corpos, todos provenientes de doações voluntárias em vida, e à necessidade de adotar uma postura ética condizente com o gesto generoso dos doadores. Essas ações também contribuem para a formação ética do público, em especial dos visitantes mais jovens, promovendo o respeito, a empatia e o entendimento da importância da doação de corpos para o avanço da ciência e da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, não existem diretrizes específicas que tratem dos aspectos éticos da exposição de corpos humanos reais em museus de anatomia, como o MAUPoA. O Código de Ética do ICOM recomenda que restos humanos sejam preservados com segurança e respeito (ICOM, 2009), mas não contempla adequadamente situações em que os corpos foram doados voluntariamente em vida, como é o caso do acervo do museu. Nessas circunstâncias, o compromisso ético deve ser ainda mais rigoroso, considerando que se trata de um gesto consciente e altruísta de doação integral à ciência.

O Termo de Consentimento do Programa de Doação de Corpos da UFCSPA assegura a legalidade da utilização dos corpos para ensino, pesquisa e extensão, incluindo a exposição museológica. No entanto, ele não autoriza explicitamente a captação ou divulgação de imagens para fins não científicos, como a circulação em redes sociais ou mídias promocionais. Por isso, a obtenção de fotografias durante as exposições é restrita, o que impõe reflexões importantes sobre as regras de visitação ao MAUPoA, especialmente diante da dificuldade de controle absoluto sobre registros fotográficos por parte do público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda não existam diretrizes específicas para a exposição de corpos humanos em museus, algumas experiências brasileiras oferecem abordagens distintas, como o uso de corpos não reclamados, que permite as fotografias pelos visitantes. No caso do MAUPoA, onde os corpos são provenientes de doações voluntárias, o cuidado com a privacidade e a dignidade dos doadores demandou a opção pela adoção de protocolos mais restritivos.

Dessa forma, reafirmamos que a ética e o respeito devem nortear todas as práticas que envolvem corpos humanos, especialmente no contexto educacional e museológico. Espera-se que, em breve, sejam estabelecidas diretrizes oficiais que assegurem padrões éticos para instituições que trabalham com essa forma de contribuição científica.

PALAVRAS-CHAVE

Museu de anatomia. Ética. Corpos humanos. Doação de corpos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI N° 8.501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992. Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científica e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNS/Conep). Ofício Circular nº 26, de 1º de dezembro de 2022. Regulamenta o uso de corpos humanos doados a instituições de ensino para fins de pesquisa. Brasília, DF, 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL de MUSEUS (ICOM). Código de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2009. 31 p.

CONSELHO INTERNACIONAL de MUSEUS (ICOM). Código de Ética do ICOM para Museus de História Natural. Seção 1. Rio de Janeiro, Brasil. 16 de ago, 2013.

DA ROCHA, Andrea Oxley; TORMES Diane Alícia; LEHMANN Natassia; SCHWAB Rafael Santos; CANTO Rafael Teixeira. The body donation program at the Federal University of Health Sciences of Porto Alegre: a successful experience in Brazil. Anat Sci Educ.6(3):199-204; 2013 May-Jun.